Euclides da Cunha,
o Itamaraty e a Amazônia

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota

INSTITUTO RIO BRANCO (IRBr)

Diretor Embaixador Fernando Guimarães Reis

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3322 2931, 3322 2188
Site: www.funag.gov.br

O Instituto Rio Branco (IRBr), criado em abril de 1945, é o órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e tem como finalidade o recrutamento, a formação e o aperfeiçoamento dos diplomatas brasileiros. O IRBr organiza, regularmente, o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e mantém o Curso de Formação, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE).

Setor de Administração Federal Sul
Quadra 5, Lote 2/3
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3325 7000/5/6
Site: www.mre.gov.br/irbr

KASSIUS DINIZ DA SILVA PONTES

EUCLIDES DA CUNHA, O ITAMARATY E A AMAZÔNIA

Prêmio Azeredo da Silveira - 2º colocado entre as dissertações apresentadas no Mestrado em Diplomacia do IRBr, 2002-2004

COLEÇÃO RIO BRANCO

INSTITUTO RIO BRANCO
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

BRASÍLIA 2005

Copyright©

Projeto de foto da capa: João Batista Cruz

Dissertação apresentada ao Programa de Formação e Aperfeiçoamento – primeira fase (profa-i) do Instituto Rio Branco como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Diplomacia, sob orientação da Professora Maria Angélica Madeira.

Prêmio Azeredo da Silveira – Instituto Rio Branco - Mestrado 2002-2004

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3322 2931, 3322 2188
Site: www.funag.gov.br
E-mail: publicacoes@ funag.gov.br

Impresso no Brasil 2005

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional
conforme Decreto n° 1.825 de 20.12.1907

SUMÁRIO

Introdução 7

I - Euclides da Cunha e a primeira república 13
1.1. Euclides da Cunha e a política: a ideologia republicana e o reformismo social 18
1.2. Euclides e as ciências 28

II - O Ingresso no Itamaraty 37

III - A Amazônia na agenda de política exterior do Brasil 49
3.1. Os problemas de fronteira com o Peru 51
3.2. A viagem de Euclides à Amazônia 59
3.3. O relatório oficial da Comissão de Exploração do Alto Purus 63

IV - Euclides da Cunha e a Amazônia 69
4.1. Amazônia, Terra sem história 71
4.2. A crítica social 78
4.3. O discurso etnográfico: o sertanejo 87
4.4. O discurso etnográfico: o caucheiro 91
4.5. O Judas Ahasverus 98
4.6. A integração da Amazônia ao Brasil 102

V - Euclides da Cunha e a Política Internacional 108
5.1. O contexto sul-americano 112
5.2. A disputa interimperialista 115
5.3. "Peru versus Bolívia" 122
5.4. A controvérsia com Zeballos 131
5.5. O trabalho de adido e os dilemas de um membro da intelligentsia de classe média 135

Conclusões 141

Bibliografia 147

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho - originalmente apresentado como dissertação de mestrado no Instituto Rio Branco, sob a orientação da Professora Maria Angélica Madeira, e avaliada pelas Professoras Lúcia Lippi Oliveira (FGV/RJ) e Mariza Peirano (UnB), cujas valiosas observações agradecemos - tem como objetivos fundamentais recuperar a memória histórica da passagem de Euclides da Cunha pelo Itamaraty e analisar os textos que produziu sobre a Amazônia e sobre a política internacional de sua época. A correlação dos temas decorre do fato de que os diversos ensaios de Euclides sobre a Amazônia e o cenário político internacional da primeira década do século XX foram produzidos durante seu trabalho na Chancelaria brasileira, inicialmente como chefe da comissão de limites com o Peru e posteriormente como adido do Barão do Rio Branco.

O estudo será desdobrado, nessa esteira, em três eixos fundamentais. O primeiro deles retoma a trajetória de Euclides da Cunha no Itamaraty, de sua admissão até a viagem à Amazônia e sua atuação como adido do Barão do Rio Branco. O segundo detém-se na apreciação de seus textos sobre a Amazônia, sobretudo do livro À Margem da História (1909) e de alguns dos artigos presentes na coletânea Contrastes e Confrontos (1907). O último tem por objeto as concepções fundamentais de Euclides da Cunha sobre a política externa brasileira e a realidade internacional do início do século XX. Os segmentos em questão são antecedidos, porém, por um capítulo introdutório, voltado à análise de sua inserção no campo intelectual da Primeira República.

Essas considerações acerca do contexto intelectual e político da Primeira República têm como propósito apresentar os aspectos fundamentais do pensamento de Euclides. Sua formação se deu na transição do Império para a República, e o fato de aderir ao credo republicano ainda quando estudante da Escola Militar terá repercussões importantes em suas concepções ideológicas e nas leituras que fará durante esse período. O

sentimento nacionalista e o espírito cientificista que permeiam toda sua obra deitam raízes nesse período de formação intelectual.

O primeiro capítulo consubstancia, logo, uma reflexão teórico-metodológica baseada em conceitos capazes de colaborar na análise do pensamento de Euclides da Cunha. Tendo em vista que um dos propósitos do trabalho é o de elucidar a relação de Euclides com personagens proeminentes em sua época - sobretudo o Barão do Rio Branco -, a utilização do conceito de "campo intelectual", conforme desenvolvido por Pierre Bourdieu, será uma das chaves explicativas das posições do escritor no contexto histórico específico da Primeira República. É à luz das preocupações geradas no interior do campo intelectual e do grupo social a que pertencia Euclides que poderemos interpretar melhor seus pronunciamentos sobre as idéias em voga na transição para o século XX.

O conceito de "campo intelectual" não esgota, porém, o instrumental metodológico necessário para o exame do pensamento euclidiano. O fato de a obra de Euclides ter sido lida criticamente durante muito tempo por autores que trouxeram à baila o exame de seus condicionantes ideológicos obriga ao manejo do conceito de ideologia ao longo do trabalho. Apoiaremo-nos, nesse sentido, na concepção de ideologia fixada por Karl Mannheim, que compreende esse conceito como um conjunto de idéias derivadas da visão de mundo de um grupo social específico.

Um último conceito, o de intelligentsia de classe média, presente na obra de Norbert Elias, será utilizado com o intuito de explicitar o papel que os intelectuais brasileiros desse estrato social tiveram no debate público sobre os rumos da República. Trata-se de um conceito que se relaciona e complementa os dois anteriores, de modo que campo intelectual, ideologia e intelligentsia constituem a tríade que contribui para a exposição das raízes e dos elementos que conformaram o pensamento de Euclides.

Uma vez ultrapassada a reflexão sobre a relação entre Euclides e a Primeira República, objeto do primeiro capítulo, ficam estabelecidos os pressupostos para o estudo de sua trajetória no Itamaraty, o que será feito no segundo capítulo. Retoma-se, de início, o processo de sua admissão na Chancelaria, na condição de chefe da comissão de limites com o Peru. Sua relação com o Barão do Rio Branco também é analisada, haja vista que

Euclides foi um dos intelectuais que fizeram parte do círculo mais próximo ao Chanceler brasileiro – o que nos remeterá, novamente, ao conceito de campo intelectual. Em seguida, procede-se à apresentação dos eventos que cercaram sua viagem à Amazônia e dos trabalhos que daí resultaram, sobretudo o relatório oficial da comissão de limites com o Peru.

Os dois capítulos seguintes dedicam-se, respectivamente, à apresentação da viagem de Euclides à Amazônia e à interpretação de seus ensaios amazônicos, sobretudo do livro À Margem da História. Nesse sentido, o terceiro capítulo discorre sobre os problemas de fronteira com o Peru, analisa os artigos sobre a questão publicados no jornal O Estado de São Paulo e rememora a viagem de Euclides à Amazônia, com o objetivo de que se tenha uma visão panorâmica dos problemas que envolviam a região à época. Em seguida, no quarto capítulo, procede-se ao estudo dos ensaios e artigos que reproduzem as experiências que Euclides teve no Amazonas e no Acre. Esses textos colocam o escritor na condição de um dos primeiros intérpretes da Amazônia. Sua visão contemplava tanto aspectos físicos como uma original exposição dos problemas sociais vividos pela população local, oferecendo ao leitor, por conseguinte, uma perspectiva complexa da realidade amazônica. O exame da assertiva de que a Amazônia era uma "terra sem história" é o passo inicial na interpretação dos ensaios de Euclides, situando sua compreensão da região a partir das leituras que fez de naturalistas estrangeiros. Em seguida serão estudados aspectos específicos de seus textos, como a crítica social - sobretudo a denúncia da exploração do seringueiro -, o discurso etnográfico sobre os personagens que protagonizavam o trabalho na selva - o seringueiro e o caucheiro - e a descrição da cerimônia do "Judas Ahasverus", um dos capítulos mais contundentes de À Margem da História.

O último capítulo almeja reconstruir a visão que Euclides tinha dos problemas de política internacional de seu tempo. Alguns temas merecem destaque, como suas opiniões acerca do contexto político sul-americano e da disputa interimperialista entre Estados Unidos e Alemanha. Sobre essas duas questões Euclides escreveu artigos publicados inicialmente na imprensa e posteriormente no livro Contrastes e Confrontos. Nesse segmento se procede ainda à análise do livro Peru versus Bolívia, escrito em razão de seu trabalho no Itamaraty e por solicitação direta do Barão do Rio Branco. Seu trabalho como adido também é resgatado - após seu regresso da Amazônia Euclides

trabalhou com o cartógrafo na chancelaria entre 1906 e 1909 -, bem como a controvérsia com o Chanceler argentino Estanislau Zeballos, aspecto pouco conhecido de sua biografia porém relevante em sua passagem pelo Itamaraty.

Em suma, o primeiro capítulo do presente trabalho – "Euclides da Cunha e a Primeira República" – almeja oferecer o contexto histórico, político e intelectual em que Euclides viveu. Esse pano de fundo permitirá uma melhor compreensão de sua admissão no Itamaraty – objeto do segundo capítulo – e dos textos que produziu após sua expedição à Amazônia. Assim, a expedição é o objeto do terceiro capítulo e os ensaios amazônicos são estudados no capítulo seguinte. Por derradeiro, são apresentadas as concepções fundamentais de Euclides sobre problemas de política internacional. Como veremos, o interesse por essas questões foi acentuado após seu ingresso no Itamaraty, já que o trabalho o colocou na posição de observador privilegiado das questões internacionais.

O exame da trajetória de Euclides no Itamaraty e o estudo de seus ensaios amazônicos chama a atenção para um momento pouco explorado de sua vida, que vai de 1904 a 1909. Durante esse período Euclides desempenhou suas funções como chefe da comissão de limites com o Peru e como adido do Barão do Rio Branco. Os textos que produziu nesse intervalo de tempo são, em linhas gerais, analisados no presente trabalho. Embora menos conhecida, a obra de Euclides sobre a Amazônia compartilha algumas características com Os Sertões, sobretudo na conciliação dos discursos literário e científico e na preocupação em revelar a realidade das regiões mais distantes do litoral brasileiro. Ainda que a planejada obra sobre a Amazônia – Um Paraíso Perdido – não tenha sido concluída em razão de sua prematura morte, os ensaios que Euclides publicou não deixam de constituir um esforço pioneiro de interpretação da Amazônia, sendo ainda hoje de interesse para o conhecimento da região.

Da mesma forma, o trabalho no Itamaraty permitiu que Euclides da Cunha mantivesse contato com personalidades políticas e diplomáticas importantes em sua época, notadamente com o Barão do Rio Branco. Uma vez inserido nesse ambiente político e intelectual, pôde desenvolver uma perspectiva própria sobre a República e discutir a inserção do Brasil no cenário internacional. A recuperação dessas concepções é passo importante para uma melhor compreensão de sua obra.

I - Euclides da Cunha e a Primeira República

I. EUCLIDES DA CUNHA E A PRIMEIRA REPÚBLICA

A compreensão do papel desempenhado por Euclides da Cunha no Itamaraty não dispensa a contextualização de seu pensamento e de sua posição social no quadro da República proclamada em 1889. O estudo de seu pensamento requer, portanto, uma reflexão correlata, concernente ao substrato social em que viveu e que teve papel importante na conformação de suas posições político-ideológicas. Esse estudo preliminar se justifica pela circunstância de que na obra de Euclides interagem com nitidez elementos de ordem política e literária, sendo possível assinalar que sua produção enfeixa uma visão específica sobre a realidade social da época. A melhor interpretação de sua obra passa, por conseguinte, pela compreensão dos fatores históricos a ela subjacentes.

Não se trata, contudo, de adotar uma concepção determinista, no sentido de que os textos de Euclides são moldados por fatores sociológicos e carecem, assim, de autonomia do ponto de vista estético. Trata-se, ao contrário, de compreender tanto os aspectos sociológicos inerentes à obra, como considerar sua estrutura como sendo dotada de qualidades estéticas que independem do fato de o texto refletir ou não certas realidades. Os aspectos sociológicos pertinentes devem ser tomados, nesse passo, como um elemento interno, e não externo, da obra. O texto não deve ser visto nem como um simples espelho da realidade, nem como uma estrutura que não trava nenhuma relação com o contexto em que foi produzida. Antonio Candido chama a atenção para a imprescindibilidade de que se combinem, na análise literária, tanto fatores externos (sociais) como internos (estéticos):

> "Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro,

> norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo".[1]

Dessa maneira, o exame do trabalho de Euclides numa instituição oficial rende ensejo a reflexões sobre as relações entre os intelectuais e o poder no limiar do século XX. A nomeação de Euclides para um cargo no Itamaraty se deveu, além de sua reconhecida competência intelectual, às relações de amizade que mantinha com importantes figuras da época, inclusive com um dos personagens mais representativos da primeira fase da República, o Barão do Rio Branco. O que peculiariza a obra de Euclides, contudo, é que mesmo a condição de funcionário do Estado não impediu que os livros publicados após sua viagem à Amazônia – como Contrastes e Confrontos e À Margem da História – perdessem o vigor de crítica social e política que marcou Os Sertões. Necessário enfatizar, logo, que seu trabalho no Itamaraty e a admiração que nutria por Rio Branco e outros personagens eminentes do cenário político não toldaram a irresignação com os rumos tomados, à época, pelo regime republicano.

A alusão à relação de Euclides com figuras importantes da Primeira República leva-nos ao conceito de "campo intelectual". Pierre Bourdieu o define como um "sistema de posições predeterminadas", permitindo explicar

> "o que as diferentes categorias de artistas e escritores de uma determinada época e sociedade deviam ser do ponto de vista do habitus socialmente constituído, para que lhes tivesse sido possível ocupar as posições que lhes eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual e, ao mesmo tempo, adotar as tomadas de posição estéticas ou ideológicas objetivamente vinculadas a estas posições".[2]

A posição específica de Euclides no campo intelectual a que pertencia é, como veremos, a dos escritores de classe média marcados pela experiência da Proclamação da República. Desde o tempo de estudante da Escola Militar Euclides já professava seu entusiasmo pelos projetos de reforma social. Sua pertinência a essa fração do campo intelectual o levará a manifestar,

---

[1] Candido, Antonio. Literatura e Sociedade. 8ª ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000, p.5-6.

[2] Bourdieu, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974, p.190.

como assinalam as palavras de Bourdieu, uma gama de "posições estéticas ou ideológicas objetivamente vinculada a estas posições". Essas posições consistirão no flerte com as teorias científicas centrais em voga na Europa e na tentativa de afirmar a nacionalidade brasileira tanto do ponto de vista territorial (daí a admiração por Rio Branco) como racial (preocupação presente tanto em Os Sertões como nos ensaios amazônicos). Assinale-se que após a proclamação da República o grupo a que pertencia Euclides deixa de ser o dos republicanos propriamente ditos, já que o processo de mudança de regime viria a se consumar antes da virada do século, e passa a ser principalmente o dos intelectuais e cientistas de classe média, culminando em sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, em 1903.

Durante sua vida Euclides exerceu basicamente funções ligadas ao Estado, seja como militar, engenheiro, funcionário do Itamaraty ou professor. As diversas passagens pelo aparelho de Estado não acarretaram, contudo, grandes transformações nas posições políticas do escritor. O inconformismo com a política nacional manteve-se o mesmo, e talvez tenha até se agudizado após a consolidação do regime republicano, pelo qual Euclides lutou desde os primórdios de sua carreira militar e desde o início de sua colaboração com a imprensa. Os ensaios de Euclides sobre a Amazônia – escritos após a viagem oficial ao Amazonas e ao Acre – revelam, nesse passo, a mesma combatividade social que caracterizam seus textos anteriores.

Um dos pontos que sobressaem é, desse modo, a simbiose entre duas facetas de Euclides: o funcionário de Estado, colaborador direto do Barão do Rio Branco, e o reformador social, cioso dos rumos tomados pela República. Essas duas dimensões iluminam o campo intelectual específico em que operou. Como funcionário de Estado Euclides pôde pensar a República e os interesses geopolíticos do Brasil mais ativamente, e como reformador social não se escusou de dialogar com as ideologias políticas que lhe foram contemporâneas, inclusive com o marxismo.[3] Os ensaios amazônicos denotam essa dupla perspectiva. Ao lado de ponderações e análises técnicas relevantes para o trabalho burocrático, emergem as considerações de ordem sociológica e a crítica social. Mesmo os textos propriamente oficiais, como o relatório da comissão, evidenciam a coexistência dessas duas dimensões contrastantes.

[3] Cf. item 4.2, infra.

O estilo vigoroso de Euclides, constatado principalmente em seus artigos na imprensa, justificam o pseudônimo utilizado nos primeiros textos publicados no jornal A Província de S. Paulo: Proudhon. A alusão ao líder socialista francês do século XIX revela as aspirações de reforma social acalentadas por Euclides desde sua juventude. Para ele, Proudhon seria "o pensador mais original do nosso século".[4]

O exame do papel público de Euclides da Cunha, como intelectual e funcionário do Estado na transição entre os séculos XIX e XX, será feito a partir de duas chaves explicativas principais. De início, serão apreciadas as relações de Euclides com a política e suas convicções ideológicas. Num segundo momento, passaremos ao estudo de suas relações com a ciência e com os círculos intelectuais de sua época. Para isso nos apoiaremos tanto no conceito de "ideologia" como no de "intelligentsia" de classe média.

1.1 - EUCLIDES E A POLÍTICA: A IDEOLOGIA REPUBLICANA E O REFORMISMO SOCIAL

Como intelectual, Euclides da Cunha não se furtou a manifestar, sobretudo por intermédio da imprensa, suas impressões sobre a política brasileira no momento da instauração da República. O traço mais marcante de suas reflexões políticas iniciais é o evidente republicanismo. Sua formação ocorreu num ambiente impregnado pelos ideais positivistas que colocavam em xeque a monarquia e esposavam a ciência como instrumento primordial de análise da sociedade e da natureza. Essa formação cientificista, obtida nos anos em que estudou na Escola Militar da Praia Vermelha, se fará presente de modo indelével em suas convicções políticas.

Ao nos referirmos à "ideologia" que se manifesta na obra de Euclides temos em mente a "concepção total" de ideologia desenvolvida por Karl Mannheim. Para Mannheim, a concepção total refere-se à "ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, por exemplo, a de uma classe, ocasião em que nos preocupamos com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo".[5]

---

[4] Cunha, Euclides da. "Atos e Palavras". In: Obra Completa, v. 1, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 1995, p. 611.

[5] Mannheim, Karl. Ideologia e Utopia. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986, p. 82.

Não se trata, assim, de uma concepção particular de ideologia, peculiar ao pensamento marxista, segundo a qual as idéias apresentadas por um interlocutor "são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com os seus interesses".[6] Ao revés, cabe analisar as opiniões de Euclides não como representações de interesses particulares do escritor, mas como um leque de posições derivadas da visão de mundo de seu grupo social.

Desse modo, a ideologia veiculada na obra de Euclides será tomada como um conjunto de idéias gestado no contexto histórico-social em que viveu o escritor. Essa "concepção total" de ideologia depende, como registra Mannheim, de uma análise mais compreensiva das idéias vigentes no "campo intelectual" (recorremos novamente ao conceito de Bourdieu) a que Euclides esteve ligado. Iniciaremos, logo, pela exposição panorâmica do processo histórico testemunhado por Euclides durante o período de sua formação intelectual.

O episódio mais emblemático do republicanismo de Euclides é o protesto que efetuou em 1888 durante a visita do Ministro da Guerra do Império à Escola Militar. O episódio, supostamente planejado em grupo, acabou consistindo numa ação isolada de Euclides, que, ao desembainhar seu sabre e atirá-lo ao chão, acabou selando sua expulsão da instituição, à qual retornou somente após a proclamação da República. A adesão dos alunos da Escola Militar aos princípios republicanos e positivistas decorria não apenas da influência direta de professores como Benjamin Constant, mas também da insatisfação com as condições de trabalho e com a política de promoções do Exército. Todavia, o protesto de Euclides não se deveu apenas à demora na promoção ao posto de alferes-aluno. A intenção de defender a República também se fazia presente. Roberto Ventura assinala que, anos depois do protesto, Euclides da Cunha confessou a Gastão da Cunha que "seu protesto fazia parte de um plano de rebelião para proclamar a República, que acabou sendo traído pelos colegas".[7] Ainda segundo o relato de Euclides, as palavras que dirigiu ao ministro Tomás Coelho deixavam claras suas convicções republicanas.[8]

---

[6] Ibidem, p. 81.

[7] Ventura, Roberto. Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha. Organização de Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2003, p. 74.

[8] Ibidem, p. 75.

A passagem pela Escola Militar exerceu, porém, forte influência na formação intelectual de Euclides. O exemplo de Benjamin Constant, positivista de grande ascendência junto aos alunos, ajudaria a conformar suas convicções intelectuais. Como registra Luiz Costa Lima, para o futuro escritor "Constant será um dos paradigmas para a vida ético-profissional, sendo de se presumir, tal o paralelismo de suas biografias a respeito, haver sido um dos modelos que para sempre o marcou".[9]

Após o episódio ocorrido na Escola Militar, Euclides prosseguiu sua defesa da República por meio de artigos publicados na imprensa. Sua colaboração com o jornal O Estado de São Paulo - então denominado A Província de São Paulo - teve início também em 1888, após seu desligamento da Escola Militar. Seu primeiro artigo na Província foi publicado em 22 de dezembro de 1888, quando Euclides contava 22 anos de idade. O texto, intitulado "A Pátria e a Dinastia", expressa a fé nos princípios positivistas de evolução da sociedade: "Desiluda-se o governo. A civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; emanada imediatamente de um fato, que assume hoje, na ciência social, o caráter positivo de uma lei - a evolução -, o seu curso, como está, é fatal, inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha, nem revoluções que a perturbem (...)".[10] O artigo criticava a decisão do governo imperial de transferir para localidades distantes os militares que simpatizavam com a República, como Deodoro da Fonseca, que fora removido para o Mato Grosso.[11]

É no artigo seguinte, porém, que Euclides vai manifestar mais incisivamente sua crença na iminência da proclamação da República. "Revolucionários" foi publicado em 29 de dezembro de 1888. Nele Euclides observa que o "republicano brasileiro deve ser, sobretudo, eminentemente revolucionário"[12], no sentido de que tem de destruir para, em seguida, construir uma nova sociedade. Assevera, ainda, que "a política do século XIX chama-se democracia", assinalando que "de há muito a colaboração de todas as ciências e das tendências naturais de nosso temperamento,

---

[9] Lima, Luiz Costa. Euclides da Cunha – contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Contraponto/Petrobrás, 2000, p. 8.

[10] Cunha, Euclides da. "A Pátria e a Dinastia". In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 597.

[11] Ventura, Roberto. Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha, cit., p. 78.

[12] Cunha, Euclides da. "Revolucionários". In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 597.

despiu-a do frágil caráter de uma opinião partidária, para revesti-la da fortaleza da lógica inquebrantável de uma dedução científica".[13] A adesão aos princípios democráticos será manifestada também em outros artigos. Euclides, todavia, não emprega o termo "democracia" para designar, literalmente, o governo do povo pelo próprio povo. Em artigo posterior, publicado já em 1889, ele contesta os críticos dos republicanos que manejam, com freqüência, a tese de que a República é inviável porque o povo não reúne condições de se autogovernar. Para Euclides, a democracia, no regime republicano, não afasta o mérito ou a aptidão. Segundo ele, o "governo republicano – digamo-lo sem temor – é naturalmente aristocrático – os pergaminhos dessa nobreza, porém, ascendem numa continuidade admirável, das oficinas às academias". Nesse sentido, classifica a República como o "o governo de todos por alguns – mas estes são fornecidos por todos".[14]

Numa predição que se revelaria correta, Euclides registra nas páginas da Província de São Paulo, no início de 1889, que a proclamação da República era questão de tempo: "Porque sabemos que a República se fará hoje ou amanhã, fatalmente como um corolário de nosso desenvolvimento; hoje, calma, científica, pela lógica, pela convicção: amanhã... Amanhã será preciso quebrar a espada do senhor Conde D´Eu".[15]

A participação de Euclides, pela imprensa, nos episódios que conduziriam à proclamação da República marca o início de sua atividade como intelectual público. A colaboração com jornais como A Província de São Paulo e O Democrata evidenciam o surgimento do pensador influenciado pela ciência e o escritor de estilo hiperbólico, engajado na militância pela reforma social. Esse envolvimento com o processo de mudança política e transformação social não cessará com a proclamação da República. As deficiências do novo regime farão com que Euclides, frustrado com os rumos do país, continue defendendo mudanças, ainda que de forma mais discreta. Ao entusiasmo inicial, portanto, seguiu-se a desilusão com a República.[16]

---

[13] Ibidem, p.598.

[14] Idem. "Atos e Palavras". In: Obra Completa, v.1, cit., p.605.

[15] Ibidem, p.609.

[16] Olímpio de Sousa Andrade pondera que Euclides é um "falso desiludido" com a República, "pois, mais adiante, tentará reacender em si uma chama qualquer de esperança". Cf. "Para a Peneira da História". In: Obra Completa, v.1, cit., p.590.

O vigor que caracteriza os artigos iniciais de Euclides na imprensa não deixa de afetar a qualidade de seus argumentos. Como ressalta Olímpio de Souza Andrade, prevalece, em seu noviciado na imprensa, o "gosto pela generalidade e pelas abstrações, que caracterizava a sua geração de batalhadores". O apego às idéias gerais e abstratas fazia com que raramente se voltasse "para os detalhes, para o lado objetivo das coisas, para o concreto da realidade".[17]

A ideologia de Euclides, na linha da "concepção total" proposta por Mannheim, resulta do conjunto de valores que prevaleciam em seu campo intelectual: a defesa da República, a pregação pela reforma social, o positivismo e o culto à ciência. Essas três vertentes de idéias, típicas dos estratos de classe média insatisfeitos com os rumos do Segundo Império, marcam a formação ideológica do escritor.

O cenário político brasileiro é, portanto, uma referência fundamental para a compreensão da obra de Euclides, que se distingue por um consistente substrato histórico, aludindo a acontecimentos políticos e sociais do Brasil nos vinte anos que se seguiram à proclamação da República.

A presença da política na vida de Euclides não se cingiu às páginas de seus artigos e livros. Decepcionado com os problemas e incongruências da Primeira República, Euclides chegou a postular uma candidatura a deputado por São Paulo. Walnice Nogueira Galvão registra que a política é uma das carreiras malogradas de Euclides, ao lado do magistério. Quanto ao ensaio de candidatura, assevera: "Estimulado pelos republicanos paulistas e especialmente pela confraria do jornal O Estado de S. Paulo, teve seu nome adiantado, mas preterido, para uma indicação a candidato. O autor da sugestão foi Júlio Mesquita, porém o projeto não foi avante".[18] Com efeito, da correspondência pessoal de Euclides da Cunha podemos depreender as circunstâncias que o levaram a postular uma candidatura a deputado, a única – e malsucedida – incursão concreta que fez em busca de um mandato eletivo.

Em carta a Júlio Mesquita, Euclides aceita o convite do amigo para tentar a candidatura, atribuindo-a principalmente à amizade que o unia ao

[17] Andrade, Olímpio de Souza. História e interpretação de Os Sertões. 4ª ed. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 59.

[18] Galvão, Walnice Nogueira. "Anseios de amplidão". In: Cadernos de Literatura Brasileira, nºs. 13/14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002, p. 174.

diretor de O Estado de São Paulo: "Aceitando o seu convite, espontaneamente feito, para ocupar um lugar no próximo Congresso Constituinte do Estado, faço-o principalmente porque ele partiu de um velho companheiro de lutas que, conhecendo-me desde menino, sabe perfeitamente que eu seria incapaz de aceitar se me reconhecesse sem atitude para o cargo". Aludindo a um dos traços fundamentais de sua personalidade, a introspecção, Euclides reporta-se também ao passado de militância republicana – especialmente ao episódio de insubordinação que protagonizou na Escola Militar: "Apesar de uma mocidade revolucionária, sou um tímido! Assusta-me qualquer conceito dúbio ou vacilante. E está nisto explicada mesmo a anomalia de ter permanecido engenheiro obscuro até hoje, num regime cuja propaganda me levou até a revolta e ao sacrifício franco, como sabe". E remata manifestando certo entusiasmo com a pré-candidatura: "Ademais, sabe que não iludirei a sua expectativa. Serei no Congresso o que sou aqui – um trabalhador".[19] Euclides, porém, não obteve o número de votos necessário para sagrar-se candidato pelo Partido Republicano de São Paulo.

Assim, é certo que o escritor, a despeito da frustração com os rumos tomados pela República, não repudiou totalmente a possibilidade de ingressar na política. O fracasso da tentativa em lançar sua candidatura a deputado, todavia, gerou um arrependimento inicial no escritor. No final do mesmo ano de 1900, relata a seu amigo Reinaldo Porchat que a empreitada foi um "escorregão":

> "O Mesquita, esse Júlio Mesquita que às vezes penso ser um irmão mais velho, ofereceu-ma com adorável espontaneidade. Aceitei-a. Mas este desazo, esse escorregão fora da linha reta em que sempre estive, esse esquecer pecaminoso da minha velha rigidez republicana, esse transigir com a vaidade - paguei-os! Ainda bem. Sinto singular consolo no próprio travar do desapontamento que me estonteou".[20]

Muito embora tenha lamentado esse "escorregão fora da linha reta", Euclides manteve a pretensão de participar de uma eleição, como atesta o

[19] Carta a Júlio Mesquita, s.d. 1900. In: Galvão, Walnice Nogueira e Galotti, Oswaldo. Correspondência de Euclides da Cunha. São Paulo, Edusp, 1997, p. 120. As demais citações da correspondência pessoal e oficial de Euclides da Cunha serão feitas com base nessa edição.

[20] Carta a Reinaldo Porchat, em 2 de dezembro de 1900. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 121.

fato de ter cedido aos pedidos de Francisco Escobar para se lançar candidato a deputado federal por Caranducaia, em Minas Gerais[21], no ano de 1908. Oito anos após o insucesso de sua pré-candidatura a deputado por São Paulo, Euclides ainda nutria, mesmo que de forma tênue, projetos eleitorais. Ao aceitar apresentar sua candidatura, justifica a nova tentativa a partir do romantismo e idealismo que o singularizavam desde o período de estudante da Escola Militar: "Não resisto à perspectiva que me descerras! Sou o mesmo romântico incorrigível. A idealização submeto-a aos estudos mais positivos, envolvo-a no cilício dos algarismos, esmago-a no peso das indagações as mais objetivas – e ela revive-me, cada vez maior, e triunfante". Anuncia, ademais, seu otimismo com a missão que almeja desempenhar no Congresso: "Penso até, num ímpeto de pecaminosa vaidade, que destruirei a esterilidade de um Congresso de resignados, tolhidos por toda espécie de compromissos".[22]

Pouco tempo depois, todavia, Euclides desiste da candidatura. Pondera que "ser deputado nesta terra é hoje uma profissão qualquer – para a qual decididamente não me preparei". Pede a Escobar que "passemos uma esponja sobre o nosso romance eleitoral".[23]

A ligação de Euclides da Cunha com a política apresenta, por conseguinte, características bem definidas. O republicanismo e a defesa de reformas sociais são traços marcantes de sua atuação, bem como uma espécie de romantismo ou idealismo aos quais ele se referiu em diversas ocasiões. Sua personalidade combativa do ponto de vista intelectual teve pouca desenvoltura, contudo, no plano da prática político-partidária. O fracasso de sua primeira tentativa eleitoral e a precoce desistência de sua candidatura em Minas Gerais indicam que Euclides não estava preparado para as lides eleitorais, sobretudo em função de seu alegado escrúpulo em solicitar favores e adesões e em travar contato com políticos tradicionais. Seus ímpetos "revolucionários" não encontravam, por conseguinte, espaço para progredir no cenário político da Primeira República.

---

[21] Galvão, Walnice Nogueira, op. cit., p. 176.

[22] Carta a Francisco Escobar, em 10 de abril de 1908. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 358.

[23] Carta a Francisco Escobar, em 27 de maio de 1908. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 363-364.

Sua participação política vai se concentrar na colaboração com a imprensa e no contato com personagens proeminentes da época, já que a passagem pela vida partidária foi efêmera. Seu trânsito nos círculos intelectuais permitiu-lhe o acesso a políticos e burocratas importantes. A ligação com o Barão do Rio Branco, por exemplo, surgiu devido à intermediação de intelectuais renomados, como o José Veríssimo, e de diplomatas que ocupavam altos cargos, como o Oliveira Lima e Domício da Gama. Um outro exemplo dessa conexão com os círculos de poder pode ser encontrado na nomeação de Euclides para o cargo de professor de Lógica do Colégio Pedro II, obtida duas semanas antes de sua morte. Muito embora tenha ficado em segundo lugar no concurso, superado pelo filósofo Farias Brito, foi o nomeado pelo governo, em razão da intervenção de amigos como o Rio Branco e o escritor e deputado Coelho Neto, que tinham influência junto ao presidente Nilo Peçanha.[24]

Esse episódio explicita, mais uma vez, a composição do grupo intelectual a que Euclides pertencia. Para Bourdieu, a análise do campo intelectual requer, num primeiro momento, a análise da "posição dos intelectuais e dos artistas na estrutura da classe dirigente".[25] No Brasil, durante a Primeira República, houve uma imbricação muito clara entre elites políticas e elites intelectuais. Euclides é um exemplo disso, tendo trabalhado no Itamaraty de 1904 até um pouco antes de sua morte, em 1909. A ação do Barão do Rio Branco, trazendo para o Ministério das Relações Exteriores intelectuais conhecidos, evidencia que nas primeiras décadas da República o Estado era o locus onde escritores e professores poderiam obter estabilidade financeira e, em contrapartida, legitimar ideologicamente o novo regime político. Nicolau Sevcenko observa:

> "Rodrigues Alves representou a mais harmoniosa e conseqüente articulação entre a tradição do Império, os interesses da cafeicultura paulista e a finança internacional. Rio Branco por seu turno fechou esse círculo atraindo o grupo de intelectuais que agregados ao Ministério das Relações Exteriores representaram a intelligentsia do novo regime, ao mesmo tempo que consolidou toda a substância da política interna de Rodrigues Alves

[24] Ventura, Roberto. "Memória Seletiva - À Frente da História". In: Cadernos de Literatura Brasileira, números 13 e 14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002, p. 37.

[25] Bourdieu, Pierre, op. cit., p. 191.

através de sua integração funcional no sistema internacional de forças políticas".[26]

Euclides da Cunha viu-se em diversos momentos na contingência de buscar no Estado a tão almejada estabilidade financeira, a fim de poder se dedicar com mais afinco aos estudos e à literatura. Sua decepção com a engenharia, como veremos posteriormente, foi manifestada diversas vezes aos amigos. Não tendo logrado obter uma colocação como professor, apesar de sua ambição de lecionar na Escola Politécnica de São Paulo e na Escola Militar do Rio Grande do Sul (a conquista da cadeira de Lógica no Colégio Pedro II só ocorre pouco antes de sua morte), é apenas com o trabalho no Itamaraty que se integra de maneira mais efetiva - ainda que não estável, por ocupar um cargo de estrita confiança do Barão do Rio Branco - à burocracia estatal.

Para os intelectuais da Primeira República o Estado representava, nesse passo, uma forte fonte de atração. Não obstante, Euclides manteve as características centrais de seu pensamento. Como veremos, mesmo nos textos que produziu quando já empregado no Itamaraty, sobretudo na coletânea de artigos e estudos À Margem da História, são apresentadas críticas à situação social das populações mais afastadas dos centros de poder. O reformismo social que amparava seu republicanismo persistiu íntegro durante toda a sua vida.

É importante ressaltar, ademais, que o contexto histórico que marca o declínio do Império e a ascensão da República é acompanhado por transformações sociais e culturais que levam a intelectualidade a buscar novos fundamentos para a nação. As concepções filosóficas que emergem na Europa desempenham, nesse processo, um papel decisivo. O darwinismo, o positivismo comteano e o evolucionismo consubstanciaram-se, a partir da década de 1870, num ideário que levaria, no Brasil, à defesa ideológica do republicanismo. A intelligentsia de classe média brasileira esforçava-se, dessa maneira, em sintonizar-se com as principais correntes de pensamento em voga na Europa. Norbert Elias conceitua intelligentsia de classe média como sendo "numerosos indivíduos na mesma situação e de origens sociais

[26] Sevcenko, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1999, p. 46.

semelhantes espalhados por todo o país, pessoas que se compreendiam porque estavam na mesma situação".[27] Euclides, decisivamente influenciado pelas concepções científicas modernas, é um exemplo de como esse conjunto de idéias redundaria na defesa, no plano político, de reformas políticas e sociais, lançando mão de argumentos muitas vezes frágeis, dada a disparidade entre seu arcabouço ideológico e a realidade brasileira. Ainda assim, convém registrar que o projeto dos intelectuais brasileiros mais afinados com os centros europeus era promover, com esteio nas novas correntes filosóficas, a modernização do país, do ponto de vista político, social e cultural.

O fato de os intelectuais brasileiros passarem a se envolver progressivamente na defesa de transformações, de 1870 até o início do século XX, leva Nicolau Sevcenko a fixar que, nesse período, "o engajamento se torna a condição ética do homem de letras".[28] Ainda segundo Sevcenko, os temas que despontavam na análise desses intelectuais brasileiros eram "a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população".[29]

Todo o quadro exposto – a ascensão da República e a crença de Euclides nas possibilidades do novo regime, bem como o papel que a intelligentsia de classe média desempenhou no período, defendendo reformas a partir da influência de correntes de pensamento européias – se presta a colaborar para a interpretação da produção de Euclides, inclusive dos textos sobre a Amazônia e sobre política internacional, escritos em sua maior parte durante o desempenho de atividades no Itamaraty. A compreensão desse segmento de sua obra exige que se tenha em mira que Euclides é um republicano crítico, observador das questões políticas e pregador constante de reformas sociais. Tais concepções políticas vão se fazer presentes, como veremos, em sua obra literária e em suas análises da conjuntura mundial da primeira década do século XX.

---

[27] Elias, Norbert. O Processo Civilizador – Uma História dos Costumes. v. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, p. 36.

[28] Ibidem, p. 78-79.

[29] Ibidem, p. 79.

1.2 - EUCLIDES E AS CIÊNCIAS

A ligação de Euclides com as ciências, sobretudo as naturais e exatas, mostra-se nítida na leitura de suas obras. É de se destacar que a apreensão de certas correntes filosóficas européias, sobretudo do evolucionismo, fez com que incorresse em alguns erros e contradições, notadamente no que diz respeito à análise da mistura de raças e seus reflexos na constituição da nação. De acordo com Nelson Werneck Sodré, o emprego de conceitos importados das doutrinas européias indicaria, nos textos de Euclides, a influência da "ideologia do colonialismo". Sodré a conceitua da seguinte forma: "Por ideologia do colonialismo se entende aqui o conjunto de idéias e conceitos que, gerado e desenvolvido com a expansão colonial das nações do Ocidente europeu, pretende justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar (...)". A ideologia do colonialismo reuniria, nesse passo, "tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização".[30]

O conceito de ideologia esposado por Sodré deita raízes na concepção marxista, vendo o fenômeno ideológico sobretudo como uma falsa representação da realidade. Difere, nesse sentido, da "concepção total" de ideologia apresentada por Mannheim, que, como vimos anteriormente, não corporifica uma visão cética das idéias de um interlocutor, procurando, antes, perquirir o contexto sociohistórico em que foram produzidas. A referência anterior à ideologia de Euclides não mantém nenhuma relação, portanto, com a conotação assumida pelo termo "ideologia do colonialismo", estando ligada, sim, à "concepção total" de Mannheim.

Ainda que os equívocos dos textos de Euclides sejam inegáveis, a assertiva de que sua literatura incorpora a ideologia do colonialismo não reflete aspecto fundamental de sua obra: a afirmação da nacionalidade. A despeito de sua sintonia com as principais vertentes do pensamento europeu, Euclides foi original ao manuseá-las em sua análise e compreensão histórica do Brasil. Os erros que cometeu com relação à mestiçagem, por exemplo, são mitigados, tanto em Os Sertões como em À Margem da História, por palavras de louvor ao sertanejo e ao amazônida. Daí que as reflexões de Euclides estejam freqüentemente assentadas em ambigüidades e

[30] Sodré, Nelson Werneck. "Revisão de Euclides da Cunha". In: Obra Completa, v. 2, cit., p. 32.

contradições. Em Os Sertões fica patente essa transição: a visão negativa da figura do sertanejo se transmuda, ao final da obra, na célebre assertiva de que ele mesmo, o sertanejo, é o "cerne de nossa nacionalidade". Também em À Margem da História, conforme ressaltaremos posteriormente, Euclides abandona a visão preconceituosa do imigrante nordestino que vai à Amazônia (referindo-se às levas de imigrantes como o "rebotalho das gentes") para enaltecer, páginas depois, o destemor e resistência que tem às adversidades. Assim, a aceitação do evolucionismo convive, problematicamente, com a necessidade que sente em revelar o interior do Brasil e buscar seus personagens principais, como o sertanejo e o caboclo.

Sodré vislumbrou um "dualismo singular" em Euclides, entendendo que as contradições reforçariam a ideologia do colonialismo:

> "Existe em Euclides da Cunha um dualismo singular, de que os seus livros estão pontilhados: enquanto observa, testemunha, assiste, conhece por si mesmo, tem uma veracidade, uma importância, uma profundidade e uma grandeza insuperáveis; enquanto transmite a ciência alheia, ainda sobre o que ele mesmo viu, testemunhou, assistiu, conheceu, descai para o teorismo vazio, para a digressão subjetiva, para a ênfase científica, para a tese desprovida de demonstração".[31]

O ponto de vista aqui adotado, no entanto, assume uma interpretação distinta: as contradições na obra de Euclides debilitam a exposição das correntes filosóficas representativas da ideologia do colonialismo, retirando-lhe eficácia e coerência. Assim, a aceitação acrítica das teses evolucionistas tende a ser enfraquecida pela forte impressão que causou em Euclides o contato com a realidade: o conhecimento das condições concretas de vida do sertanejo vai marcá-lo positivamente. A contradição colabora, assim, para esvaziar a visão negativa da mistura de raças. O "dualismo singular" a que se refere Sodré – de um lado o plano da teoria, das correntes de pensamento européias que visariam à justificação do colonialismo; de outro o confronto de Euclides com a realidade, que lhe oferece outra perspectiva, mais positiva, dos fenômenos que discute – atesta, nesse sentido, que os juízos sumários de Euclides sobre certos temas não são unívocos, restando debilitados dentro do próprio texto.

---

[31] Ibidem, p.40.

Convém, logo, resgatar o histórico da relação de Euclides com as ciências, tema que desperta, na interpretação de sua obra, diversas controvérsias, como a relativa à ideologia do colonialismo.

O ingresso de Euclides na Escola Militar é o passo inicial para o estudo de diversos campos da ciências – mineralogia, astronomia, cálculo, metalurgia, geologia, geografia, dentre outras disciplinas. A formação obtida na Escola da Praia Vermelha e na Escola Superior de Guerra lhe permitiu conseguir o título de bacharel em Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais.[32] O ambiente intelectual que freqüentava era marcado pela influência de autores como Comte, Darwin, Haeckel, Spencer e Gumplowicz, cujas concepções estavam em voga na Europa. Com relação a essas correntes de idéias, contudo, Euclides deixou claro que sua aceitação não deveria significar a aplicação irrestrita de concepções estrangeiras à realidade brasileira. Pelo contrário: Euclides afirmou, em diversos momentos, que a especificidade da formação brasileira exigia um esforço maior de reflexão, que fosse além da incorporação acrítica de teorias gestadas em outros países – o que, como dissemos, atenua os eventuais erros decorrentes da captação direta, sem uma maior aferição crítica, das doutrinas européias.[33]

Num artigo intitulado O Brasil Mental, de 1898, Euclides deixa patente essa visão. Acerca do positivismo, por exemplo, contesta a idéia de que as ponderações de Comte tenham sido aceitas, no Brasil, sem maiores adaptações: "Ora, a verdade é que a grande maioria da atual geração brasileira, que remodelou o espírito sob o influxo tonificador do notável critério científico do pensador francês, não ultrapassou as páginas da "filosofia positiva", da "geometria analítica" e da "síntese subjetiva"".[34] Queria dizer, com isso, que o credo positivista tinha sido aceito no Brasil mais no plano das ciências, no qual suas observações se fariam pertinentes, do que na esfera dos rituais e dos cultos, em que a pregação de uma aristocracia de sábios parecia se antagonizar com os ideais republicanos.

---

[32] Santana, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e as Ciências Naturais. São Paulo-Feira de Santana, Ed. Hucitec e Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001, p. 47.

[33] Clóvis Moura observa que Euclides, apesar de se amparar "num cabedal de conhecimentos que não o ajudava a desvendar os véus que cobriam a solução dos problemas brasileiros", era um escritor "sensível aos problemas da sociedade brasileira". Cf. Moura, Clóvis. Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1964, p. 10.

[34] Cunha, Euclides da. "O Brasil Mental". In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 452.

Euclides assevera, assim, que "uma minoria diminutíssima aceitou todas as conclusões do pontífice. A maioria permaneceu autônoma. É escusado demonstrar. Basta a afirmativa incontestável de que em nossas indagações científicas preponderam, exclusivos em toda a linha, o monismo germânico e o evolucionismo inglês".[35]

As reflexões de Euclides salientam, por conseguinte, que a corrente prevalecente no Brasil, sobretudo entre a intelligentsia de classe média, era o evolucionismo, verificando-se, ademais, uma aceitação parcial do positivismo. Essa gama de idéias deveria ser interpretada à luz da realidade brasileira, já que a nossa história seria peculiar, caracterizando-se pela presença de "tipos étnicos emergentes do cruzamento de raças mui diversas".[36] A existência de raças diferentes e sua fusão na formação da nacionalidade brasileira poderiam ser explicadas, segundo Euclides, com esteio nos conceitos das correntes deterministas e evolucionistas. Assim, citando Ludwig Gumplowicz, uma de suas maiores influências, Euclides assenta que

> "podemos caracterizar o nosso movimento evolutivo como um resultado da ação de raças heterogêneas que se acham entre si numa relação de subordinação ou de predomínio, ou num equilíbrio mais ou menos estável, obtido à custa de compromissos políticos, determinando uma superposição de classes que se erige na ordem política como – a seleção natural das raças".[37]

O fato de a nacionalidade brasileira resultar da mistura de tipos étnicos distintos entre si faria com que fôssemos fatalmente diferentes. Um dos fatores constituintes de uma nacionalidade seria a capacidade de formular um corpo de idéias próprio, de maneira que se pudesse respirar "livremente em ambiente superior, autônomos, não absorvendo parasitariamente o resultado de esforços estranhos, mas transformando-os em nossa economia íntima, e reagindo por nossa vez sobre o progresso geral imprimindo-lhe um traço de originalidade qualquer".[38] Como já visto,

---

[35] Ibidem.

[36] Ibidem, p.455.

[37] Ibidem.

[38] Ibidem, p.443.

essa assertiva de Euclides resulta da circunstância de que os intelectuais brasileiros pugnavam, no final do século XIX, pela gestação de idéias explicativas sobre o Brasil e seus problemas, como o passo decisivo para a formação de uma nacionalidade independente.

Ressalte-se, novamente, que essa ênfase sobre a necessidade de amoldarmos o pensamento estrangeiro às nossas especificidades não evitou que o próprio Euclides incorresse em alguns equívocos. Adepto de Darwin e Gumplowicz, cometeu, em Os Sertões, diversas impropriedades, ao revelar preconceitos contra o sertanejo e contra a figura de Antônio Conselheiro. Afirma, peremptoriamente, que a "mistura de raças muito diversas é, na maioria dos casos, prejudicial".[39] Entretanto, é ainda em Os Sertões que Euclides, paradoxalmente, passa a sublinhar o vigor do sertanejo, considerando-o o cerne de nossa nacionalidade e "uma raça forte".[40] Essa já referida contradição interna de sua obra – os preconceitos coexistem com a visão positiva dos tipos étnicos nacionais que resultaram da mistura de raças – enseja diversas críticas aos argumentos de Euclides, como a acusação de arauto da "ideologia do colonialismo" feita por Nelson Werneck Sodré.

Luiz Costa Lima, a propósito de Os Sertões, sublinha que a análise de Euclides combina um "darwinismo cru" e um "evolucionismo grosseiro", aliados à idéia de que o avanço da nação dependia inexoravelmente da República: "Antes pois que Euclides dispusesse de uma "teoria" sobre o futuro do país, já empunhava seus pressupostos, sobre os quais em nenhum momento se questionaria. As conseqüências deste apriorismo não serão pequenas, nem pouco danosas".[41] Para Costa Lima, Euclides, como o Conselheiro, também seria um fanático, cuja crença nos poderes da ciência e da república acabavam redundando numa espécie de autoritarismo. O contato com o sertão e com suas populações teria feito com que adotasse, porém, outro discurso. Daí a ponderação de que seu pensamento contém duas dimensões: a dos referenciais científicos do final do século XIX e início do século XX, que o levou a incorrer em apriorismos e equívocos sobre certos temas; e, de outra parte, a do contato com a realidade do

[39] Idem. Os Sertões. 4ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 113.

[40] Ibidem, p. 115.

[41] Costa Lima, Luiz, op. cit., p. 16-17.

interior brasileiro, que lhe trouxe impressões capazes de infirmar os juízos sumários emitidos com base apenas nos postulados evolucionistas.

O apego de Euclides às ciências mantém-se ao longo de toda sua vida. Em 1903, por exemplo, em correspondência a Araripe Júnior, em que analisa a disputa imperialista no continente americano, travada entre Estados Unidos e Alemanha, reitera sua admiração por Gumplowicz, autor que preconizava a luta de raças como força motriz da história: "Sou um discípulo de Gumplowicz, aparadas todas as arestas duras daquele ferocíssimo gênio saxônico".[42]

Também os ensaios de Euclides sobre a Amazônia, que analisaremos posteriormente, deixam entrever a adesão do escritor aos princípios científicos do evolucionismo. Ao apreciar, em artigos no jornal O Estado de São Paulo, a iminência de um conflito entre Brasil e Peru, Euclides critica o país vizinho com respaldo em argumentos raciais, assinalando que a mestiçagem teria contribuído para os impulsos belicistas dos peruanos.[43] Ademais, a compreensão que tinha do panorama político internacional, marcado pelo crescente poderio e intervencionismo norte-americanos na América Central e do Sul, baseava-se na tese de que a disputa entre as nações também era parte de um processo de seleção natural, em que os mais fracos estariam fadados ao fracasso. A alusão freqüente à "seleção natural" e a crítica que empreende à mestiçagem caracterizariam, em Euclides, um etnocentrismo resultante da fascinação que sobre ele exerciam o evolucionismo e o transformismo.[44]

A influência do evolucionismo alia-se a outra característica fundamental do pensamento euclidiano: o nacionalismo. Como já sublinhamos, a absorção da gama de idéias emanadas da Europa não redundou, no autor de Os Sertões, numa alienação total da realidade brasileira. O que se verifica, ao contrário, é a defesa que faz em prol de um maior conhecimento das regiões e populações do Brasil. Alfredo Bosi observa que Euclides faz parte do grupo de escritores que, no início do século XX, passaram a tematizar problemas fundamentais do Brasil, como o "as

---

[42] Carta a Araripe Júnior, em 27 de fevereiro de 1903. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 151.

[43] Cf. item 3.1, infra.

[44] Sodré, Nelson Werneck, op. cit., p. 45-46.

oposições campo/cidade, branco/mestiço, rico/pobre, cosmopolita/brasileiro, imigrante/nacional...". Ainda segundo Bosi, "variam no tempo e no espaço as incidências dessas tensões: os desequilíbrios dizem respeito ora a problemas regionais, que acabam envolvendo o poder central, ora à estrutura mesma da sociedade, feita de classes e grupos de status que integram de modo assimétrico e injusto o sistema da nação".[45] É lícito, nesse sentido, atribuirmos a Euclides a condição de intérprete da sociedade brasileira, tendo ele efetuado um trabalho sociológico pioneiro, muito embora não tenha produzido textos propriamente acadêmicos, e sim dado forma literária a questões que se colocavam em primeiro plano na consolidação do regime republicano.

Deve-se atentar, logo, para esta peculiaridade de Euclides: trata-se de um autor que se apropriou do fluxo de idéias advindas da Europa, embora buscasse evitar a adoção de um cosmopolitismo alheio à realidade brasileira. No prefácio ao livro "O Inferno Verde", de Alberto Rangel, Euclides pondera que "pensamos demasiado em francês, em alemão, ou mesmo em português. Vivemos em pleno colonato espiritual, quase um século após a autonomia política".[46] Seu propósito era o de que a apreensão das ideologias e correntes filosóficas européias se fizesse de acordo com uma perspectiva nacionalista, isto é, que fossem manejadas conforme as possibilidades de explicar fenômenos brasileiros, o que em certos casos conduziu a erros (como na análise da miscigenação). Desse modo, Euclides esforçava-se em utilizar um crivo crítico na leitura do sistema de idéias europeu. Para ele, o cosmopolitismo típico do ambiente intelectual da Primeira República era uma "espécie de regímen colonial do espírito que transforma o filho de um país num emigrado virtual, vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo".[47]

Gilberto Freyre, a propósito das generalizações que Euclides faz quando trata de problemas etnográficos, ressalva que ele "não se extremou

[45] Bosi, Alfredo. "As Letras na Primeira República". In: Fausto, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930). v. III, t. II. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1985, p. 304.

[46] Cunha, Euclides. "O Inferno Verde", prefácio ao livro de mesmo título de Alberto Rangel. In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 498.

[47] Cunha, Euclides. Contrastes e Confrontos. In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 195.

em místico de qualquer teoria de superioridade de raça".[48] Conquanto Freyre reconheça em Euclides "exageros etnocêntricos na análise e interpretação da nossa sociedade"[49], tem o cuidado de observar que "em Euclides da Cunha o pessimismo diante da miscigenação não foi absorvente. Não o afastou de todo da consideração e da análise daquelas poderosas influências sociais a cuja sombra se desenvolveram, no Brasil, condições e formas feudais de economia e de vida já mortas na Europa ocidental (...)".[50] Nesse sentido, o acolhimento do evolucionismo surgido na Europa não impediu que salientasse – e procurasse afirmar – os aspectos específicos da formação da nacionalidade brasileira.

Tendo em vista os elementos básicos da relação de Euclides da Cunha com as idéias políticas e científicas de sua época, podemos nos dedicar, agora, a recuperar sua trajetória no Itamaraty e empreender uma interpretação de seus ensaios sobre a Amazônia e a política internacional de seu tempo.

[48] Freyre, Gilberto. Perfil de Euclides e outros perfis. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944, p.41.

[49] Ibidem, p.40.

[50] Ibidem, p.42.

II - O INGRESSO NO ITAMARATY

II. O INGRESSO NO ITAMARATY

O ingresso de Euclides da Cunha no Itamaraty é resultado da ambição pessoal do escritor em travar contato com a Amazônia. Após a publicação de Os Sertões em 1902, Euclides propôs-se a descortinar para o Brasil aquela "terra sem história", expressão que utilizou para designar a outra vasta porção do território nacional que persistia pouco conhecida pelo resto do país. Nos primeiros anos do século XX a Amazônia passara a adquirir maior relevo para o governo central, sobretudo em função dos problemas envolvendo a incorporação do Acre – efetivada em 1903 pelo Tratado de Petrópolis – e do período mais intenso de exploração da borracha.

O trabalho no Itamaraty apresentava-se, nesse passo, como um instrumento útil à pretensão literária de Euclides. Sua vida pessoal, no início de 1904, é caracterizada por atribulações. Uma breve apreciação das dificuldades que se apresentavam é relevante para a compreensão dos caminhos que o levaram ao Itamaraty. À ausência de estabilidade financeira somam-se as aspirações intelectuais que o incompatibilizavam com a rotina da vida de engenheiro. À época, Euclides trabalhava na Comissão de Saneamento de Santos, morando na cidade vizinha de Guarujá. O trabalho não o satisfazia[51], como se verifica em seu epistolário. Em correspondência a Machado de Assis, datada de 15 de Fevereiro de 1904, refere-se a seu "triste ofício" e desabafa: "Realmente, desde que aqui cheguei não tive ainda um quarto de hora para me dedicar aos assuntos queridos, nem aos livros prediletos. Estou inteiramente embaraçado e preso numa rede... de esgotos! A comparação, tristemente realista, é tristemente verdadeira".[52] A reticência quanto à sua perspectiva profissional e a evidente amargura

[51] Sílvio Rabelo destaca que "Euclides foi um engenheiro sem nenhum gosto pela profissão". Cf. Rabelo, Sílvio. Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, Livraria Editora Casa do Estudante Brasileiro, 1948, p. 271.

[52] Carta a Machado de Assis, em 15 de Fevereiro de 1904. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 197.

persistem na carta de 12 de Março, endereçada ao historiador Max Fleiuss: "Aqui estou às voltas com o meu triste ofício de engenheiro. Quer isto dizer que bem pouco tempo me sobra para cuidar de coisas mais altas. Calcule a minha revolta contra essa situação lastimável: chumbado à profissão ingrata que me desvia tanto dos estudos prediletos...".[53]

A alusão ao "triste ofício" põe de manifesto que Euclides acalentava objetivos intelectuais que dessem seguimento ao sucesso atingido por Os Sertões. Seu dia-a-dia era, contudo, pontilhado pelas angústias da profissão. Em abril de 1904, pede demissão do emprego em Santos em razão de desentendimentos com seus superiores. Retorna ao Rio de Janeiro, não logrando obter, todavia, emprego fixo. Reinicia, então, a colaboração com o jornal O Estado de São Paulo, escrevendo, também, para O País, do Rio de Janeiro. A precariedade e instabilidade de sua situação profissional são patentes, refletindo-se inclusive financeiramente. Roberto Ventura salienta que os sobressaltos financeiros fizeram com que Euclides transferisse os direitos de Os Sertões para a editora Laemmert "pela módica quantia de um conto e 800 mil réis".[54]

O período que se inicia em abril de 1904, com o abandono das atividades de engenheiro em Santos, é decisivo para as suas pretensões. Saturado da rotina que o afligia, e resistente a solicitar favores para conseguir nova colocação, passa a vislumbrar novos objetivos. O interesse pela Amazônia era antigo, e se acentuara com o problema do Acre. Em 1903, em carta a Luís Cruls, assevera que "alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre". Seus escrúpulos, porém, restringiam-lhe o campo de ação. Na mesma carta, prossegue: "Mas não vejo como realizá-lo. Nesta terra, para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. Elimino por isto a aspiração – é que talvez pudesse prestar alguns serviços".[55]

Euclides manifestava freqüentemente esse embate íntimo entre seus escrúpulos e a premência em obter um emprego estável na burocracia do Estado. Revelou, inclusive, que chegara a negar uma oferta do então presidente Floriano Peixoto, que teria lhe oferecido, em retribuição ao seu

[53] Carta a Max Fleiuss, em 12 de Março de 1904. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 198.

[54] Ventura, Roberto. "Memória Seletiva - À Frente da História", cit., p. 31.

[55] Carta a Luís Cruls, em 20 de Fevereiro de 1903. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 149.

apoio à causa republicana, a colocação que melhor lhe conviesse na burocracia estatal.[56] A recusa trouxe-lhe orgulho, mas também conseqüências danosas, fazendo com que sofresse com as incertezas de sua profissão. Para Luiz Costa Lima, o repúdio à oferta de Floriano engendra um evidente ressentimento em Euclides: "Como se ele dissesse: se eu não fosse tão rígido, sofreria menos apertos".[57]

Esse ressentimento com a ausência de impessoalidade no funcionamento do Estado é uma constante em Euclides, mas não vai obstar o estreitamento de suas relações com o Barão do Rio Branco. Euclides tinha consciência de que sua ida à Amazônia estava na dependência do exercício de uma função oficial, e que sua nomeação passava pelo acionamento de uma cadeia de relações pessoais, sobretudo dentro do grupo intelectual a que pertencia. De início, porém, a decisão de não solicitar favores o leva a abandonar temporariamente seu objetivo.

É a demissão do cargo de engenheiro da Comissão de Saneamento de Santos e a inexistência de novas ofertas de trabalho, a partir de abril de 1904, que fazem Euclides retomar o plano de ir a Amazônia. Sua decepção com a engenharia é profunda, agudizando-se após o malogro de sua ida ao Rio de Janeiro, onde não conseguiu emprego. Lá, testemunhou que a "pobre engenharia" estava "torpemente jogada na calçaria estéril da rua do Ouvidor ou entupindo as escadas das Secretarias". Acrescente-se a isso uma gama de frustrações pessoais: "Doloroso é isto: tenho doze anos de carreira fatigante, abnegada, honestíssima, e lograda, traçada retilineamente; passei-os como um asceta, com a máxima parcimônia, sem uma hora de festa dispendiosa, e chego ao fim desta reta tão firme, inteiramente desaparelhado!".[58]

Em junho de 1904, em correspondência a José Veríssimo, Euclides cede às contingências e aceita os bons ofícios de seu amigo junto ao Barão do Rio Branco para conseguir um posto na Comissão de Reconhecimento

[56] A revelação consta de correspondência não datada a Lúcio de Mendonça, em 1904. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 193-194.

[57] Lima, Luiz Costa, op. cit., p. 09.

[58] Carta a Vicente de Carvalho em 27 de Abril de 1904. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 204.

do Alto Purus. Euclides não recuou, no entanto, a ponto de buscar, pessoalmente, sua nomeação, preferindo utilizar a intermediação de Veríssimo e também de Oliveira Lima. Este último assinalou em suas memórias: "(...) fui eu que um pouco depois o fez, por seu desejo, escolher para a comissão do Alto-Purus".[59] Todavia, por razões pessoais, Oliveira Lima transferiu a incumbência de conversar com Rio Branco a José Veríssimo.[60] Na carta a José Veríssimo Euclides é explícito no que concerne à sua objeção ao pleiteamento de cargos no Estado: "Não escreverei diretamente ao Barão do Rio Branco".[61]

Euclides não era um desconhecido para Rio Branco. A fama alcançada com a publicação de Os Sertões já ecoara junto ao Chanceler brasileiro, fazendo com que sufragasse o seu nome na eleição para a Academia Brasileira de Letras.[62] Como registramos anteriormente, Euclides e Rio Branco mantinham uma certa interlocução sobre os problemas do país, já que o Chanceler brasileiro esforçava-se em se cercar de intelectuais capazes de compartilhar suas preocupações com a integridade territorial e a afirmação da nacionalidade brasileira. Não houve, assim, resistência do ministro à indicação efetuada por José Veríssimo. O primeiro encontro pessoal entre Euclides e Rio Branco, ocorrido em meados de 1904, selou a nomeação do escritor para a comissão de reconhecimento do Purus, criada com a função de demarcar as fronteiras do Brasil com o Peru. O encontro é narrado por Francisco Venâncio Filho com esteio no relato de Domício da Gama, que testemunhou a conversa entre Euclides e Rio Branco. Segundo Domício, o encontro se estendeu das nove às onze horas da noite, e Rio Branco parecia à vontade, "contente de encontrar quem o entendesse e partilhasse o seu interesse pelos assuntos que lhe eram caros". Euclides, de outra parte, parecia "cada vez mais intimidado e mal à vontade, como se o oprimisse o respeito que lhe inspirava desde o primeiro momento aquele grande homem público".[63]

---

[59] Apud: Venâncio Filho, Francisco. Rio Branco e Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, 1946, p. 15-16.

[60] Venâncio Filho, Francisco. "Retrato Humano de Euclides da Cunha". In: Cunha, Euclides. Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 73.

[61] Carta a José Veríssimo em 24 de Junho de 1904. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 207.

[62] Venâncio Filho, Francisco, Rio Branco e Euclides da Cunha, cit., pp. 11-13.

[63] Apud: Venâncio Filho, Francisco, Rio Branco e Euclides da Cunha, cit., p. 19.

Algumas semanas após o encontro foi publicada a nomeação de Euclides como chefe da comissão de reconhecimento do Purus. Iniciava-se, assim, um período de cinco anos de trabalho no Itamaraty. Seu ingresso na instituição, como se vê, apresenta especificidades que vão se refletir em sua obra. Euclides era um intelectual a serviço do Estado, ligado diretamente ao Barão do Rio Branco. Os textos que resultarão de sua viagem à Amazônia, inclusive o relatório oficial da missão, revelam uma visão complexa da região, concatenando a perspectiva geográfica que interessava à comissão com análises sociológicas originais à época. Seus estudos são, também, propositivos. À semelhança do que ocorrera com Os Sertões, Euclides, coerente com sua visão republicana, preocupava-se sobretudo com a integração da Amazônia ao Brasil. Essa integração, transcendendo a questão de limites, dependia de políticas públicas de desenvolvimento e de auxílio às populações locais. É o conjunto dessas análises e propostas que permite aquilatar o valor dos textos de Euclides sobre a região.

O encontro de 1904 foi o início de boas relações pessoais com o Barão do Rio Branco. Euclides admirava o Chanceler, como o revela em extensa carta a Domício da Gama:

> "O próprio barão, com a sua estranha a majestosa gentileza, recorda-me uma idade de ouro, muito antiga, ou acabada. Continuo a aproximar-me dele sempre tolhido, e contrafeito pelo mesmo culto respeitoso. Conversamos; discutimos; ele franqueia-me a máxima intimidade – e não há meio de poder eu considerá-lo sem as proporções de homem superior à sua época (...) De fato, é o caso virgem de um grande homem justamente apreciado pelos seus contemporâneos. A sua influência moral, hoje, irradia triunfalmente pelo Brasil inteiro".[64]

As particularidades da relação entre Euclides da Cunha e o Barão do Rio Branco interessam por contribuírem para um melhor compreensão do papel que o chefe da comissão de limites desempenhará no Itamaraty. As relações com Rio Branco são cerimoniosas. Por se tratar de um "homem superior à sua época", Euclides não logra desvencilhar-se, como afirmou, de um "culto respeitoso" pela figura do Chanceler. A afinidade que existe entre ambos diz respeito ao interesse que devotam às regiões mais afastadas

[64] Carta a Domício da Gama em 15 de Agosto de 1907. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 335.

do país. Rio Branco, como ator político, teve êxito na defesa da integridade do território nacional, escudando-se em argumentos históricos e geográficos caros a Euclides. Este, por seu turno, fixou em seus textos as contradições que marcavam a República na transição para o século XX, trazendo a público os problemas das populações do interior do Brasil. A convergência de interesses e o partilhamento de uma certa cosmovisão parece haver colaborado, assim, para a aproximação entre Euclides e Rio Branco.

De outro lado, os papéis que desempenharam guardam uma certa complementaridade. Rio Branco tinha desenvoltura no campo da política, ao passo que Euclides era um intelectual cujo gênio poderia ter, como vislumbrou Rio Branco, grande serventia para o Itamaraty. Não se tratava, afinal, de um simples literato, mas de alguém capacitado tecnicamente para as funções que lhe foram atribuídas: chefe da Comissão de Reconhecimento do Purus e, posteriormente, cartógrafo do Itamaraty, trabalhando com questões de fronteira. Alberto Venâncio Filho aponta dois elementos de aproximação entre Euclides da Cunha e Rio Branco: ambos tinham "as mesmas convicções pelo interesse público e pela noção do serviço à pátria" e Rio Branco, ademais, tinha a postura de "sempre procurar se servir dos melhores talentos". A separar-lhes havia a origem: Rio Branco era filho de um estadista do Império e fora educado no colégio Pedro II e nas tradicionais Faculdades de Direito de São Paulo e Recife; Euclides, por sua vez, era filho de um modesto guarda-livros e tivera um percurso atribulado até concluir o curso de engenharia na Escola Militar.[65]

Não obstante, vale destacar que a proximidade ao Barão do Rio Branco não permitiu que Euclides obtivesse um emprego estável no Itamaraty. As funções que desempenhou foram de estrita confiança do Chanceler, não oferecendo, assim, maiores perspectivas de futuro. Suas pretensões de ocupar um outro posto, inclusive no exterior, não tiveram o apoio de Rio Branco.[66]

Ainda no tocante à sua relação com o Barão do Rio Branco, Euclides via no Chanceler a única figura capaz de resguardar a soberania brasileira

---

[65] Venâncio Filho, Alberto. "O Barão do Rio Branco e Euclides da Cunha". In: Cardim, Carlos Henrique e Almino, João (orgs.). Rio Branco – a América do Sul e a Modernização do Brasil. Rio de Janeiro, EMC, 2002, p. 214.

[66] Cf. item 5.7, infra.

sobre a Amazônia. Em carta a Francisco Escobar, escrita em 1906, quando os trabalhos da comissão que chefiou já haviam sido encerrados, Euclides não poupou adjetivos para manifestar sua admiração pelo chefe da diplomacia brasileira. Assinalou que o Barão era "o único grande homem vivo desta terra", reunindo diversas qualidades: "é lúcido, é gentil, é trabalhador, e traça na universal chateza destes dias uma linha superior e firme de estadista. Ninguém poderia substituí-lo. (...) a substituição do Rio Branco por quem quer que seja será uma calamidade".[67] Na mesma carta, Euclides observa que a resolução dos diversos litígios com os países vizinhos exigiam uma gama de conhecimentos que poucos, além de Rio Branco, possuíam. A gravidade da situação, que poderia levar à perda de até "um quinto da Amazônia opulentíssima"[68], impunha, segundo ele, a continuidade de Rio Branco na chancelaria, a despeito da mudança de presidente que ocorreria naquele ano.

O ingresso de Euclides da Cunha no Itamaraty foi resultado, por conseguinte, da difícil situação que vivia em meados de 1904. A síntese de seu percurso é simples: após a demissão em Santos retorna ao Rio de Janeiro com o intuito de reempregar-se com o engenheiro; não conseguindo, manifesta desgosto com sua profissão, retomando o projeto de viajar à Amazônia; aciona, logo, seus amigos, sobretudo José Veríssimo, que obtém junto ao Barão do Rio Branco a nomeação do escritor com o chefe da comissão que explorará o Purus.

Cabe reiterar, portanto, que a nomeação de Euclides para um cargo no Itamaraty é corolário da rede de relações pessoais mantidas pelo escritor. A referência que fizemos anteriormente ao conceito de "campo intelectual" permite esclarecer como se dá a ligação dos intelectuais com o poder. Afinal, para Bourdieu a definição de campo intelectual passa necessariamente pela "forma particular da relação que se estabelece objetivamente entre a fração dos intelectuais e artistas em seu conjunto e as diferentes frações das classes dominantes".[69] O caso da relação entre Euclides e Rio Branco é ilustrativo, atestando que no Brasil da Primeira República a intelligentsia de classe média mantinha estreitas relações com os círculos do poder – o que não solapava,

---

[67] Carta a Francisco Escobar, em 13 de junho de 1906. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p.305.

[68] Ibidem, p.306.

[69] Bourdieu, Pierre, op. cit., p.191.

especialmente no que diz respeito a Euclides, sua capacidade de pensar criticamente os rumos do novo regime. Essa dualidade na relação dos escritores com a classe dominante - ora de proximidade, ora de crítica - é reconhecida também por Bourdieu, que a explica a partir da assertiva de que

> "os escritores e intelectuais constituem, pelo menos desde a época romântica, uma fração dominada da classe dominante, que, em virtude da ambigüidade estrutural de sua posição na estrutura da classe dominante, vê-se forçada a manter uma relação ambivalente tanto com as frações dominantes da classe dominante ("os burgueses") como com as classes dominadas ("o povo"), e a compor uma imagem ambígua de sua posição na sociedade e de sua função social".[70]

A posição de Euclides é, com efeito, ambivalente, visto que sua desilusão com a Primeira República não impediu que compartilhasse idéias com personagens emblemáticos do regime, notadamente o Barão do Rio Branco – cujas ligações com o poder retroagiam, inclusive, ao período monárquico. O fato é que Rio Branco tinha como diretriz atrair para o seu círculo mais próximo intelectuais que pudessem, a um só tempo, desempenhar funções de relevo e colaborar na legitimação do poder político, o que acentua a ambigüidade do papel desempenhado pelo escritor no Itamaraty: sua simples presença na instituição confere a ela maior legitimidade junto à intelligentsia, a despeito de eventuais objeções que Euclides tivesse com relação ao regime republicano.

Além dessa ênfase no campo intelectual a que pertencia Euclides, o esforço em apresentar sua "ideologia" – na acepção da "concepção total" de Mannheim – possibilita esclarecer algumas das posições políticas que manifestou ao longo de sua vida. A formação intelectual obtida num ambiente impregnado pelo positivismo e pelo entusiasmo com as ciências tornou Euclides um defensor de mudanças sociais. Essa cosmovisão atravessa sua obra, e permite compreender não apenas a posição particular de Euclides, mas a de um estrato social mais amplo: o dos intelectuais de classe média que, na relação ambígua que mantêm com o novo regime, buscam participar ativa e criticamente da construção da República, tendo como fonte de estabilidade financeira, entretanto, cargos oferecidos pelo

[70] Ibidem, p. 192.

próprio Estado. A biografia de Euclides nos dá um exemplo da fragilidade dessa intelligentsia de classe média: muito embora deplore alguns aspectos da República recém-instituída, especialmente a necessidade de favor para a obtenção de colocações, Euclides vai ter de lançar mão dessa mesma rede de relações pessoais (no âmbito específico de seu grupo intelectual) para lograr tanto uma posição no Itamaraty como, no final da vida, um cargo de professor no Colégio Pedro II.

O estabelecimento desses pressupostos de análise da obra de Euclides – o "campo intelectual" e suas relações com as classes dirigentes; a ideologia de Euclides e sua posição na intelligentsia de classe média – permite que se avance no estudo da passagem do escritor pelo Itamaraty e na análise de seus ensaios amazônicos e sobre política internacional.

III - A Amazônia na Agenda de Política Exterior do Brasil

III. A AMAZÔNIA NA AGENDA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

3.1 – OS PROBLEMAS DE FRONTEIRA COM O PERU

A incorporação do Acre ao Brasil, formalizada pelo Tratado de Petrópolis, em 1903, acentuou a necessidade de entendimentos com o Peru para o estabelecimento das linhas limítrofes entre os dois países. A divisa entre o Acre e o Peru era o objeto central das preocupações, em função dos interesses econômicos que se voltavam para a exploração da borracha.

Já em 1903-1904 estava patenteada a relevância do problema fronteiriço. O acirramento dos ânimos resultava das incursões peruanas no território do Acre, suscitando a questão de como preservar a integridade territorial brasileira na região. O governo peruano aspirava ao domínio de grandes áreas no Alto Purus e Alto Juruá, aquiescendo, assim, com a penetração de seus nacionais no território acreano. Os desentendimentos com o Peru indicavam que o Tratado de Petrópolis resolvera um litígio e gerara outro, que demandaria cinco anos até sua solução definitiva.

As pretensões peruanas diziam respeito a uma vasta região: além de uma parcela do território do Amazonas, o país vizinho pleiteava todo o território do Acre. As áreas em disputa, somadas, totalizavam uma superfície de 442.000 quilômetros quadrados. Segundo Araújo Jorge, a cobiça peruana remontava a 1863 e amparava-se inclusive em documentos cartográficos de origem oficial, que datavam do período colonial.[71]

Além das divergências com o Brasil, o Peru também mantinha pendências territoriais com a Bolívia. Como veremos posteriormente, Euclides vai escrever um livro sobre o assunto, Peru versus Bolívia, publicado em 1906, no qual declina argumentos favoráveis à posição boliviana. De

[71] Jorge, Arthur Guimarães de Araújo. Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília, Senado Federal, 1999, p. 121.

acordo com Álvaro Lins, o Peru estava, à época, num momento de aspiração expansionista, reivindicando territórios ao Brasil, à Bolívia, ao Equador e à Colômbia.[72] Seu governo via com receio os entendimentos entre brasileiros e bolivianos em torno do Acre, tendo, inclusive, pleiteado uma negociação tripartite, o que foi rechaçado por Rio Branco.[73]

Em maio de 1904, as mobilizações militares de ambas as partes acirravam os ânimos na região. Rio Branco manifestava preocupação com a lentidão do Exército em enviar guarnições para o Acre, advertindo que "estamos a perder tempo e a dar tempo ao Peru para que se reforce e fortifique em Iquitos, no Juruá e no Purus. (...) no interesse da paz, eu peço e insisto que nos mostrem os fortes e prontos para dar um golpe que impressione os peruanos".[74]

O cerne do problema era a presença, em áreas do Juruá e do Purus, de caucheiros peruanos. Em 1902 houve a ocupação organizada, por caucheiros peruanos, do Alto Juruá, o mesmo ocorrendo no Alto Purus em 1903.[75] As tensões cresciam, e as mobilizações militares das duas partes conferiam à questão maior passionalidade, atraindo a atenção da opinião pública. O comportamento agressivo dos representantes diplomáticos peruanos no Rio de Janeiro também dificultava as negociações bilaterais, tendo o Brasil, contudo, mantido-se firme na tese de que a pretensão peruana não encontrava respaldo jurídico.

É nesse contexto que surgem os primeiros textos escritos por Euclides da Cunha sobre a Amazônia[76], antes mesmo de vir a conhecer de perto a região.

Euclides chama a atenção para o problema em artigo publicado em 14 de maio de 1904 no jornal O Estado de São Paulo. Intitulado "Conflito

[72] Lins, Álvaro. Rio Branco. São Paulo, Ed. Alfa-Omega/Fundação Alexandre de Gusmão, 1996, p. 292.

[73] Ibidem, p. 291.

[74] Viana Filho, Luís. A Vida do Barão do Rio Branco. Brasília, Senado Federal/Fundação Alexandre de Gusmão, 1996, p. 336.

[75] Lins, Álvaro, op. cit., p. 292.

[76] Antes dos textos escritos em maio de 1904 Euclides publicara o artigo "Fronteira Sul do Amazonas. Questão de Limites", trazido a público em 14 de novembro de 1898 no jornal O Estado de São Paulo. Trata-se, no entanto, de um texto que não trava relação com as preocupações centrais que manifestaria em 1904-1905, quando se ocupa da viagem à Amazônia. In: Obra Completa, v. 1, cit., pp. 531-535.

Inevitável", destaca as incursões peruanas e avança teses que explicariam o movimento de nacionais do país vizinho na região do Acre. Para Euclides, as incursões não consubstanciariam apenas "a avidez de alguns aventureiros doudamente ferreteados da ambição que os arrebata às paragens riquíssimas dos seringais". O fluxo de peruanos obedeceria a um imperativo maior, seguindo as "leis físicas invioláveis de toda aquela zona".[77]

O artigo é paradigmático a respeito das concepções de Euclides anteriores ao contato com a Amazônia. Nele se percebe que o escritor, imbuído dos ideais científicos característicos do positivismo e do evolucionismo, interpretava os fatos políticos à luz de pressupostos teóricos geográficos e etnográficos. Trata-se do Euclides que teoriza com apoio nas leituras que fazia de autores europeus, visão que tende a se transformar após a viagem que fará à Amazônia. Em meados de 1904, porém, a correta apreensão dos problemas com o Peru demandaria, segundo Euclides, um exame percuciente das peculiaridades do território e do povo peruano, numa leitura do conflito à luz dos princípios do determinismo. Euclides principia o texto, portanto, rechaçando a visão segundo a qual a progressiva penetração de peruanos no Acre revelaria tão-somente uma cobiça pelas riquezas existentes na região – em verdade, uma série de fatores naturais estaria impelindo a expansão dos peruanos rumo à Amazônia brasileira.

Como não se tratasse apenas da "avidez de alguns aventureiros", Euclides cuida de formular sua tese sobre a causa geradora dos choques com o Peru: uma "lei física inviolável" que determinaria a expansão do país vizinho rumo ao Atlântico. Essa lei física decorreria da circunstância de o Peru estar confinado, à época, entre o Pacífico e os Andes. A pobreza de recursos do litoral e o fato de não se vislumbrar uma solução para esse problema no Pacífico impulsionava a nação para a busca de um acesso ao Atlântico, o que exigiria o domínio de áreas no Purus e no Juruá, tributários do rio Amazonas. Nas palavras de Euclides, "os destinos do Peru oscilam entre dois extremos invariáveis: ou a extinção completa da nacionalidade suplantada por uma numerosa população adventícia (...) ou um desdobramento heróico para o futuro, uma entrada atrevida na Amazônia, uma rush salvadora às cabeceiras do Purus, visando do mesmo

[77] Cunha, Euclides da. "Contrastes e Confrontos". In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 179.

passo uma saída para o Atlântico e um cenário mais fecundo às atividades".[78]

O fundamento da tese de Euclides é, como se vê, fruto da combinação entre condicionantes geográficos e naturais – o fato de a população peruana estar confinada a um litoral estéril – e um certo instinto de autoconservação da nacionalidade, que passou a vislumbrar na Amazônia uma possível solução para as constrições impostas pela natureza.

Euclides vai mais além e passa a se apoiar também em fatores de ordem étnica. Aqui se faz presente, uma vez mais, o emprego apriorístico de teses evolucionistas, levando-o a conceber uma etnografia repleta de afirmações frágeis, configurando "incompreensões por desconhecimento do problema, incompreensões por refractariedade, incompreensões por aceitação de teorias falsas (...)".[79] Para ele, a impetuosidade dos peruanos em seu avanço rumo à Amazônia, desrespeitando a soberania brasileira na região, decorreria de uma "mestiçagem dissímil", que contemplaria "a mais numerosa galeria etnográfica da terra: do caucásio puro, ao africano retinto, ou amarelo desfibrado e ao quíchua decaído (...)".[80] Essa mistura de etnias engendraria conseqüências também no plano político. Afinal, o amálgama de temperamentos resultante da miscigenação geraria desordem e conflitos. Tratar-se-ia, nas palavras do autor, de uma "sociedade incaracterística, sem tradições definidas", fazendo com que o "desequilíbrio das forças naturais que lhe convulsionam o território" se refletisse também na ordem política.[81] Fiel às concepções deterministas e evolucionistas, Euclides é taxativo ao ponderar que no Peru deparamos apenas com uma mistura de raças, e não com um povo.

O artigo de 1904 não é inovador, claro, por veicular as visões cientificistas de Euclides. É original, porém, ao utilizar essas concepções como instrumento interpretativo de um fenômeno de política externa. Não se trata, como em Os Sertões, de esmiuçar a formação física e psíquica do sertanejo, mas de enunciar teses controvertidas sobre os efeitos deletérios

[78] Ibidem.

[79] Sodré, Nelson Werneck, op. cit., p. 41.

[80] Cunha, Euclides da. Contrastes e Confrontos, cit., p. 180.

[81] Ibidem.

que a miscigenação teria trazido a um país vizinho. Euclides almejava, com seus argumentos, dar foros de cientificidade à noção de que a desordem e o caudilhismo prevaleciam na maior parte das repúblicas sul-americanas. O ingresso de peruanos no território brasileiro seria consectário do movimento tumultuário de uma "sociedade incaracterística", marcada pela aleatória mistura de diferentes etnias.

Euclides registra ainda que o projeto de penetração peruana na Amazônia era antigo, tendo se manifestado em diferentes ações dos governos daquela república, interessados na construção de ferrovias que ligassem a Amazônia peruana ao litoral.[82] E faz uma advertência final acerca da iminência de uma guerra: "Se contra o Paraguai, num teatro de operações mais próximo e acessível, aliados às repúblicas platinas, levamos cinco anos para destruir os caprichos de um homem – certo não se podem individuar e prever os sacrifícios que os imporá a luta com a expansão vigorosa de um povo".[83]

Convém chamar a atenção para o título do artigo, "Conflito Inevitável". A idéia de inevitabilidade do choque com o Peru advém dos mesmos pressupostos de infalibilidade que regem as leis físicas. Por estarmos diante da "expansão vigorosa de um povo" ditada pelas condições naturais e étnicas, parece haver, à primeira vista, pouco espaço para uma contenção político-diplomática do avanço peruano sobre o Acre. Este artigo de Euclides sobre o Peru, conquanto não seja conclusivo, manifesta a intuição de que haverá um choque armado na região, ensejando a expressão que serve de título ao texto.

Nota-se, desse modo, o vivo interesse de Euclides pelos problemas da Amazônia, que assumia plano de destaque nas preocupações de política externa após a celebração do Tratado de Petrópolis. Vale reiterar que os artigos que redigiu sobre a questão peruana antecederam sua nomeação como chefe da Comissão de Exploração do Alto Purus.

Esse interesse redundou noutro artigo relevante, também publicado no jornal O Estado de São Paulo. "Contra os Caucheiros" veio à tona em 22

[82] Ibidem, p. 181-182.

[83] Ibidem, p. 182.

de maio de 1904, apenas oito dias após a publicação de "Conflito Inevitável". Nele Euclides se ampara, novamente, em teses etnográficas para destacar as especificidades da guerra que poderia ocorrer na selva amazônica.

Seu argumento inicial é o de que o envio de batalhões para o Alto Purus "é um erro": "Está passado o tempo em que a honra e a segurança das nacionalidades se entregavam, exclusivamente, ao rigor das tropas arregimentadas".[84] À primeira vista, parece que Euclides declinará as razões para que se evite um conflito armado com o Peru. O propósito do artigo, todavia, é diverso: para Euclides as tropas regulares do Exército não teriam preparo nem resistência física suficientes para combater na região. Ao afirmar que passou o tempo em que a segurança das nacionalidades escorava-se apenas em "tropas arregimentadas", Euclides quer dizer que parece mais aconselhável que os próprios habitantes da região, os nordestinos que migraram atraídos pelo látex, estejam na linha de frente da resistência à invasão. Não se trata, pois, de lamentar o conflito, mas de adicionar a ele novas considerações de ordem etnográfica.

Tropas tradicionais, assim, não teriam condições de combater num ambiente inóspito, onde o inimigo emprega táticas heterodoxas: "A linão nos aguardam tropas alinhadas. Esperam-nos os caucheiros solertes e escapantes, mal reunidos nos batelões de voga, dispersos nas ubás ligeiras, ou derivando vagarosamente, isolados, à feição das correntes, nos mesmos paus boiantes que os rios acarretam (...)".[85] Demais disso, o clima é fustigante, tornando árdua a adaptação humana. Esses empecilhos conduzem Euclides a negar a conveniência de que se prossiga no envio de militares para a região em disputa. Articula, ao contrário, uma tese original: a resistência dos próprios civis. Para Euclides, "as forças para repelir a invasão já aí se acham, destras e aclimadas, nas tropas irregulares do Acre, constituídas pelos destemerosos sertanejos dos Estados do Norte", o que o leva a concluir: "Para o caucheiro - e diante desta figura nova imaginamos um caso de hibridismo moral: a bravura aparatosa do espanhol difundida na ferocidade mórbida do quíchua -, para o caucheiro um dominador único, que o suplantará: o jagunço".[86]

---

[84] Ibidem.

[85] Ibidem, p. 184.

[86] Ibidem, p. 185.

A conclusão do artigo revela que Euclides não estava defendendo, portanto, um recuo na militarização do conflito. Mas não é correto se inferir, daí, que preconizasse o recurso à força. Na verdade, nota-se, nas entrelinhas do texto, que Euclides receia o conflito bélico, seja por elementos objetivos, como as dificuldades de acesso à região, seja porque ainda estavam abertas as portas do diálogo e da diplomacia. O entusiasmo com que louva as virtudes físicas do jagunço e as críticas que desfere contra a instabilidade política e contra a "miscigenação dissímil" do país vizinho resultam mais do estado de ânimos da época e das características básicas de um artigo de imprensa do que de uma análise detida do conflito.

Vê-se, à luz do exposto, que também o texto "Contra os Caucheiros" lastreia-se em argumentos de base etnográfica, procurando vincular o comportamento humano às condições físico-climáticas e a considerações raciais. Também aqui o título é significativo: os caucheiros (resultado, como visto, da mistura entre a "bravura aparatosa do espanhol" com a "ferocidade mórbida" do quíchua) são tomados como inimigos a serem derrotados pelo vigor dos jagunços.

A questão peruana se faz presente ainda em outro artigo de Euclides, também reunido no livro Contrastes e Confrontos: "Entre o Madeira e o Javari", publicado no Estado de São Paulo em 29 de maio de 1904. É o terceiro texto de Euclides sobre o problema que se enfrentava na Amazônia, e com o qual ele lidaria a partir de agosto do mesmo ano. Neste artigo Euclides volta a professar sua fé no determinismo e no darwinismo. A região do Acre é, segundo ele, o "palco agitadíssimo de um episódio da concorrência vital entre os povos".[87] A utilização da expressão "concorrência vital" não é meramente metafórica: Euclides buscava retratar com fidelidade uma confrontação de base supostamente biológica. Tanto que assevera, explicitamente, que "o que aí se realizou, e está realizando-se, é a seleção natural dos fortes".[88] Em outros textos Euclides continuará expondo sua visão da conformação física do caboclo e de sua complexa relação com o meio.

Um dos pontos centrais do artigo, ultrapassando a discussão etnográfica, é a preocupação em promover a integração efetiva da Amazônia

[87] Ibidem, p. 188.

[88] Ibidem.

ao Brasil. Como teremos oportunidade de salientar posteriormente, Euclides desenvolveu uma visão estratégica sobre a Amazônia, propugnando por sua integração física ao Brasil. Fazendo uma analogia com os Estados Unidos, ponderou que essa integração física passa pela engenharia e pelo estabelecimento de canais eficientes de comunicação entre o Acre e o resto do país. Daí a importância de políticas públicas que atendam a esse objetivo: "As novas circunscrições do Alto Purus, do Alto Juruá e do Acre devem refletir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem prática, exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança das idéias, de pronto transmitidas e traçadas na inervação vibrante dos telégrafos".[89] Do contrário, "a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga do seu próprio movimento".[90]

Convém prosseguir com a análise de um último artigo, também inserido no volume Contrastes e Confrontos. Em "Solidariedade Sul-Americana" Euclides dá vazão, novamente, à sua crença na idéia de "concorrência vital" entre os povos. Nesse processo competitivo, não hesita em afirmar a superioridade brasileira e a desordem das repúblicas vizinhas. Criticando a belicosidade de países do continente, assenta que o "recente Tratado de Petrópolis (...) é o melhor atestado dessa antiga irradiação superior de nosso espírito, destruindo ou dispensando sempre o brilho e a fragilidade das espadas".[91] E aceita claramente a guerra, sob o argumento de que não seria o primeiro caso de uma guerra reconstrutora: "Aceitemos tranqüilamente a luta com que nos ameaçam, e que não podemos temer".[92] Sua conclusão é a de que o ideal de solidariedade entre os países da América do Sul é "irrealizável", servindo apenas para "nos prender às desordens tradicionais de dois ou três povos irremediavelmente perdidos".[93] No contexto de um conflito civilizacional, o Brasil deveria fazer prevalecer sua superioridade e sua tradição de estabilidade política, ainda que tivesse de atritar-se com as repúblicas vizinhas, vistas em geral como governos débeis

[89] Ibidem, p. 189.

[90] Ibidem.

[91] Ibidem, p. 192.

[92] Ibidem.

[93] Ibidem.

emarcados por uma espécie de "seleção natural invertida", conseqüência de um "darwinismo pelo avesso aplicado à história".[94]

Os artigos de Euclides sobre os problemas de fronteira com o Peru revelam, assim, algumas recorrências de sua obra, comuns a outros intelectuais de seu tempo - isto é, próprias de seu campo intelectual específico, que manifestava uma ideologia conformada pelos problemas do regime republicano e pela influência do pensamento europeu. A preocupação cientificista, presente no exame etnográfico das populações locais, e uma visão estratégica da Amazônia e de sua integração ao Brasil estão presentes de forma embrionária nos artigos que publicou em maio de 1904. A viagem ao Amazonas e ao Acre lhe permitirá desenvolver essas perspectivas e produzir reflexões mais alentadas sobre os problemas da região. Essa visão mostrar-se-á, como veremos, complexa. Não se vai cogitar de uma leitura simplesmente cientificista da realidade regional. Os textos de Euclides serão enriquecidos por um testemunho sociológico das contradições sociais que afetam a região, e pelo conteúdo marcadamente propositivo. Assim como no artigo "Entre o Madeira e o Javari", serão apresentadas propostas para a integração da região – e de suas populações – ao restante do país.

Os quatro artigos que apreciamos – "Conflito Inevitável", "Contra os Caucheiros", "Entre o Madeira e o Javari" e "Solidariedade Sul-Americana" – são textos pioneiros de Euclides sobre a Amazônia, expressando sobretudo sua visão do conflito com o Peru, que passaria a absorvê-lo após sua nomeação, pelo Barão do Rio Branco, como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. A leitura dos artigos nos aproxima da incipiente visão de Euclides sobre os problemas de política externa, tema que será aprofundado na parte final do presente trabalho. Note-se, porém, que os artigos referidos ilustram bem algumas das falhas das concepções de Euclides, derivadas da utilização de teorias que, uma vez confrontadas com a realidade da Amazônia, viriam a mostrar sua debilidade.

3.2 – A VIAGEM DE EUCLIDES À AMAZÔNIA

Euclides é nomeado chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus em 09 de Agosto de 1904. A criação da

[94] Ibidem, p.191.

comissão resultou do acordo brasileiro-peruano celebrado em 12 de Julho de 1904[95], consoante o qual os dois países tomariam providências para que uma expedição reconhecesse o Alto Purus, produzindo um relatório que fundamentasse a discussão sobre a delimitação de fronteiras. A comissão, assim, era mista, composta de brasileiros e peruanos. A comissão brasileira era chefiada por Euclides e tinha, entre seus membros, o fotógrafo Egas Chaves Fabrence e o engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha, primo de Euclides, nomeado auxiliar técnico.[96] Do lado peruano a comissão era chefiada pelo capitão Pedro Alejandro Buenaño.[97] Posteriormente Euclides viria a queixar-se dos peruanos, por não reconhecer neles um interesse em acelerar os trabalhos: "são quíchuas, quíchuas morbidamente preguiçosos quando se trata de partir".[98] O acordo de 12 de Julho também criou uma comissão mista para o reconhecimento do Alto Juruá, presidida no lado brasileiro pelo general Belarmino de Mendonça.[99]

A nomeação de Euclides é o início de uma espera de quatro meses, já que, ao contrário de suas expectativas imediatas, só partirá para a Amazônia em dezembro de 1904. Nesse ínterim, ocupa-se com os preparativos da viagem e muda-se, em setembro, para o Rio de Janeiro, lá acomodando sua família.[100]

As preocupações financeiras de Euclides prosseguem durante esse período de espera. Em correspondência a seu pai, em 25 de agosto, discute o possível valor de seus vencimentos e aceita os conselhos paternos para que seja mais pragmático: "O sr. tem razão: tenho sido idealista demais – e disto me arrependo. Vou fazer o possível para considerar as coisas praticamente, sem contudo perder a minha velha linha reta à qual já estou habituado". Salienta, ainda, que pretende desempenhar sua missão no Purus com "a máxima dedicação".[101]

---

[95] Jorge, Arthur Guimarães de Araújo, op. cit., pp. 123-124; Lins, Álvaro, op. cit., pp. 294-295; Braga, Robério. Euclides da Cunha no Amazonas. Manaus, Editora Valer/Fundação Lourenço Braga, 2002, p. 29.

[96] Para a composição da comissão, cf. Venâncio Filho, Francisco. "Retrato Humano de Euclides da Cunha", cit., p. 75.

[97] Ventura, Roberto, "Memória Seletiva – À Frente da História", cit., p. 32-33.

[98] Carta a José Veríssimo, em 19 de março de 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 274.

[99] Jorge, Arthur Guimarães de Araújo, op. cit., p. 124.

[100] Ventura, Roberto, "Memória Seletiva – À Frente da História", cit., p. 32.

[101] Carta a Manuel R. Pimenta da Cunha, em 25 de Agosto de 1904. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 224.

Ultimados os preparativos, Euclides parte em 13 de dezembro e chega a Manaus no dia 30, após escalas, dentre outros lugares, em Recife (onde encontra Clóvis Bevilácqua) e Belém (onde visita Emílio Goeldi).[102] Sua primeira impressão da cidade não foi positiva, em função sobretudo do clima quente e úmido. Recém-chegado, alude, em carta a Afonso Arinos, a um "permanente banho de vapor", reportando-se à cidade como a "ruidosa, ampla, mal-arranjada, monótona e opulenta capital dos seringueiros".[103] Manifesta o mesmo juízo posteriormente, influenciado desta vez não somente pelo desconforto propiciado pelo clima, mas também pelas dificuldades que encontra para organizar a partida ao Purus.

Em carta a Domício da Gama, refere-se a Manaus como uma "Cápua abrasadora, trabalhosa, que me devora energias" e como uma cidade "comercial e insuportável". E expressa suas preocupações com os preparativos da expedição, afirmando sofrer com a "sobrecarga de preocupações", em especial as dificuldades para obter transporte rumo ao Purus.[104] O mesmo sentimento se faz presente em carta a José Veríssimo, quando diz que leva, em Manaus, uma "vida perturbada e fatigante".[105]

Os transtornos trazidos pelas dificuldades em preparar a partida da expedição fazem com que Euclides desabafe com José Veríssimo, afirmando que o explorador inglês Chandless, quando chegou a Manaus, "encontrou da parte do Governo provincial e até do povo o mais eficaz e poderoso auxílio", ao passo que "nós, brasileiros, revestidos de uma comissão oficial, encontramos empeços indescritíveis!".[106]

A estada de Euclides em Manaus se prolonga mais do que o previsto. Os óbices que se apresentam à organização logística da expedição e a demora no envio de instruções do Itamaraty compelem a comissão a permanecer na capital até abril de 1905. Em 10 de março de 1905 Euclides envia

---

[102] Ventura, Roberto, "Memória Seletiva – À Frente da História", cit., p. 32.

[103] Carta a Afonso Arinos, em 12 de janeiro de 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 250.

[104] Carta a Domício da Gama, s.d. 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 255-256.

[105] Carta a José Veríssimo, em 13 de janeiro de 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 252.

[106] Carta a José Veríssimo, em 2 de fevereiro de 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 261-262.

correspondência ao Barão do Rio Branco. Nela, precisando as dificuldades da comissão, afirma que a missão oficial enfrenta dificuldades financeiras e que vai partir, em função do atraso, num momento impróprio, em face da vazante do rios.[107]

A expedição parte em 5 de abril. As dificuldades prosseguem, inclusive com o naufrágio de um dos barcos que levavam mantimentos. Em diversos trechos, em virtude das condições de navegabilidade, os membros da missão tiveram que se desbocar em canoas. A comissão, porém, consegue atingir a cabeceira do Purus, e retorna a Manaus em 23 de outubro, depois de ter feito, em seis meses e meio, o itinerário de 3.210 km para o reconhecimento do rio.[108]

Os acontecimentos que cercaram a viagem da Comissão brasileira ao Purus foram inicialmente descritos por Euclides em entrevista ao Jornal do Commercio, de Manaus, publicada em 29 de outubro de 1905. O escritor relembra, de início, os obstáculos que se apresentaram à expedição, mencionando a "quadra imprópria em que seguimos" – referindo-se à vazante dos rios, que impôs o uso de canoas – e o naufrágio do batelão Manuel Urbano, que transportava os víveres.[109] As expectativas dos membros da Comissão não eram das melhores. Euclides ressalta: "Íamos para o misterioso. Não pode negar-se que até aquela data existia, entre nós e as nascentes do Purus, descido um desmesurado telão, escondendo-no-las".[110]

O "misterioso" a que alude Euclides consistia em duas ordens de empecilhos. O primeiro deles eram os naturais. No itinerário da expedição encontravam-se, conforme relata na entrevista, quedas d´água e bancos de areia e paus. Em segundo lugar havia a ameaça dos infieles, como Euclides denomina os "bárbaros, que rondavam por perto numa ameaça permanente e surda"[111], e que, de acordo com o testemunho da comissão, haviam trucidado uma mulher e jogado o seu cadáver no barranco do rio que

---

[107] Venâncio Filho, Francisco, Rio Branco e Euclides da Cunha, cit., p. 24-25.

[108] Ventura, Roberto, "Memória Seletiva – À Frente da História", cit., p. 33.

[109] Cunha, Euclides. "Os Trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus". Entrevista ao Jornal do Commercio em 29 de Outubro de 1905. In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 554.

[110] Ibidem, p. 555.

[111] Ibidem, p. 556.

percorriam. De resto, Euclides reporta-se à pequena quantidade de mantimentos disponíveis[112] e ao esforço despendido para que se alcançasse, com êxito, a cabeceira do Purus. Conclui asseverando que, ao atingir o ponto pretendido, "o que eu principalmente distingui, irrompendo de três quadrantes dilatados e trancando-nos inteiramente – ao sul, ao norte e a leste – foi a imagem arrebatadora da nossa Pátria que nunca imaginei tão grande".[113]

O sumário feito por Euclides em sua entrevista ao Jornal do Commercio dá uma idéia das variadas dificuldades superadas pela comissão nos seis meses e meio de expedição. O escritor atém-se, em seu relato, a rememorar o trajeto seguido pela missão oficial e os principais problemas enfrentados em cada etapa. A única menção às populações locais ocorre quando cita a ameaça dos infieles. Recém-chegado, talvez ainda não tivesse tido a oportunidade de organizar suas reflexões sobre as precárias condições de vida dos seringueiros. O momento era apenas o de registrar os episódios principais da viagem que percorreu o Purus.

3.3 – O RELATÓRIO OFICIAL DA COMISSÃO DE EXPLORAÇÃO DO ALTO PURUS

O relatório oficial da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus traz outras ponderações de Euclides que merecem exame mais detido. A análise em separado deste documento decorre do fato de se tratar de texto redigido após a viagem de Euclides ao Purus, contendo, logo, elementos que podem contribuir para o exame do livro À Margem da História. Observe-se que o documento, intitulado Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, foi publicado pela Imprensa Oficial em 1906 com o subtítulo "Notas complementares do comissário brasileiro"[114], demonstrando, assim, que Euclides da Cunha foi o responsável pela redação.

---

[112] Ibidem. Euclides observou que "fomos à meia ração" e faz uma lista da quantidade de cada um dos víveres (carne seca, farinha, açúcar, arroz, "restos de bolacha esfarinhada" e leite condensado) com o intuito de dar relevo, mais uma vez, às diversas dificuldades enfrentadas pela comissão: "Propositadamente apresento esta lista. É eloqüente".

[113] Ibidem, p. 558.

[114] Idem. O Rio Purus. In: Obras Completas, v. 1, cit., p. 753.

Nesse documento oficial a trajetória da expedição ganha contornos mais detalhados, e Euclides sente-se à vontade para apresentar comentários sobre a região. De início, não se furta a reforçar as adversidades que encontrou na organização da missão. Registra o "atraso das Instruções, recebidas poucos dias antes da partida, de sorte que o tempo despendido em Manaus nos desalentava, tornando problemático o chegarmos ao termo da viagem de que nos encarregáramos, sobre aumentar grandemente as suas dificuldades".[115] Corrobora, assim, as impressões e críticas que manifestara nas cartas que enviou de Manaus durante o intervalo entre sua chegada, em dezembro de 1904, e a partida da expedição, em abril de 1905.

Após apresentar as características físicas principais do Alto Purus, Euclides detém-se, no relatório oficial, no exame dos povoadores da região. É aqui que ele define, pela primeira vez, as notas distintivas dos dois grupos responsáveis pela ocupação do interior amazônico. Não constituem, aliás, simples grupos. Nas palavras de Euclides, poder-se-ia divisar, no Purus, duas "sociedades novas e originais": a dos caucheiros e a dos seringueiros.[116] Conquanto se trate de uma descrição sucinta, Euclides esboça um exame sociológico que se alia à descrição técnica que faz do Purus e do clima da Amazônia.

As duas "sociedades" apontadas por Euclides representam, grosso modo, os pólos do conflito que envolvia o Brasil e o Peru. De um lado estariam os caucheiros peruanos, objeto, como visto, de um artigo de Euclides publicado no jornal O Estado de São Paulo. De outra parte, os seringueiros brasileiros. As diferenças entre as duas classes de povoadores é clara: os caucheiros exploram o caucho, goma elástica que, ao contrário do látex, não se renova. Desse modo, o "caucheiro é por força um nômade, um pesquisador errante, estacionado nos vários pontos a que chega até que tombe o último pé de caucho".[117] Esse nomadismo embasava inclusive argumentos jurídicos que respaldavam a posição brasileira, porquanto o deslocamento contínuo dos caucheiros peruanos inviabilizaria a configuração do uti possidetis, segundo a qual apenas a ocupação efetiva do território pleiteado poderia gerar o direito à reclamação de um título legal.

[115] Ibidem.

[116] Ibidem, p. 779.

[117] Ibidem.

O seringueiro, por seu turno, "é por força sedentário e fixo. Enleiam-no, prendendo-o para sempre ao primeiro lugar em que estaciona, as próprias estradas que abriu, convergentes na sua barraca, e que ele percorrerá durante a sua vida toda".[118] A despeito da distinção traçada, Euclides é cristalino ao destacar a contribuição dos dois grupos para o povoamento do Alto Purus. Sua apreciação do tema esgota-se, por conseguinte, na definição das duas "sociedades" e no contraste entre o nomadismo dos caucheiros e o sedentarismo dos seringueiros. A análise prosseguirá em À Margem da História, momento em que Euclides vai dar maior ênfase ao caráter do caucheiro e à precária situação social das populações que viviam da exploração da borracha.

Essa conciliação de descrição geográfica e apreciação sociológica atesta a convicção de Euclides de que, no início do século XX, o desenvolvimento industrial e científico impunha ao escritor a necessidade de novos conhecimentos. A literatura deveria, assim, em simbiose com a ciência, espelhar as transformações em curso. O escritor, ante a necessidade de dominar novas linguagens, tornar-se-ia um polígrafo: "A sua obra [de Euclides] distribui-se em cinco gêneros: historiografia, geografia, crônica, epistolografia e poesia, versadas todas em estrito consórcio com o comentário científico. Raramente Euclides praticou alguns deles em estado puro, optando também aqui preferivelmente por uma combinação das formas".[119] Essa fusão de discursos se faz presente em toda a sua obra. Assim, no relatório oficial que produziu para o Itamaraty, Euclides lança mão tanto de enunciados eminentemente geográficos e técnicos - é o caso daqueles relativos ao levantamento hidrográfico e ao clima do Purus -, como emite juízos sobre o povoamento da região e elogia o "destemor estóico" de seus habitantes.[120]

No relatório da comissão Euclides não deixará de prestar tributo a seus antecessores na exploração do Purus. Um dos tópicos do texto oficial é dedicado a resgatar a contribuição das diversas personalidades que enfrentaram os rios desconhecidos da Amazônia. Neste ponto Euclides revela um amplo conhecimento acerca da bibliografia sobre o tema e

[118] Ibidem.

[119] Sevcenko, Nicolau, op. cit., p. 134.

[120] Cunha, Euclides da. O Rio Purus, cit., p. 801.

sumaria, em linhas gerais, as diversas descrições da região e o equívoco de cronistas e viajantes que não citavam o Purus e suas populações. Assim, para Euclides o desconhecimento e o "abandono" do Purus se deviam sobretudo às "lacunas lamentáveis das nossas tradições".[121] O fato de o Purus mostrar-se pouco conhecido teria motivado a Royal Geographical Society de Londres a designar em 1864 um de seus membros, William Chandless, para explorar o rio amazônico. Mas Chandless, admirado e freqüentemente citado por Euclides, não foi o primeiro a percorrer o Purus no intuito de conhecer seu traçado e as populações que o margeavam. O crédito caberia a um brasileiro, Manuel Urbano da Encarnação. Euclides o descreve como "um cafuz destemeroso e sagaz, [que] tinha, a par do ânimo resoluto e sobranceiro aos perigos, uma vivacidade intelectual, a great natural intelligence, no dizer de Chandless, que muito contribuiu para o ascendente que teve sobre todas as tribos ribeirinhas, e para que se abrisse naquelas bandas um dos melhores capítulos da nossa história geográfica".[122]

A resenha que Euclides faz das expedições comandadas por Manuel Urbano tem como propósito salientar que foi este brasileiro o primeiro a fixar dados seguros sobre o Purus e sobre as populações indígenas que o povoavam. Outro brasileiro, o engenheiro Silva Coutinho, teria sucedido Urbano na exploração do Purus, tendo inclusive mostrado capacidade de predizer os problemas que se abateriam sobre a região, salientando o fato de que o Purus é o único canal de comunicação do Peru e da Bolívia com o rio Amazonas, o que confere ao rio uma importância estratégica para os países vizinhos.[123]

As páginas de maior louvor do relatório são, contudo, consignadas a William Chandless. Ao revés de Manuel Urbano, que era, nas palavras de Euclides, um homem inculto, porém aparelhado de um "tino admirável"[124], além de ser um "mestiço inteligente e bravo"[125], Chandless era um pesquisador europeu respeitado. Pôde, assim, ter maior precisão no estabelecimento de dados sobre o Purus, que visitou em 1864. Euclides é

[121] Ibidem, p. 780.

[122] Ibidem, p. 783-784.

[123] Ibidem, p. 785.

[124] Ibidem, p. 784.

[125] Ibidem, p. 779.

peremptório ao assinalar que Chandless "realizou a mais séria entre todas as explorações do grande rio".[126] A despeito dos obstáculos impostos pela região, pôde solucionar diversas questões que permaneciam irrespondidas, demonstrando principalmente que o Purus não se confundia com o rio Madre de Dios, constituindo uma bacia independente.[127]

Chandless foi o último explorador do Purus antes da viagem da Comissão Mista Brasileiro-Peruana em 1905. Os avanços por ele obtidos teriam sido tão valiosos que Euclides assevera, no relatório, que os resultados da expedição são "em grande cópia um complemento dos esforços daquele explorador".[128]

Um último aspecto do relatório que atraia atenção é a análise feita por Euclides do povoamento do Purus. Como já vimos anteriormente, ele discerniu a existência de duas "sociedades", a dos caucheiros e a dos seringueiros, ambas dedicadas à exploração das riquezas da região. Posteriormente, em À Margem da História, Euclides voltaria a salientar como as riquezas naturais atraíam levas de povoadores, retomando os argumentos de base científica que marcaram Os Sertões e os artigos sobre a Amazônia publicados em meados de 1904.

Para ele, no interior da Amazônia ocorre uma "vasta seleção natural": "Lá persistem apenas os fortes. E sobrepujando-os pelo número, pelo melhor equilíbrio orgânico de uma climação mais pronta, pela robustez e pelo garbo no enfrentarem perigos, os admiráveis caboclos cearenses que revelaram a Amazônia".[129] Euclides persiste, assim, nas teses evolucionistas, lançando mão da terminologia darwinista e reiterando que, dadas as condições físicas e climáticas da região, apenas os mais preparados fisicamente – e os imigrantes do nordeste, os "jagunços", seriam o melhor exemplo disso – poderiam sobreviver.

Euclides também faz menção a um dos elementos que impulsionarão seu livro À Margem da História: o quadro social da região. Seu juízo é o de

[126] Ibidem, p.786.

[127] Ibidem, p.788.

[128] Ibidem, p.789.

[129] Ibidem, p.801.

que "o rude seringueiro é duramente explorado", mostrando-se "quase um servo".[130]

Além das teses evolucionistas e da preocupação social, um terceiro aspecto é mencionado de passagem e constituirá o último elemento do tripé que sustentará a posterior elaboração do livro À Margem da História: o isolamento da região. A exploração do caboclo é facilitada pelo isolamento em que vive, e os males sociais, de acordo com Euclides, "desaparecerão, desde que se incorpore a sociedade seqüestrada ao resto do país, e para isto requer-se, desde já, como providência urgentíssima, o desenvolvimento da navegação até o último ponto habitado, completada pelo telégrafo, ao menos entre Manaus e a Boca do Acre".[131]

O Relatório da Comissão é um texto original pelo interesse demonstrado por Euclides em propor, ainda que de passagem, medidas tendentes a reduzir a marginalização das populações amazônicas. A perspectiva técnica que norteia o relatório não é, por conseguinte, exclusiva. Convivem, em seu texto, o foco histórico, demonstrado na preocupação em rememorar a contribuição de William Chandless; o foco social, consubstanciado no depoimento sobre a exploração do seringueiro e no exame das razões econômicas que promoveram o célere povoamento do Purus; e, por derradeiro, uma visão estratégica do rio, visto como plenamente navegável e de grande interesse econômico. Esses aspectos não poderiam ser objeto de uma análise mais extensa em virtude dos objetivos e características de um relatório. Nada obstante, é neste texto oficial que Euclides apresenta as proposições que serão posteriormente desenvolvidas em À Margem da História.

[130] Ibidem, p.801-802.

[131] Ibidem, p.802.

IV - EUCLIDES DA CUNHA E A AMAZÔNIA

IV. BRASIL E MUNDO ANTE O SÉCULO XXI

4.1 – AMAZÔNIA, TERRA SEM HISTÓRIA

A viagem de Euclides à Amazônia permitiu-lhe testemunhar de perto a difícil situação das populações que aliviviam. A constatação das precárias condições de vida do seringueiro e o isolamento da região levaram Euclides a projetar a redação de um segundo "livro vingador", que receberia o título Um Paraíso Perdido. Sua morte prematura obstaculizou, porém, a concretização desse projeto. Sobre a Amazônia, além de artigos esparsos e dos textos reunidos em Contrastes e Confrontos, Euclides pôde escrever os ensaios de À Margem da História, cuja revisão foi concluída pouco antes de sua morte, em 1909.

Cumpre registrar, porém, que os ensaios amazônicos de Euclides padecem da falta de unidade, tratando-se de artigos e textos esparsos que foram posteriormente reunidos nos dois livros citados. A despeito da qualidade de sua produção sobre a Amazônia, Euclides não teve a oportunidade de conceber uma obra sistemática sobre a região, ambição que se consubstanciaria no livro Um Paraíso Perdido. Francisco Foot Hardman assinala, dessa forma, que

> "do ponto de vista estético-literário, este projeto euclidiano permaneceu algo truncado. Apesar de, entre os melhores textos escritos por Euclides, nessa fase final da vida, situarem-se alguns dos ensaios de sua prosa amazônica, inspirados em boa parte, mas não exclusivamente, naquela expedição, faltou ao conjunto a unidade épico-dramática e a arquitetura estilística que salta aos olhos em Os Sertões".[132]

Em À Margem da História deparamos com a elaboração formal de argumentos apenas esboçados em textos anteriores. O relatório sobre a

[132] Hardman, Francisco Foot. "A vingança da Hiléia: os sertões amazônicos de Euclides". In: Revista Tempo Brasileiro, n. 144, jan/mar 2001, p. 31.

expedição ao Amazonas e ao Acre, redigido para o Itamaraty, contém apenas o embrião da crítica social e das propostas de integração da Amazônia ao Brasil. Esses dois aspectos ganham vulto em À Margem da História.

Um primeiro ponto a merecer reparo é o título do segmento inaugural da obra: Terra sem história. Trata-se da parte mais substancial do livro, dedicada exclusivamente à Amazônia. Os outros dois capítulos reportam-se a temas variados. O segundo recebe a designação de Vários Estudos, compondo-se de três ensaios sobre temas distintos: Viação sul-americana, Martín García e O primado do Pacífico. O terceiro capítulo é um ensaio histórico, denominado Da independência à República. A reflexão sobre a Amazônia está circunscrita, logo, ao primeiro capítulo da obra.

Ao lançar mão da expressão Terra sem história Euclides predispõe o leitor para a sensação de abandono e desconhecimento que atinge a Amazônia. Sobre a região pouco se tinha escrito, afora as crônicas de viajantes e os relatos de pesquisadores estrangeiros que buscaram desvendar os segredos naturais dos rios e florestas tropicais. O povoamento efetivo do interior amazônico era, à época, recente, estimulado sobretudo pela exploração da borracha, que fez as cidades do Amazonas e do Acre experimentarem um surto de progresso na passagem do século XIX para o século XX. Já no relatório da Comissão de Exploração do Alto Purus, que analisamos anteriormente, Euclides se referira ao "abandono" a que era relegado aquele tributário do rio Amazonas. Nesse sentido, não se poderia falar, naquele momento, numa "história" da Amazônia, mormente se considerarmos como parte fundamental dessa recuperação histórica o estudo das populações amazônicas, sobretudo o seringueiro vindo do Nordeste.

A migração de nordestinos para a Amazônia foi uma resposta à demanda de mão-de-obra para a exploração da borracha, matéria-prima cada vez mais procurada no mercado mundial: "Se bem que as possibilidades de incremento não fossem muito grandes, as exportações de borracha extrativa brasileira subiram da média de 6.000 toneladas nos anos setenta, para 11.000 nos oitenta, 21.000 nos noventa e 35.000 no primeiro decênio deste século [XX]".[133] A transumância de nordestinos para a Amazônia

[133] Furtado, Celso. Formação econômica do Brasil. 24ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1991, p. 131.

era, assim, uma resposta à escassez de mão-de-obra na região. As condições de trabalho que os aguardavam, contudo, não eram propícias à prosperidade. Celso Furtado destacaria, posteriormente, o contraste entre a situação dos imigrantes europeus e nordestinos. O imigrante europeu chegava ao Brasil "com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a primeira colheita", ao passo que o imigrante nordestino na Amazônia encontrava situação bem distinta: "começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação".[134] Essa difícil situação do seringueiro, confrontado com as dívidas e com a insalubridade da região amazônica, é retratada com detalhes em À Margem da História.

Nesse sentido, a expressão "terra sem história" deriva do pouco conhecimento que se tinha a respeito da Amazônia no início do século XX. Roberto Ventura pondera que para Euclides os sertões – tanto os nordestinos como os amazônicos – "são vistos como desertos, espaços fora da escrita". Assim, "o escritor defendia a integração dos sertões à escrita e à história, cujos limites e cujas fronteiras estariam em contínua expansão desde a chegada dos navegadores e colonizadores europeus à terra brasílica".[135] O ideal de Euclides seria, logo, o de resgatar a região do abandono e integrá-la ao processo histórico de desenvolvimento.

O primeiro segmento de Terra sem história denomina-se "Impressões gerais" e inicia com uma assertiva impactante. Euclides salienta que a leitura dos viajantes que escreveram sobre o rio Amazonas – como Humboldt – contribuiu para formar no leitor uma imagem idealizada do maior rio do planeta. Estar face a face com o rio, contudo, causou no escritor uma frustração, "um caso vulgar de psicologia". Euclides diz que "ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada", e conclui de maneira surpreendente: "Toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba".[136]

---

[134] Ibidem, p. 133-134.

[135] Ventura, Roberto. "Os Sertões entre dois centenários". In: Madeira, Angélica e Veloso, Mariza. Descobertas do Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 122-123.

[136] Cunha, Euclides. À Margem da História. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999, p. 1.

Euclides aludia especificamente à impressão visual que a Amazônia causa no visitante. A uniformidade da vegetação, a longa extensão dos rios, a magnitude da floresta, tudo geraria no observador uma espécie de entorpecimento dos sentidos. A igualdade daquele cenário, em toda sua vasta extensão, resultaria no que Euclides denominou de "monotonia". Esclarece esse sentimento a partir de uma analogia com os mares: "(...) em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inaturável e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares".[137]

O pessimismo inicial de Euclides indispõe-se, pois, com as concepções que idealizam a Amazônia como um paraíso, cujas belezas naturais não encontrariam rivais em nenhuma outra parte do mundo. A constatação da monotonia visual não impede, todavia, que deixe transparecer em seus ensaios a forte impressão que o contato com a região deixa no visitante, lançando mão, quando necessário, de superlativos que exprimiriam o êxtase derivado do contato com a natureza local. Esses superlativos, porém, são acompanhados de ressalvas que lhe retiram a força. É o caso da menção à "imperfeita grandeza" da flora. E, numa síntese de suas impressões íntimas, afirma: "Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior".[138]

Assim, Euclides vai carregar nas cores com que descreve a Amazônia, trabalhando com um jogo de antíteses que se presta a impressionar o leitor. Essas antíteses são componentes fundamentais de seu estilo, que primava em lidar com as oposições e contrastes.[139] Podemos nos utilizar, mais uma vez, de suas próprias palavras: "Parece que a lia imponência dos problemas implica o discurso vagaroso das análises: às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfecham em hipérboles".[140]

---

[137] Ibidem, p.2.

[138] Ibidem, p.3.

[139] "É uma constante em sua obra a ênfase sempre reincidente sobre os contrastes, as antíteses, os choques, os confrontos, os desafios, os cotejos, as oposições, os antagonismos". In: Sevcenko, Nicolau, op.cit., p.136.

[140] Cunha, Euclides da. À Margem da História, cit., p.4.

Os contrastes presentes na prosa euclidiana são indicativos do estilo expressionista identificado por Gilberto Freyre no autor de Os Sertões. Para Freyre, Euclides é um estilista da linguagem, habituado a conferir às palavras um tratamento escultural, "exagerando então os alongamentos, os ângulos, os relevos".[141] A composição desse estilo distancia-se muitas vezes da preocupação em apresentar uma descrição objetiva e sintética dos fenômenos naturais. Ao assinalar que "às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia" Euclides corrobora essa tese, e justifica seu próprio estilo expressionista.

As hipérboles assumem a condição de uma das notas definidoras de sua literatura. Freyre apresenta uma reflexão que talvez explique a visão inicial de Euclides sobre a Amazônia: "A Euclydes como que repugnava na vegetação tropical e na paisagem dominada pelo engenho de açúcar o gordo, o arredondado, o farto, o satisfeito, o mole das formas; seus maços como que de carne; o pegajento da terra; a doçura do massapê. A traí-lo o anguloso, o ossudo, o hirto dos relevos ascéticos ou, quando muito, secamente masculinos do "agreste" e dos "sertões"".[142]

Nesse sentido, a pecha de "monotonia inaturável" que atribui à Amazônia decorreria de sua própria dificuldade em lidar, no plano literário e da imaginação, com o "farto", com o "satisfeito". O agreste ofereceria, nesse passo, maiores possibilidades ao exercício de sua criação literária. A imensidão da Amazônia, sua exuberância, a riqueza de sua flora e fauna, a abundância de recursos naturais, o clima úmido e as chuvas intensas, tudo parecia se incompatibilizar com a exigüidade dos sertões. Para o escultor da linguagem, como o define Freyre, o contraste é fundamental. Na natureza, esses contrastes parecem emanar mais do "anguloso" e do "hirto" do que do "arredondado" das florestas tropicais.

Mas Euclides, a despeito de sua afirmação inicial, segundo a qual "toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba", não vai se escusar de preservar seu estilo expressionista na apresentação que fará da região. Ele o confessa ao fixar que alios lances da fantasia rivalizam com a objetividade das induções.

---

[141] Freyre, Gilberto, op. cit., p. 27.

[142] Ibidem, p. 30.

Em À Margem da História esse dualismo entre fantasia e objetividade, entre o literário e o científico, será uma das forças motrizes do texto.

Ainda no primeiro segmento de "Terra sem história", Impressões Gerais, Euclides dá uma demonstração da simbiose entre a fantasia e a descrição ao assinalar que na Amazônia os fenômenos naturais muitas vezes fogem dos quadros tradicionais de apreensão científica. Com esteio na análise dos estudiosos que percorreram a região, observa que se trata talvez da terra mais nova do mundo. Por ser recente, os fenômenos são mais vigorosos e menos regulares, o que desafia o observador: "Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das cousas".[143] Dessa constatação adviria a visão da Amazônia como uma região em constante mutação, de construção inacabada, uma espécie de página incompleta do Gênesis.[144]

As reflexões iniciais de Euclides em À Margem da História denotam sua preocupação em ressaltar que não basta o rigor científico para compreender a magnitude da Amazônia, porquanto o encadeamento dos fenômenos é, ali, surpreendente. Seu pressuposto de trabalho é harmonizar o discurso científico com o discurso literário. Ao se referir aos grandes exploradores da Amazônia, Euclides observa que sua produção "reflete bem a fisiografia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a decifrá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso".[145]

Esse "mundo maravilhoso" exigiria qualidades de imaginação, e não apenas a postura de simples observação. Euclides tem o cuidado de embasar sua posição recorrendo a um dos pesquisadores europeus que exploraram a Amazônia, Frederico Hartt. Ao estudar a geologia da região, Hartt teria se confrontando com a ineficácia das fórmulas científicas. Nesse momento, segundo Euclides, "teve de colher de súbito todas as velas à fantasia".

---

[143] Cunha, Euclides. À Margem da História, cit., p. 3.

[144] Ventura, Roberto. "Os Sertões entre dois centenários". In: Madeira, Angélica e Vebso, Mariza, op. cit., p. 118.

[145] Cunha, Euclides. À Margem da História, cit., p. 3

Hartt teria resistido à tentação de amparar-se no sonho e na imaginação, asseverando: "- Não sou poeta. Falo a prosa da minha ciência. Revenons!". Todavia, o esforço cientificista teria resultado infrutífero. Euclides conclui o comentário sobre o relato de Hartt destacando que as maravilhas naturais da Amazônia impedem que o observador mantenha uma posição de distanciamento e neutralidade: "[Hartt] Escreveu: encarrilhou-se nas deduções rigorosas. Mas decorridas duas páginas não se forrou a novos arrebatamentos e reincidiu no enlevo... É que o grande rio, malgrado a sua monotonia soberana, evoca em tanta maneira o maravilhoso, que emolga por igual o cronista ingênuo, o aventureiro romântico e o sábio precavido".[146]

As páginas de À Margem da História seguem esse modelo de conciliação entre fantasia e zelo cientificista. Seus ensaios não podem ser considerados apenas artigos científicos: sua filiação à literatura decorre da inevitabilidade da fantasia, aceita por Euclides como pressuposto de trabalho. Essa dialética entre ciência e fantasia vai persistir ao longo do livro, podendo-se verificar uma alternância na qualidade da prosa euclidiana. De uma parte se colocam os capítulos mais apegados ao relato técnico, sobejando as descrições geológicas e climáticas da região; de outro, o retrato do seringueiro e do caucheiro e a enumeração das riquezas da floresta dão vazão ao estilo propriamente literário. Francisco Hardman observa que a valorização da fantasia indicaria, em Euclides, uma frustração com a idéia de progresso, levando-o a buscar uma conciliação entre ciência e arte: "Herdeiro da melhor tradição romântica, Euclides, a essa altura fazendo coro no grupo de escritores e intelectuais desiludidos com a ideologia do progresso, tentava apontar para uma nova síntese entre ciência e arte como o destino da linguagem na modernidade".[147]

Este é o caso da análise que Euclides faz do rio Amazonas. Inicialmente são apresentadas as especificidades científicas que o peculiarizam, especialmente a circunstância de o seu leito caudaloso destruir as próprias margens: trata-se da "função destruidora"[148] que dá à água a coloração barrenta. Essa apresentação do rio extrapola, entretanto, os limites da ciência. Em face da capacidade destruidora do rio Amazonas, Euclides

[146] Ibidem.

[147] Hardman, Francisco Foot, op.cit., p.40.

[148] Cunha, Euclides da. À Margem da História, cit., p.5.

o denomina de "o menos brasileiro dos rios"[149], e, fiel a seu estilo expressionista, encerra suas ponderações de forma metafórica: "(...) sempre desordenado, e revolto, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a começar perpetuamente um quadro indefinido".[150]

A fantasia e a expressão literária da vastidão amazônica são instrumentos eficazes manejados por Euclides, ao causar no leitor uma forte impressão daquela região pouco conhecida. A lia natureza se colocaria como uma adversária do homem, oferecendo condições precárias de adaptabilidade e minando, paulatinamente, o ânimo empreendedor do habitante da floresta. A impressão inicial lavrada por Euclides é, por conseguinte, pessimista: "Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ativagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril".[151] Essa assertiva prepara o leitor para a crítica social que Euclides, de forma pioneira, vai desenvolver nos tópicos subseqüentes de À Margem da História.

4.2 – A CRÍTICA SOCIAL

A afirmação de que Euclides da Cunha empreende, em seus ensaios amazônicos, a denúncia da difícil situação das populações amazônicas não é unânime. Roberto Ventura, um de seus mais renomados biógrafos, recusa essa interpretação. Para ele, Euclides propugnava sobretudo pela chegada do progresso e da civilização à Amazônia, pregando, ainda, "a absorção do indígena e do sertanejo pelas raças e culturas tidas como superiores, ao defender a integração dos vazios e desertos à escrita e à história, cujos limites e fronteiras estão em contínua expansão. Povoar, colonizar e escriturar são os instrumentos para tal transplante da civilização para os "territórios bárbaros""[152]. Nesse sentido, ainda segundo Roberto Ventura, o discurso de Euclides sobre a Amazônia não seria "politicamente correto": "A originalidade e a excentricidade de tal discurso residem muito mais na

[149] Ibidem, p. 6.

[150] Ibidem, p. 9.

[151] Ibidem, p. 12.

[152] Ventura, Roberto. Retrato interrompido de Euclides da Cunha, cit., p. 248.

escrita exuberante, fortemente imagética e figurativa, do que no tom missionário da denúncia social".[153]

Os textos de Euclides sobre a Amazônia – mormente aqueles reunidos em À Margem da História – manifestam, com efeito, a preocupação de seu autor com o desenvolvimento da região. A perspectiva, contudo, ia além da simples absorção dos "povos bárbaros". Cuidava-se, antes, de promover a integração efetiva da Amazônia ao Brasil. Os problemas de fronteira que o Brasil enfrentava, à época, indicavam que o abandono da região poderia acarretar a perda da soberania brasileira sobre aqueles territórios, como demonstravam as incursões de caucheiros peruanos no Acre. Euclides defendia a integração física da Amazônia ao resto do Brasil como forma de preservação da soberania e de desenvolvimento econômico, procurando livrar a região do abandono e do isolamento, inserindo-a na história.

Dessa maneira, o tom de denúncia social fica claro nos ensaios inseridos em À Margem da História. A forma como retrata o seringueiro, inclusive na descrição da cerimônia do "Judas Ahasverus", almeja patentear as duras condições de vida do trabalhador da floresta. Não se cogita, logo, de proposições que se dedicam a pregar, sem mais, a conversão dos povos locais à "civilização" e ao "progresso". Nos textos de Euclides faz-se presente, ao contrário, uma necessidade de valorização das populações consideradas "bárbaras", havendo mesmo uma utilização problemática dos termos civilização e barbárie. Berthold Zilly pondera que "não se trata de substituir simplesmente a barbárie pela civilização, mas de valorizar e fundir as duas, pelo menos no plano simbólico, criando uma cultura e, eventualmente, uma sociedade nova, nem exclusivamente civilizada no sentido europeu, nem americanamente selvagem".[154]

A defesa que Euclides faz do desenvolvimento da região é, em verdade, resultado de seu nacionalismo e de seus temores com relação à preservação da integridade do território nacional ante a cobiça estrangeira. Mesmo que se possa inferir, dessa circunstância, uma eventual

---

[153] Ibidem.

[154] Zilly, Berthold. "A barbárie: antítese ou elemento da civilização? Do Facundo de Sarmiento a Os Sertões de Euclides da Cunha". In: Revista Tempo Brasileiro, n. 144, janeiro-março 2001, p. 124.

incompatibilidade de discursos - o que se admite a título de argumentação -, é certo que essa incompatibilidade se dá, de toda maneira, entre duas vertentes: de um lado a defesa do progresso; de outro, a da denúncia social. Assim, mesmo que venha a contradizer a pregação do desenvolvimento econômico, a denúncia social continua a se fazer presente nas páginas dos ensaios de Euclides (uma eventual contradição não eliminaria suas críticas sobre as condições de vida no interior amazônico). É lícito, igualmente, assinalar que na obra de Euclides o desenvolvimento da Amazônia - sua inserção na história - apresentar-se-ia justamente como forma de redução das discrepâncias e injustiças sociais. Afinal, como pondera Ventura, "fora da história e da geografia, o sertão tornou possíveis atos de violência e barbárie, como o massacre dos conselheiristas, o cárcere dos seringueiros e a destruição das matas e das florestas".[155] Assim sendo, a inserção na história não permitiria tão-somente o desenvolvimento econômico, mas também a melhoria na vida da população local. De resto, impõe-se admitir - como veremos mais adiante - que Euclides incorreu em alguns erros de análise, derivados, mais uma vez, de sua visão da questão racial e do exacerbado emprego de argumentos científicos.

Todavia, antes que se proceda à análise dos argumentos contidos em A Margem da História, torna-se relevante uma breve recapitulação da trajetória de Euclides no campo da crítica social. É essa preocupação com as desigualdades que vai conduzi-lo a professar um liberalismo humanitário, e por vezes manifestar adesão a alguns princípios do socialismo – atitude que é importante elemento para a interpretação de seus textos sobre o seringueiro.

Em 1° de maio de 1904, dia do trabalho, e poucos meses antes de ser nomeado chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, Euclides publicou em O Estado de São Paulo o artigo "Um Velho Problema", no qual expõe sua visão da desigualdade social e das doutrinas políticas que almejavam combatê-la. A relevância do artigo repousa principalmente na circunstância de o escritor apresentar reflexões sobre o pensamento marxista. Para alguns autores esse artigo atesta que Euclides, desiludido com os rumos da República, passou a professar o credo socialista[156] - apesar

[155] Ventura, Roberto. "Os Sertões entre dois centenários". In: Madeira, Angélica e Veloso, Mariza, op. cit., p. 113.

[156] "Fizera-se um republicano e, por fim, sentindo-se desprezado pela República, apelara para o socialismo marxista". In: Rabelo, Sílvio. Euclides da Cunha, op. cit., p. 463.

de, como veremos, recusar alguns dos princípios basilares da doutrina, como a idéia de revolução. Em "Um Velho Problema", desfere críticas ao sistema capitalista e não esconde sua admiração pelas proposições do socialismo científico voltadas à proteção do trabalhador. Contudo, compartilhamos o entendimento de que a aceitação apenas fragmentária das teses dos autores socialistas impede que se considere Euclides um marxista.[157]

Tomando como ponto de partida a fome e a indigência de parcela considerável da população, Euclides da Cunha observa que os avanços políticos trazidos pela Revolução Francesa - um dos ícones dos republicanos brasileiros - não tiveram como contrapartida a eliminação das discrepâncias sociais. Ao revés, os privilégios da nobreza teriam apenas sido substituídos pela instituição da propriedade burguesa:

> "Por isto, a breve trecho, se patenteou a inanidade das reformas executadas: ao invés de um número de privilegiados, nos quais o egoísmo se atenuava com as tradições cavalheirescas da nobreza, um outro, maior e formado pela burguesia vitoriosa, mais inapta ainda a compreender a missão social da propriedade, ávida por dominar livre na arena que se lhe abria, e tornando maior o contraste entre a sua opulência recente e a situação inalterada do proletariado sem voto (...)".[158]

Essa observação prepara o terreno para a defesa de alguns princípios característicos do socialismo científico. Euclides, descrente das revoluções burguesas, conclui que fenômenos como o ocorrido na França em 1789 não ultrapassaram os limites das palavras de ordem, pouco representando em termos de transformação da vida dos trabalhadores. Citando Karl Marx, assevera que foi "com este inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva"[159]. Sua admiração pelas concepções marxistas advém do rigor científico e metodológico que lhe serviam de aparato. Importava, para Euclides, a objetividade e o lastro teórico que embasavam o marxismo.

---

[157] "Não se pode afirmar, em sã consciência, haver sido Euclides da Cunha um socialista, muito menos um marxista". Cf. Moura, Clóvis, op. cit., p. 109.

[158] Cunha, Euclides. Contrastes e Confrontos, cit., p. 217.

[159] Ibidem, p. 218.

Nesse sentido, aponta as características que reputava fundamentais no socialismo científico: "Nada de idealizações: fatos; e induções inabaláveis, resultantes de uma análise rigorosa dos materiais objetivos; e a experiência e a observação, adestradas em lúcido tirocínio ao través das ciências inferiores; e a lógica inflexível dos acontecimentos (...)".[160]

A admiração de Euclides pelo marxismo não se detém, todavia, no louvar a suposta objetividade científica que fundamentava a doutrina. Esse respeito seria natural em Euclides, cuja formação positivista tendia a valorizar o conhecimento factual e a coerência lógica das idéias. O escritor vai mais além, deixando clara sua adesão às concepções socialistas voltadas para a valorização do trabalho. Assinala, por exemplo, que a "fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho". Em seguida, arremata: "Daí uma conclusão irredutível: - a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. É um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação".[161]

A partir da asserção de que "o capital é uma espoliação", Euclides passa a criticar de maneira contundente o capitalismo, num tom quase panfletário. Observa que a "exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina"[162], num indício de que de fato havia lido Marx, dada a similitude de seus argumentos com os do pensador alemão. Mais adiante, pondera que "neste confronto se expõe a pecaminosa injustiça que o egoísmo capitalista agrava, não permitindo, mercê do salário insuficiente, que se conserve tão bem como os seus aparelhos metálicos"[163]. Essa exploração impiedosa do trabalhador nas economias capitalistas justificaria, segundo Euclides, os dois princípios basilares do socialismo científico, a socialização dos meios de produção e circulação e a posse individual somente dos objetos de uso.[164]

O desfecho de "Um Velho Problema" não deixa dúvidas quanto ao entusiasmo de Euclides por alguns dos itens que compunham o ideário

---

[160] Ibidem.

[161] Ibidem.

[162] Ibidem, p. 219.

[163] Ibidem.

[164] Ibidem.

socialista. Em sua opinião, o poder dos trabalhadores seria enorme, bastando que cruzem os braços para "abalar a terra inteira".[165] Contudo - e este é um ponto fundamental quando se discute se o escritor era ou não efetivamente marxista - Euclides demonstra preferência pelos processos reformistas, não se mostrando adepto de revoluções e insurreições violentas. Em suas palavras, "o caráter revolucionário do socialismo está apenas no seu programa radical. Revolução: transformação. Para a conseguir, basta-lhe erguer a consciência do proletário", já que o seu triunfo seria "inevitável". Esse triunfo seria garantido pelas "leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranqüilo das ciências e das artes".[166] A mobilização dos trabalhadores seria o passo fundamental para a melhoria de suas condições de vida.

Nesse sentido, ao negar a revolução como mecanismo principal de transformação da sociedade, Euclides deixa claro que sua adesão às teses socialistas restringe-se à defesa do trabalhador e à distribuição eqüitativa das riquezas. Não se trata, logo, de um marxista, por negar a necessidade da revolução e tampouco aludir ao surgimento de uma sociedade comunista. A melhoria nas condições de vida deveria ocorrer de forma gradual, sem rupturas bruscas. Aqui se apresenta, novamente, a influência das concepções evolucionistas, que preconizam a transformação constante e paulatina da sociedade: "O caso de Euclides é bastante sintomático. O autor interpreta a idéia socialista nos estritos parâmetros do evolucionismo, sob a égide do princípio lapidar do positivismo – "conservar melhorando". A instância privilegiada da ação política seria a das reformas da legislação, conduzidas a um aperfeiçoamento progressivo".[167]

A defesa de reformas sociais se faz presente também num texto menos conhecido. Trata-se de um pequeno manifesto intitulado "Programa de O Proletário e Mensagem aos Trabalhadores", publicado no jornal "O Proletário" em 1° de maio de 1899, exatamente cinco anos antes que o artigo "Um Velho Problema" aparecesse em O Estado de São Paulo. Os dois textos foram publicados, sugestivamente, no dia do trabalho. O "Programa de O Proletário", redigido por Euclides, compõe-se de vinte um pontos, nos

[165] Ibidem, p. 220.

[166] Ibidem.

[167] Sevcenko, Nicolau, op. cit., p. 151.

quais se destacam princípios de base socialista. Euclides propõe "impostos diretos e pesadíssimos sobre a renda", defende a criação de tribunais arbitrais "para decidir as questões entre patrões e operários", propugna pela jornada diária de oito horas e proibição do trabalho noturno, prega a edição de "leis repressivas contra os usurários" e a "nacionalização do crédito", além de propor a "reivindicação dos bens do clero para a comunhão social".[168] Na "Mensagem aos Trabalhadores", Euclides refere-se à "reabilitação do proletariado" pela valorização do trabalho e sua justa remuneração. Reitera, ainda, que o propósito do clube "Filhos do Trabalho" – responsável pela edição do jornal O Proletário – é o de "divulgar os princípios essenciais do programa socialista, empenhando-se em difundi-los entre todas as classes sociais".[169]

Não se pode negar, por conseguinte, o escopo reformista das proposições de Euclides. Suas convicções republicanas e a simpatia pelas "leis positivas" do socialismo científico revelam a insatisfação com o quadro social brasileiro – cuja transformação, como vimos, deveria se dar progressivamente, e não pela via revolucionária, no que destoava da doutrina marxista. Os Sertões, trazendo ao público a miséria do sertanejo, tornou-se um "livro vingador" ao contribuir para que se repensasse as bases da República e a situação de precariedade em que viviam as populações do interior do Brasil. A viagem à Amazônia, por sua vez, ofereceu a Euclides a oportunidade de efetuar a crítica social da situação de outro personagem esquecido: o seringueiro. Nas páginas em que retrata a vida do trabalhador da floresta amazônica, Euclides deixa transparecer sua preocupação com os rumos daquela "terra sem história".

É ainda no capítulo de abertura de À Margem da História – "Impressões Gerais" – que Euclides vai veicular uma forte denúncia da situação social do seringueiro. O painel físico-climático da região é, logo, o pano de fundo de um cenário social dramático.

O seringueiro, geralmente vindo do Nordeste em busca de melhores padrões de vida, encontrava nos confins da Amazônia uma situação de

---

[168] Cunha, Euclides da. "Programa de O Proletário e Mensagem aos Trabalhadores". In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 578-579.

[169] Ibidem, p. 579.

semi-escravidão. A violência pareceu a Euclides a linguagem básica das relações sociais no interior amazônico. Segundo o escritor, é à entrada de Manaus que o imigrante efetuaria a transição para sua nova condição social. A ida à Amazônia não representaria uma etapa melhor de sua vida, daí a referência a Manaus como sendo um "lazareto de almas", onde o nordestino abdicaria das ilusões que motivaram sua viagem: "À entrada de Manaus existe a belíssima ilha de Marapatá – e essa ilha tem uma função alarmante. É o mais original dos lazaretos – um lazareto de almas! Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência".[170]

Do ponto de vista histórico a situação social apresentada por Euclides destoa do progresso econômico vivido pela região amazônica. A exploração da borracha atingia seu auge no limiar do século XX, e cidades como Manaus simbolizavam esse surto de prosperidade e riqueza, travando contato direto com metrópoles européias, seja do ponto de vista cultural, seja por intermédio de transações financeiras e comerciais. O instrumento da exploração do látex, o seringueiro, era o pólo frágil desse sistema que levava para a Amazônia os interesses do capitalismo internacional.[171]

Euclides descreve o trabalho no interior da floresta com traços fortes:

> "É que, realmente, nas paragens exuberantes das héveas e castibas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo".[172] Em seguida, justifica o seu raciocínio com uma definição contundente do que enfrentava o seringueiro: "(...) o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se".[173]

---

[170] Idem. À Margem da História, cit., p. 12.

[171] Celso Furtado realça as difíceis condições de vida dos seringueiros: "Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão das cabanas rudimentares onde habitava, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem. Demais, os perigos da floresta e a insalubridade do meio encurtavam sua vida de trabalho". In: Furtado, Celso, op. cit., p. 134.

[172] Cunha, Euclides da. À Margem da História, cit., p. 13. Euclides volta a mencionar a crueldade do sistema de trabalho à pág. 35, valendo-se de termos semelhantes: "A guardava-as e ainda as aguarda, bem que numa escala menor, a mais imperfeita organização do trabalho que ainda engenhou o egoísmo humano".

[173] Ibidem.

Euclides procede, então, à enumeração dos mecanismos que enredam o seringueiro num sistema em que seu trabalho, por mais intenso que seja, não o livra da condição de devedor. Desde sua partida é obrigado a contrair dívidas com o patrão: transporte, habitação, alimentação, vestuário, instrumentos de trabalho, tudo passa a ser contabilizado como passivo perante o barracão senhorial. As dificuldades para saldar o débito se avolumam em razão das características climáticas da região, cujas enchentes obstam a extração do látex durante parte considerável do ano. A conjugação desses fatores subjuga o seringueiro e o vincula ao comando dos senhores da borracha.

A situação se reveste de maior gravidade, como assinala Euclides, em função dos contornos jurídicos desse sistema de organização do trabalho. Nos seringais existiam "Regulamentos" que fixavam por escrito "cousas assombrosas"[174], como a obrigação de que o trabalhador só pode efetuar compras no barracão do patrão, sob pena de ser multado, ou de que as benfeitorias feitas em sua casa não ensejariam qualquer direito de indenização quando da mudança do morador. Essa precária situação fazia com que o seringueiro não se sentisse preso ao local senão em virtude das dívidas que contraíra. Afinal, só a quitação de seu débito – tornada inviável por seu crescimento ininterrupto – recuperaria a liberdade perdida já à entrada de Manaus, no "lazareto de almas" onde o imigrante renunciaria à sua consciência.

O drama do seringueiro leva Euclides a exortar o poder central a agir em benefício daqueles trabalhadores: "Esta resenha comportaria alguns exemplos bem dolorosos. Fora inútil apontá-los. Dela ressalta impressionadoramente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do homestead que o consorcie definitivamente à terra".[175]

As duras reflexões acerca da situação social do seringueiro não afastam, entretanto, alguns erros de avaliação que derivam das concepções filosóficas perfilhadas por Euclides. Embora apresente de forma cristalina

[174] Ibidem, p.14.

[175] Ibidem, p.16.

o funcionamento do sistema de exploração do seringueiro, o escritor não se escusa de ensaiar uma explicação etnográfica para as mazelas do imigrante nordestino. Trata-se de um esboço de explicação, porque Euclides dedica-lhe passagens episódicas. A primeira delas consta das "Impressões Gerais" que abrem À Margem da História.

Em um único parágrafo, Euclides assevera: "Agora vede o quadro real. Aquele tipo de lutador é excepcional. O homem de ordinário leva àqueles lugares a imprevidência característica da nossa raça; muitas vezes carrega a família, que lhe multiplica os encargos; e quase sempre adoece, mercê da incontinência generalizada".[176] Os contrastes dessa passagem são surpreendentes. A explicação de Euclides é sumária, destacando apenas a "imprevidência característica de nossa raça", em mais um reflexo de sua visão determinista. Seu laconismo não impede a inferência de que a mistura de raças que resultou no sertanejo é o elemento causador dessa fraqueza, a imprevidência. Assim, o fator racial passa a ser uma das forças que tornam mais precária a situação do trabalhador: além da criminosa organização do trabalho, a raça – e a imprevidência que dela resulta – vem acentuar as fraquezas do seringueiro.

É importante assinalar que em À Margem da História a explicação etnográfica encontra-se em uma camada superficial, já que Euclides não se aventura numa reflexão mais profunda sobre os condicionamentos raciais do seringueiro. Sua preocupação básica é pôr de manifesto a escravização do trabalhador da Amazônia pelo sistema de exploração de mão-de-obra que ali se instalou. Mas uma interpretação de seu discurso etnográfico é passo necessário para a avaliação dos argumentos fixados em À Margem da História.

4.3 – O DISCURSO ETNOGRÁFICO: O SERTANEJO

O povoamento da Amazônia após o surto de exploração do látex, a partir do final do século XIX, teve como protagonista principal o imigrante nordestino. O "clima caluniado" da Amazônia ofereceria, no entanto, poucas possibilidades de progresso para o trabalhador recém-chegado. No início de À Margem da História, Euclides apresenta uma imagem expressiva

[176] Ibidem, p.14.

do que significa a migração do sertanejo: já na ilha de Marapatá, próxima a Manaus, o viajante abandonaria sua consciência. Como se percebe ao longo da obra, essa abdicação da consciência é um mecanismo que propiciará a adaptação do imigrante ao isolamento e à sua própria "escravização". Despojado de sua consciência, o nordestino sofreria paulatinamente com o enfraquecimento de suas forças morais.

Euclides refere-se à ocorrência de um "desfalecimento moral"[177], resultado do contato com o ambiente inóspito e com um clima que fustiga as energias do ser humano. Uma metáfora é empregada para ilustrar esse quadro: o sertanejo torna-se um exilado conforme vai penetrando aquele "paraíso tenebroso". As noções de "exílio", "expatriado" e "deserto" aparecem com freqüências nos ensaios amazônicos de Euclides. Seu objetivo é o de dimensionar a distância que separa aquelas populações das regiões centrais do Brasil, além de dar cores mais fortes à empreitada a que se dedicam os imigrantes. Ademais dos percalços da natureza, o próprio clima encarregar-se-ia de selecionar os mais aptos. O nordestino, habituado às intempéries, emergiria assim como o responsável pelo povoamento de um território em que as moléstias dificultam a sobrevivência humana: "O cearense, o parabano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável".[178]

Euclides recorre ao evolucionismo para explicar o fenômeno do povoamento da Amazônia. A seleção natural puniria os organismos despreparados para enfrentar as doenças e o clima causticante. Os nordestinos, com suas almas "disciplinadas pelos reveses", estariam preparados para a tarefa de ocupar o vazio da floresta. O custo, todavia, seria alto: o desfalecimento moral, o abandono da consciência, o exílio, e o trabalho que, paradoxalmente, leva à servidão.

Os custos do povoamento da Amazônia, pagos pelo nordestino, seriam agravados em razão da própria desorganização do processo de

---

[177] Ibidem, p. 28.

[178] Ibidem, p. 30.

imigração. Euclides ressalta que "não se conhece na história exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimamento, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará para aquele recanto da Amazônia".[179]

Essa desorganização faria com que o povoamento do Acre se apresentasse como "um caso histórico inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso progresso".[180] Euclides ataca a ausência de planejamento do povoamento movido pela constatação de que as populações que migram para a Amazônia o fazem em razão do flagelo da seca. Seria a "escassez de vida" do Nordeste que impulsionaria o fenômeno - o nordestino vai à Amazônia para se forragir das mazelas de sua própria região. É a partir dessa premissa que Euclides avança na discussão racial, formulando um discurso etnográfico contraditório sobre o nordestino.

Como vimos anteriormente, Euclides louva a empreitada levada a cabo pelo nordestino. Sua tese é a de que ele, acostumado às dificuldades de adaptação a um clima rude, mostra-se capaz de arrostar os desafios de povoamento da Amazônia, podendo sobreviver ao crivo da seleção natural. Em seguida, após criticar a desorganização do processo migratório, Euclides parece seguir outra trilha, impugnando o caráter benéfico da imigração nordestina a partir de argumentos estritamente raciais.

Euclides registra que os imigrantes resultariam de uma "seleção natural invertida": "(...) todos os fracos, todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados expedidos a esmo, como o rebotalho das gentes, para o deserto".[181] Neste momento o nordestino não é mais visto como um bravo predisposto a suportar as agruras do clima amazônico. Ao revés, os imigrantes representariam o "rebotalho das gentes", enviado pelos poderes públicos para a Amazônia com o objetivo de minorar os efeitos das secas. Caso contrário, aquela população de "famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas", "bárbaros moribundos que infestavam

[179] Ibidem, p. 33.

[180] Ibidem.

[181] Ibidem.

o Brasil", poderiam encher as cidades do litoral nordestino.[182] A política governamental consistiria em se desvencilhar do problema remetendo a população excedente do Nordeste para a Amazônia: "Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria".[183]

A mudança no discurso de Euclides é evidente. Num momento o espírito dos nordestinos é visto como o "heróico" e sua alma se apresenta "disciplinada pelos reveses". Ademais, seus "organismos robustos" garantiriam o triunfo da campanha de povoamento da Amazônia.[184] Em seguida, esse "rebotalho das gentes" é tomado apenas como o produto de uma seleção natural invertida, capaz de "malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo".[185] Essa contradição é mais um exemplo do dualismo que marca o pensamento de Euclides. O observador que testemunha in loco a empreitada dos nordestinos tende a louvar os imigrantes; já o escritor que se ampara nos referenciais teóricos das correntes filosóficas européias é um pessimista quanto à miscigenação.

Convém destacar que a alusão ao "rebotalho das gentes" é o mote que Euclides utiliza para atacar a política governamental de povoamento da região. O papel dos poderes públicos se cingiria ao envio das populações à região. Após isso, via-se o abandono: "Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem".[186]

A conclusão de Euclides é, também ela, paradoxal. Após referir-se às condições das populações que migravam para a Amazônia – marcadas pela fome e pela doença: "famintos", "febrentos", "variolosos" –, volta a manifestar surpresa com o resultado do processo de povoamento. Assevera que, malgrado o descaso governamental, "as populações transplantadas se

[182] Ibidem.

[183] Ibidem.

[184] Ibidem, p. 29-30.

[185] Ibidem, p. 34.

[186] Ibidem.

fixam, vinculadas ao solo; o progresso demográfico é surpreendente – e das cabeceiras do Juruá à confluência do Abunã alonga-se, cada vez mais procurada, a terra da promissão do Norte do Brasil".[187] Ao afirmar a possibilidade de povoamento da Amazônia, apesar do clima pouco propício, refutava o juízo de Chandless, que via com pessimismo as condições de habitabilidade da região.[188]

Talvez a contradição seja apenas aparente, e Euclides saliente que é o "rebotalho das gentes" que vai à Amazônia apenas para, por contraste, dar mais destaque ao resultado do processo: o nordestino faminto e doente que chega à floresta é capaz, sem qualquer auxílio governamental, de levar adiante o povoamento e exploração das riquezas da região. É desse fenômeno – o fraco que vence o ambiente inóspito – que emergiria o heroísmo do sertanejo. De toda maneira, o discurso etnográfico que permeia À Margem da História não se apresenta coerente. Seu grau de objetividade é mínimo, resultando numa mescla de impressões subjetivas do observador e da aplicação aleatória de teses evolucionistas. Na verdade, o discurso etnográfico mostra-se mais literário do que propriamente científico, daí resultando as contradições apontadas.

4.4 – O DISCURSO ETNOGRÁFICO: O CAUCHEIRO

Após as reflexões iniciadas em "Impressões Gerais", Euclides mantém a conciliação entre o discurso etnográfico e a crítica social. Já no relatório oficial da Comissão de Exploração do Alto Purus se aludira à existência, naquela região, de duas sociedades, a dos caucheiros e a dos seringueiros. Nesse texto, todavia, Euclides não desenvolveu maiores considerações, atendo-se à nota distintiva entre as duas sociedades: enquanto o caucheiro peruano é nômade, por explorar a castiloa elástica - cuja goma não se renova -, o seringueiro é sedentário, podendo dedicar-se à extração do látex que periodicamente se renova.

Em À Margem da História também o caucheiro merece uma análise sociológica original. Ele é visto como um desbravador que transpõe os

[187] Ibidem.

[188] Reis, Arthur Cézar Ferreira. A Amazônia e a integridade do Brasil. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 122.

obstáculos geográficos, notadamente os Andes, para atingir o Alto Purus. Suas dificuldades não se cingiam, porém, à superação das barreiras naturais, já que as áreas de exploração do caucho eram povoadas por tribos indígenas que se antagonizavam com os peruanos. O combate aos índios modelava o caráter do caucheiro, visto por Euclides como dotado de bravura e coragem. O interesse pela figura do caucheiro não decorria apenas da circunstância de ser ele o símbolo da penetração dos peruanos no Acre. Em verdade, ali transcorreria um embate de maiores proporções, envolvendo o que Euclides denomina de "civilização" (representada pelos brasileiros, peruanos e bolivianos) e as tribos indígenas.

Nos artigos publicados em 1904 em O Estado de São Paulo, Euclides insistia em que o choque entre interesses brasileiros e peruanos era um episódio da "concorrência vital" entre os povos. Os confrontos entre caucheiros peruanos e índios no Alto Purus não fugiria à regra, consistindo também numa disputa pela sobrevivência. O caucheiro seria impulsionado pela forças da civilização, e a satisfação de seus objetivos dependia da superação do obstáculo indígena: "E os caucheiros aparecem como os mais avantajados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vai exterminando naqueles sertões remotíssimos os mais interessantes aborígenes sul-americanos".[189]

Como se depreende do excerto transcrito, Euclides percebe a complexidade do problema e se recusa a reduzi-lo à dialética entre civilização e barbárie. Afinal, os próprios elementos representativos da civilização levariam a cabo o extermínio dos "mais interessantes aborígenes sul-americanos". Assim como em Os Sertões a civilização supostamente consubstanciada nas forças militares da República engendrou o massacre de Canudos - o que tornou a obra um "livro vingador", de denúncia -, também nos ensaios sobre a Amazônia Euclides trabalhou cautelosamente com a idéia de "civilização". A exploração da mão-de-obra do seringueiro e a dizimação de tribos indígenas expõem, ao contrário, os efeitos nocivos que os interesses da civilização levavam ao interior amazônico. Em seus textos resta claro que "a civilização engendra a sua própria antítese: uma barbárie moderna, mais perigosa e desumana do que a barbárie pré-moderna, e que só pode ser superada

[189] Cunha, Euclides da. À Margem da História, cit., p. 42.

por meio da própria civilização, que deve incorporar elementos das combatidas culturas tradicionais".[190]

O caucheiro, como o nômade, é mais um agente destruidor do que um suporte da civilização. Seu cotidiano é o de derrubar a árvore, extrair sua riqueza e abandonar a área devastada. Euclides pondera: "Assim, entre os estranhos civilizados que ali chegam de arrancada apenas para ferir e matar o homem e a árvore, estacionando o tempo necessário a que ambos se extingam, seguindo a outros rumos onde renovam as mesmas tropelias, passando como uma vaga devastadora e deixando ainda mais selvagem a própria selvageria – aqueles bárbaros singulares [os índios] patenteiam o único aspeto tranqüilo das culturas".[191]

O contraste entre civilização e barbárie não é nítido. Afinal, Euclides reporta-se aos "estranhos civilizados" cuja missão é destruir ("vaga devastadora"). Contrariamente, os "bárbaros singulares" simbolizariam o "único aspecto tranqüilo das culturas". Aparentemente, logo, houve uma inversão da carga semântica dos termos "civilização" e "barbárie", o primeiro denotando a ação devastadora do caucheiro, e o segundo indicando o único elemento de estabilidade naquele cenário de disputa vital.

Ademais, desse choque entre bárbaros e civilizados não resulta uma síntese possível. Sérgio Paulo Rouanet sugere, como chave explicativa do dualismo modernidade/barbárie em Euclides, a idéia de "dialética negativa" como apresentada por Adorno: uma dialética "capaz de manter a contradição em toda a sua virulência, uma dialética sem síntese, em que os dois pólos permanecessem inconciliáveis".[192] Dessa maneira, em Euclides teríamos a dicotomia entre modernidade e a barbárie – e sua fé repousaria na modernidade, explicitada pela ciência e pelo progresso técnico. Essa crença na modernidade constituiria a primeira vertente da "dialética negativa" do pensamento euclidiano. A segunda vertente seria o que Rouanet denomina de "modernidade enquanto barbárie"[193] – isto é, as forças

[190] Zilly, Berthold, op. cit., p. 128-129.

[191] Cunha, Euclides da. À Margem da História, cit., p. 45.

[192] Rouanet, Sérgio Paulo. "O Sertão da Dialética Negativa". In: Folha de São Paulo, Caderno "Mais", 1° de Dezembro de 2002, p. 12.

[193] Ibidem, p. 12-13.

supostamente civilizatórias como o motor da barbárie, o que em À Margem da História se revela tanto no caucheiro que dizima a floresta e ataca as tribos indígenas como no senhor da borracha que explora impiedosamente a força de trabalho do seringueiro.

O dualismo civilização/barbárie ultrapassa, em Euclides, a análise do caucheiro. A integralidade de seu pensamento parece estar ancorada, de forma implícita ou explícita, nesses dois pólos. Berthold Zilly destaca que uma das temáticas mais caras a Euclides, a construção do Estado nacional, leva em consideração a existência de um litoral civilizado e um interior – o sertão, a Amazônia – ainda em estágio pré-civilizado. Mas não se trata de propor simplesmente que o litoral avance para o interior com seus valores e práticas: "Pois o interior pode ser incivilizado, mas ele é típico e autêntico, mais nacional do que as cidades e o litoral, que são civilizados, porém demasiado internacionalizados".[194] Dilui-se, assim, o sentido tradicional da oposição litoral-interior, deslocando-se para o interior o potencial de construção da nacionalidade brasileira.

A visão positiva do caucheiro – e todo o discurso etnográfico que Euclides formula em torno desse personagem – é conseqüência sobretudo da admiração por suas qualidades de desbravador. Assim, o explorador da castiba é um nômade, cuja vida errante o põe face a face com diversos perigos, e que encontra no indígena sua antítese. Obrigado a bater-se com os silvícolas, o caucheiro desafia o perigo continuamente. Esse entusiasmo literário pela figura do caucheiro está vazado em trechos como o seguinte: "Há, realmente, neste lance, um traço comovente de heroísmo. O homem perdido na solidão absoluta vai procurar o bárbaro, levando a escolta única das dezoito balas de seu rifle carregado".[195] Para que o leitor melhor visualize a audácia do caucheiro, e sua argúcia em se aproveitar do descuido do inimigo, Euclides mostra-se preocupado em narrar os detalhes que cercam esse cotidiano de enfrentamento. A "conquista" dos indígenas pelos caucheiros parece ser um dos corolários da seleção natural que é, também ali, implacável.

Todavia, esse processo de disputa pela sobrevivência, na Amazônia, mostrou-se a Euclides tão cruel a ponto de as páginas de À Margem da

[194] Zilly, Berthold, op. cit., p. 123.

[195] Cunha, Euclides da. À Margem da História, cit., p. 43.

História se limitarem à aplicação assistemática de teses evolucionistas àquela região. O cientista perdeu espaço, neste momento, ao crítico social. O autor deixa claro que o drama humano que se desenrola nas áreas de exploração do caucho e da borracha requer uma percepção que vá além da fria utilização dos pressupostos darwinistas e deterministas.

Assim, Euclides salienta que "o drama real que se desenrola é quase inconcebível para o nosso tempo", referindo-se a "uma série indefinida de espoliados".[196] Essas populações – vítimas da riqueza trazida pela borracha – trabalham anos a fio, sofrem com as moléstias típicas da região e, por fim, "extinguem-se no absoluto abandono".[197] Como visto, o drama na Amazônia não atingia apenas o seringueiro, afetando também as populações indígenas, cujo trabalho era duramente explorado pelos caucheiros.

Podemos retomar, então, à discussão relativa à dialética entre civilização e barbárie que pautou as ponderações de Euclides. A princípio, o caucheiro parece ser o representante do processo civilizatório, já que é ele quem está integrado aos interesses fundamentais da modernidade e do capitalismo. O que impulsiona sua ação é a racionalidade instrumental e a busca incessante do lucro. A barbárie, ao revés, estaria consubstanciada no atraso das populações indígenas, alheias às possibilidades contidas nas riquezas naturais da floresta. A organização do trabalho que se impõe à força, contudo, inverte os pólos dessa relação. Como vimos, ali parece operar uma "dialética negativa", em que a civilização se torna barbárie, por meio da escravização e do extermínio dos indígenas.

O caucheiro, portanto, revela em suas ações uma ambigüidade essencial, expondo a faceta obscura da civilização. A narrativa de Euclides apresenta, nessa esteira, dois níveis distintos. No primeiro, o da perspectiva positiva, procura-se realçar as qualidades do caucheiro, sua coragem e destemor em enfrentar os desafios trazidos pelo ambiente inóspito. No segundo são acentuados os traços negativos do caucheiro, e a tônica recai sobre a barbárie perpetrada contra os indígenas. O conflito entre essas duas perspectivas desperta Euclides para a dificuldade em se classificar esse personagem contraditório da Amazônia. Convém reproduzir suas

[196] Ibidem, p. 47.

[197] Ibidem.

palavras: "Realmente, o caucheiro não é apenas um tipo inédito na história. É, sobretudo, antinômico e paradoxal. No mais pormenorizado quadro etnográfico não há um lugar para ele. A princípio figura-se-nos um caso vulgar de civilizado que se barbariza, num recuo espantoso em que lhe apagam os caracteres superiores das formas primitivas da atividade".[198]

Esse "tipo inédito na história", com suas ambigüidades e contradições, diluia fronteira tradicional entre a civilização e a barbárie. É um caso de civilizado que se barbariza. Essa constatação explicita a consciência que Euclides tinha das forças obscuras que subjazem à modernidade. A despeito de sua crença no progresso e na força da razão, que persistiu ao longo de toda a sua vida, ele pôde divisar os contrastes sociais provocados pela penetração do capitalismo naquela "terra sem história".

A confissão de Euclides de que não há espaço para o enquadramento do caucheiro nos modelos etnográficos tradicionais torna-se mais clara conforme ele avança em seu esforço analítico. O fato de o caucheiro combinar elementos da civilização e da barbárie não significa que suas ações sejam instáveis ou que careçam de racionalidade. Ele não é civilizado e bárbaro em função de uma indefinição fundamental de personalidade. Antes, resta claro que seu lado "bárbaro" está a serviço de seus interesses econômicos, isto é, de seu lado "civilizado". O bárbaro aflora para dar eficácia aos interesses do civilizado.

Euclides expõe esse raciocínio na seguinte passagem:

> "É um caso de mimetismo psíquico de homem que se finge bárbaro para vencer o bárbaro. É cabaleiro e selvagem, consoante as circunstâncias. O dualismo curioso de quem procura manter intactos os melhores ensinamentos morais ao lado de uma amoral fundada especialmente para o deserto – reponta em todos os atos de sua existência revolta. O mesmo homem que com invejável retitude esforça-se por satisfazer os seus compromissos, que às vezes sobem a milhares de contos, com os exportadores de Iquitos ou Manaus, não vacila em iludir o pé-rapado miserável que o serve, em alguns quilos de sernambi ordinário; ou passa por vezes

[198] Ibidem, p. 48.

da mais refinada galanteria à máxima brutalidade, deixando em meio um sorriso cativante e uma mesura impecável, para saltar com um rugido, de cutelo rebrilhante em punho, sobre o cholo desobediente que o afronta".[199]

A fim de tornar mais nítida a ambivalência do caucheiro – ora civilizado, ora bárbaro – Euclides o compara aos bandeirantes que desbravaram o interior do Brasil. Para ele, o bandeirante agia de acordo com uma lógica inexorável: é sempre brutal. O caucheiro, por seu turno, não tinha essa coerência em suas ações, podendo ser, consoante suas conveniências, bárbaro ou civilizado. Como, então, definí-lo? Euclides é sintético: "É o homúnculo da civilização".[200] O caucheiro, em sua inconstância, despende energias durante anos nos confins da floresta para, em meses, esgotar todos os seus recursos numa viagem a Paris. Na metrópole européia, como destaca Euclides, nada denuncia sua origem e seu lado nômade e bárbaro. Tensionado pelos dois pólos de sua personalidade contraditória – o lado civilizado e o lado bárbaro – é capaz de se revestir da persona que melhor lhe convém. Ante o indígena ele é bárbaro, já que é "um homem que se finge de bárbaro para vencer o bárbaro".[201] Em Paris se esmera em atos de elegância, manifestando seus dotes de civilizado.

Resta claro que o embate entre os caucheiros e as populações locais não é regido por nenhum tipo de regra. Como toda etapa da concorrência vital, a preponderância é dos mais fortes: "Não há leis. Cada um traz o código penal no rifle que sobraça, e exercita a justiça a seu alvedrio, sem que o chamem a contas".[202]

A apreciação final de Euclides sobre a presença dos caucheiros no Acre não é positiva, em razão fundamentalmente de seu nomadismo. O gênero de vida dos peruanos que exploram a castiloa acarretaria "a desorganização sistemática da sociedade", já que a inexistência de apego à terra – e a voracidade com que se lançam em busca de novas árvores – provocaria "uma involução lastimável no homem perpetuamente arredio

[199] Ibidem, p.48-49.

[200] Ibidem, p.49.

[201] Ibidem, p.48.

[202] Ibidem, p.50.

dos povoados, errante de rio em rio, de espessura em espessura, sempre em busca de uma mata virgem onde se oculte ou se homizie como um foragido da civilização".[203]

Ao enunciar sua conclusão Euclides se refere ao caucheiro como um "foragido da civilização". À luz do que já fora assinalado, podemos consignar a essa afirmação o mesmo significado da assertiva segundo a qual o caucheiro é o civilizado que se barbariza. Foragir-se da civilização não é renunciar a ela: o caucheiro enfrenta os perigos da floresta com o propósito de enriquecer e retornar à civilização com um novo status. Sua riqueza permitirá, segundo o exemplo apresentado por Euclides, ir a Paris, um dos centros da civilização, abandonando a rudeza que lhe permite sobreviver na Amazônia.

"Tipo inédito na história", "homúnculo da civilização", "civilizado que se barbariza", "foragido da civilização": essas designações, que Euclides utiliza em seu discurso sobre o caucheiro, dão conta da contraditória personalidade desse personagem. Ao apresentá-lo, o autor não se manteve adstrito aos fundamentos científicos da etnografia: seu texto é eminentemente literário, ainda que não lhe faltem detalhes de observação que caracterizam o estilo científico. Como escritor, foi tomado pela complexidade do personagem, nele revelando todos os traços do expressionismo identificado por Gilberto Freyre.

4.5 – O JUDAS AHASVERUS

Já no início de À Margem da História Euclides da Cunha delineia o panorama desalentador em que vive o seringueiro, protagonista do drama humano que afeta a Amazônia. Esse imigrante nordestino viveria o paradoxo de trabalhar para escravizar-se, ensejando a denúncia do sistema de organização do trabalho que envolvia a exploração da borracha.

Os contornos do drama do seringueiro encontram sua melhor expressão na descrição da cerimônia do Judas Ahasverus. Além da relevância propriamente estilística, esse segmento de À Margem da História é um valioso registro sociológico da vida do seringueiro. O mito do "Judas Ahasverus",

[203] Ibidem, p.67.

com um na Idade Média, envolve um personagem – Ahasverus – condenado a uma vida errante até o fim dos tempos, resultado de "uma culpa irremissível, ou do gesto impiedoso para com aquele que ia morrer crucificado".[204] Milton Hatoum sublinha que a vida errante de Ahasverus guarda semelhança com a vida de Euclides, cuja ânsia por movimento e novas paragens foi decisiva em sua viagem a Canudos e à Amazônia. Dois aspectos da lenda de Ahasverus teriam interessado a Euclides: o pecado sem redenção e a fatalidade do destino.[205]

A vida penosa do seringueiro no labor das "estradas", onde se empenhava na exploração do látex, pareceu a Euclides representar com propriedade o drama de Ahasverus. Condenado a trabalhar para escravizar-se, sem perspectiva de futuro, o seringueiro é relegado ao abandono e à sua própria sorte. Seu pecado primordial – a ambição – torna-o um ímpio, sujeitando-o às vicissitudes de um destino cruel. Esse destino, como exporá Euclides, é fatal: o seringueiro parece condenado a sofrer na floresta o resto de seus dias.

A celebração religiosa do Judas Ahasverus tem lugar no sábado de Aleluia. É nesse dia que "os seringueiros do Alto Purus desforram-se de seus dias tristes. É um desafogo. Ante a concepção rudimentar da vida santificam-se-lhes, nesse dia, todas as maldades".[206] O extenso leque de sofrimentos vividos pelo seringueiro – as moléstias, as duras condições de trabalho, as dívidas impagáveis que obstaculizam o seu retorno à terra de origem, a solidão da floresta (floresta a que Euclides se refere metaforicamente como um deserto, para ilustrar o impacto da solidão) – são expurgados com a passagem, pelos rios da região, do boneco de palha que simboliza o Judas, objeto da fúria vingadora das populações locais.

O transcurso dos dias santos não altera a rotina do seringueiro. Sua faina prossegue imodificada – exceto com a chegada do sábado. A rotina

---

[204] Hatoum, Milton. "Expatriados em sua própria pátria". In: Cadernos de Literatura Brasileira, nos. 13/14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002, p. 322. Francisco Foot Hardman salienta que o Judas Ahasverus é um personagem que se associa "ao mito do Judeu Errante, condenado ao eterno degredo e a não morrer antes do Juízo final, por ter blasfemado contra o Cristo a caminho do calvário". Cf. Hardman, Francisco Foot, op. cit., p. 47.

[205] Ibidem.

[206] Cunha, Euclides. À Margem da História, cit., p. 52.

de purgações enseja a analogia entre a vida do seringueiro e a paixão de Cristo. No caso do seringueiro, todavia, os sofrimentos não se concentrariam numa semana, mas se estenderiam ao longo de sua existência: "E consideram, absortos, que esses sete dias excepcionais (...) lhes são, ali, a existência inteira, monótona, obscura, dolorosíssima e anônima, a girar acabrunhadoramente na via dolorosa inalterável, sem princípio e sem fim, do círculo fechado das "estradas"".[207] O seringueiro viveria permanentemente os sofrimentos que são lembrados naquela semana santa. A paixão de Cristo é uma oportunidade de dar vazão ao acúmulo de penas a que se submete durante todo o ano.

Essa teia de martírios teria incutido no seringueiro uma certa resistência ao sofrimento. Acostumado aos pesares diários, não é na religião que ele busca a resposta para seu martírio: "É mais forte; é mais digno. Resignou-se à desdita. Não murmura. Não reza. (...) Tem a noção prática, tangível, sem raciocínios, sem diluições metafísicas, maciça e inexorável – um grande peso a esmagar-lhe inteiramente a vida – da fatalidade; e submete-se a ela sem subterfugir na cobardia de um pedido, com os joelhos dobrados".[208]

O seringueiro parece saber, assim, que a resposta para o seu drama não é de ordem metafísica. Seu pragmatismo ambiciona no máximo um lenitivo para a raiva, e o Judas Ahasverus emerge como um momento de catarse para o sofrimento contido. É um comportamento que Euclides classifica de "estóico"[209]: suportar um ano inteiro de privações para, num único dia, entregar-se à vingança contra o Judas corporificado num boneco que navega a esmo pelos rios. Essa vingança se dá por meio de tiros, pedras e objetos lançados contra a estátua inerte que atravessa as vias fluviais da região.

Euclides não se cinge à descrição da construção do Judas e de sua passagem pelos povoados. Entrega-se a um esforço de interpretação do fenômeno social. Sua tese é a de que o seringueiro constrói o boneco à sua semelhança. Ao expurgar na estátua de palha seus sofrimentos, está

[207] Ibidem.

[208] Ibidem, p. 53.

[209] Ibidem.

praticando uma vingança contra si mesmo. Sua ambição – que o trouxe do Nordeste em busca da riqueza – redundou em fracasso, e a vingança contra o Judas é sobretudo uma vingança contra sua imprevidência: "É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalcando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram".[210]

A discrepância com os caucheiros é evidente. Enquanto os peruanos têm a possibilidade de enriquecer por intermédio da utilização da mão-de-obra indígena obtida à força ou aliciada com manufaturas de valor insignificante, o seringueiro é, ele próprio, a força de trabalho. Ao contrário dos indígenas, porém, sua ida à floresta é voluntária. Sua escravização é resultado do sistema de trabalho ao qual aderiu por vontade própria, ao buscar um padrão de vida melhor. Essa adesão imprevidente aos contratos unilaterais e aos regulamentos injustos impostos pelos senhores da borracha gera a frustração consigo mesmo. Por essa razão Euclides divisou na cerimônia do Judas Ahasverus o momento de autopunição do seringueiro.

Ao observar que o boneco do Judas Ahasverus representa também o próprio seringueiro, Euclides revela o seu pessimismo com a situação social da Amazônia. A descrição que faz de todo o ritual de construção dos bonecos – formatados à imagem e semelhança do seringueiro, para que este possa expiar melhor suas próprias culpas – e de sua passagem pelos rios adquire uma forte dramaticidade. Como assinala Milton Hatoum, esse pessimismo está enraizado na História[211]: a sina do seringueiro não deriva simplesmente de seu isolamento no interior da floresta. É conseqüência de uma cadeia mais ampla de fenômenos, sobretudo do avanço do capitalismo sobre a periferia e do sistema de organização do trabalho que prevalece na Amazônia. O isolamento do seringueiro é múltiplo, sendo ditado não somente pela imensidão da floresta mas também pelo fato de que o trabalho a que se dedica determina sua circunscrição às "estradas" onde procede à coleta do látex. A expressão "à margem da história" é, portanto, paradoxal:

[210] Ibidem, p. 55-56.

[211] Hatoum, Milton, op. cit., p. 334.

o habitante da Amazônia está à margem porque sofre com o abandono a que é relegado pelo poder público, mas seus sofrimentos são concretos, e derivados da inserção da Amazônia no processo histórico de expansão do capitalismo.

Esse pessimismo de Euclides levou-o, inclusive, a escolher o título de O Paraíso Perdido para sua planejada obra sobre a Amazônia. É o que confessa a José Veríssimo em março de 1905, em carta enviada de Manaus, pouco antes de partir a expedição que percorreria o Purus: "Acha bom o título Um Paraíso Perdido para o meu livro sobre a Amazônia? Ele reflete bem o meu incurável pessimismo".[212]

4.6 – A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA AO BRASIL

Como vimos nos tópicos precedentes, Euclides discorreu sobre o homem da Amazônia não apenas sob o ponto de vista das teorias deterministas e evolucionistas que marcaram o conjunto de sua obra. Sua perspectiva foi, também, sociológica, denunciando as difíceis condições de vida na região. Ao utilizar a expressão "expatriado em sua própria pátria" para designar o seringueiro, deixou entrever um juízo crítico sobre a incorporação da Amazônia ao Brasil: seria possível conceber a soberania sobre aquele território - em especial o Acre -, se a população ali presente era constituída de "expatriados"?

A constatação de que a população de seringueiros e caboclos que vivem na região não tem maiores laços com o resto do Brasil levou Euclides a desenvolver argumentos sobre o processo de integração da Amazônia ao resto do país. Em À Margem da História esta preocupação está manifestada sobretudo na parte final de "Terra sem história". No artigo "Brasileiros", por exemplo, Euclides repassa as pretensões peruanas de incorporação de parte da Amazônia brasileira. A tentativa de explicação dessas incursões peruanas já fora feita no artigo "Conflito Inevitável", publicado em 1904 em O Estado de São Paulo. "Brasileiros", por seu turno, foi originalmente publicado no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, em 1907. Euclides retoma, nesse texto, a análise do que denominou de "o problema do Oriente": a penetração de peruanos na Amazônia seria fruto de uma

[212] Carta a José Veríssimo, em 10 de Março de 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p.268.

necessidade histórica, porquanto o país vizinho ambicionava uma saída para o Atlântico, e o acesso ao rio Amazonas passava pelo domínio de seus afluentes, em especial o Purus e o Juruá.

Reproduzindo algumas teses já apresentadas em "Conflito Inevitável", Euclides pondera que a anexação de parte do território fronteiriço era um dos pontos cardeais da política exterior peruana. Nesse passo, a incursão de caucheiros não era um acaso, mas corolário de "uma marcha regeneradora para o oriente"[213] encabeçada pelo Estado. O governo peruano teria coordenado, segundo Euclides, o processo de colonização das áreas adjacentes ao Brasil, sempre com vistas a obter uma saída para o Atlântico. Todavia, somente com a descoberta do caucho surgiu um atrativo consistente para a colonização. Essa forma de ocupação seria nociva à região, já que, como foi assinalado anteriormente, o caucheiro erra pela floresta em busca de riquezas, não se apegando à terra, o que provoca "a desorganização sistemática da sociedade".[214]

O propósito de Euclides ao discorrer sobre a questão parece ser o de contrastar o intenso interesse do governo do Peru com a ausência de políticas de ocupação do lado brasileiro. Como sublinha o autor de Os Sertões, "o Governo peruano nunca renunciou ao seu primitivo propósito de uma colonização intensiva".[215] A despeito dos fracassos dos projetos de colonização, a exploração do caucho dava novo alento às pretensões peruanas, criando o cenário para que se contrapusessem caucheiros e brasileiros. Apenas com o agravamento das tensões – e com a organização de expedições armadas peruanas, em apoio à penetração dos caucheiros – é que o governo brasileiro voltou suas atenções para a área em litígio, sem esboçar, contudo, um plano maior de integração física da Amazônia ao Brasil.

O artigo seguinte – "A Transacreana" – veicula uma das propostas de Euclides para que se proceda à integração: a criação de uma via férrea que percorresse o recém-incorporado território do Acre. Seu argumento é o de que o povoamento da Amazônia seguiu o leito dos rios, relegando ao

[213] Cunha, Euclides. À Margem da História, cit., p.62.

[214] Ibidem, p.66.

[215] Ibidem, p.69.

abandono a parte interior da região. A solução para esse problema consistiria, segundo ele, na "ligação transversa de seus grandes vales", isto é, na criação de "varadouros": "O varadouro – legado da atividade heróica dos paulistas compartido hoje pelo amazonense, pelo boliviano e pelo peruano – é a vereda atabadora que vai por terra de uma a vertente fluvial à outra".[216]

Euclides valeu-se, aqui, de sua formação de engenheiro para apresentar com detalhes seu projeto de integração. Parte da premissa de que o desenvolvimento da engenharia tornou superáveis eventuais empecilhos naturais à criação de linhas de comunicação. Após indicar as características geográficas do território acreano, Euclides observa que o trajeto da linha férrea já se encontra reconhecido, demandando, por conseguinte, uma ação rápida do governo federal: "A intervenção urgentíssima do Governo Federal impõe-se como o dever elementaríssimo de aviventar e reunir tantos esforços parcelados", intervenção essa que deveria consistir "no estabelecimento de uma via férrea – a única estrada de ferro urgente e indispensável no Território do Acre".[217]

Os benefícios que defluiriam da concretização do projeto são enfatizados por Euclides, que destaca os múltiplos efeitos sociais e estratégicos. No que respeita aos efeitos sociais, assevera que as melhorias iriam "do simples fato concreto da redistribuição do povoamento" à "gerência mais pronta, mais desimpedida, mais firme, dos poderes públicos, que hoje ali se triparte, desunida, em sedes administrativas impostas exclusivamente pelas vicissitudes geográficas".[218] Relativamente aos resultados estratégicos, registra a importância de um sistema eficaz de comunicações na região de fronteira, facilitando a defesa do território brasileiro e reduzindo a vantagem dos peruanos decorrente do domínio de posições nos rios Madre-de-Dios e Ucayali.[219] Daí a sua conclusão de que, ao propiciar o equilíbrio de forças na região, a Transacreana deveria ser vista como "uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz".[220]

---

[216] Ibidem, p.73.

[217] Ibidem, p.76.

[218] Ibidem, p.79.

[219] Ibidem, p.82-83.

[220] Ibidem, p.84.

A enunciação de propostas de integração física da Amazônia ao resto do Brasil não se exaure, em À Margem da História, nos dois artigos mencionados, "Brasileiros" e "Transacreana". Já no início do livro Euclides tece considerações sobre os problemas que acometem as principais vias de comunicação da região, os rios. É no artigo "Rios do abandono" que são desenvolvidas reflexões sobre o potencial do Rio Purus, ainda inexplorado pelo governo central. Neste artigo resta evidenciada a instrumentalização do trabalho científico – Euclides lança mão de terminologia técnica e de números para fundamentar suas observações sobre as características hidrográficas do Purus – em prol da proposição de políticas que deveriam ser adotadas pelo governo central. Como comissário brasileiro de exploração do Alto Purus, Euclides não se cingiu ao registro burocrático e à mera descrição dos aspectos naturais mais relevantes do rio. Ocupou-se, também, de indicar possibilidades de melhor aproveitamento das vias de comunicação disponibilizadas pela natureza, embora o papel da comissão fosse apenas o de harmonizar, com os peruanos, os dados geográficos sobre a região de fronteira.

No caso do Purus, a constatação é a de que o rio, conquanto apresente boas condições de navegabilidade, sofre com a carência de melhoramentos que poderiam aumentar sua importância econômica. Em função dos fenômenos naturais peculiares à região, o Purus pode ser obstruído pela queda de barrancos (as "terras caídas") ou pelo acúmulo de troncos e galhos. Os habitantes da região, caucheiros e seringueiros, não despendem, segundo Euclides, "o mínimo esforço e não despendem um golpe único de facão ou de machado num só daqueles paus, para desafogar a travessia".[221] Daí a conclusão de que o Purus encontra-se abandonado, a despeito de seu potencial para o desenvolvimento da região. Essa obstrução pelas "terras caídas" não constituiria, contudo, empecilho de monta para o governo central. Sua superação não apresentaria maiores dificuldades, faltando apenas a intervenção governamental: "Entretanto, o simples enunciado destes inconvenientes, evidentemente alheios às suas admiráveis condições estruturais, de lata que a remoção deles, embora demorada, não demanda trabalhos excepcionais de engenharia e excepcionais dispêndios".[222]

---

[221] Ibidem, p.25.

[222] Ibidem, p.26.

As condições para a exploração do Purus estariam dadas pela natureza, tendo em vista suas "admiráveis condições estruturais" e sua excelente hidráulica fluvial, o que conduz Euclides a afirmar: "O Purus é uma das maiores dádivas entre tantas com que nos esmaga uma natureza escandalosamente perdulária".[223] Na linha da preocupação social que perpassa À Margem da História, procura salientar que o quadro de isolamento da Amazônia e as dificuldades vividas por seus habitantes não decorre senão da situação de abandono a que foi relegada pelo governo central. Para Euclides, a preservação da integridade territorial iria além, no entanto, da celebração de acordos de limites, já que enquanto não se promovesse a inclusão da Amazônia e de sua população na pauta de políticas de desenvolvimento do poder central, a soberania brasileira sobre a região persistiria ameaçada. O litígio com o Peru, intensificado logo após a celebração do Tratado de Petrópolis, demonstrava a fragilidade da presença brasileira na área do Alto Purus e Alto Juruá.

Cioso da capacidade do rio em gerar o desenvolvimento local, Euclides é enfático ao rogar pela intervenção governamental na região: "De qualquer modo, urge iniciar-se desde já modestíssimo, mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro, um serviço organizado de melhoramentos, pequeno embora em começo, mas crescente com os nossos recursos – que nos salve o majestoso rio".[224]

Coerente com a assertiva – enunciada no início de À Margem da História – de que na Amazônia "as verdades desfecham-se em hipérboles", Euclides é ainda mais enfático ao consignar que o Purus – "um rio enjeitado" – pode vir a ser uma das mais importantes linhas de expansão histórica do Brasil: "Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica".[225]

Uma das singularidades de À Margem da História é, portanto, a veiculação de uma visão estratégica da integração da Amazônia ao Brasil.

---

[223] Ibidem.

[224] Ibidem, p. 28.

[225] Ibidem.

Fiel ao reformismo que marca sua condição de intelectual de classe média, Euclides defende um papel ativo do Estado na proteção do território e das populações mais afastadas. A proposta de criação da Transacreana e os argumentos em prol do melhoramento do rio Purus demonstram que sua reflexão é coerente com o panorama traçado na parte inicial do livro: uma vez constatado o abandono do Purus e das populações locais, tornava-se premente a concepção de propostas que pudessem minorar os problemas regionais. Com o texto sobre a Transacreana Euclides encerra uma obra que apresenta fundamentalmente três níveis distintos de análise. O primeiro desses níveis é descritivo, alicerçado na apresentação dos dados fundamentais – geográficos, geológicos, hidrográficos – da região que percorreu como chefe da Comissão de Exploração do Purus. Não se trata, porém, de uma descrição pura e simples, uma vez que, como assinalou nos capítulos iniciais de À Margem da História, o contato com a natureza da Amazônia provoca no observador acessos de imaginação e de fantasia. O texto de Euclides é revelador dessa particularidade: muito embora se verifiquem lampejos cientificistas, no mais das vezes a apresentação das características físicas do rio Amazonas e da floresta é acompanhada de liberdades metafóricas.

O segundo nível é o da crítica social, consubstanciando-se no discurso sobre o caucheiro e na denúncia das condições de vida do seringueiro. Euclides ocupou-se não apenas em fixar os traços etnográficos mais marcantes desses dois personagens, mas foi pioneiro na revelação das mazelas sociais que resultavam do sistema de organização do trabalho vigente nas áreas de exploração da borracha. O terceiro nível é o das propostas de integração da Amazônia ao Brasil, por meio de políticas de governo (como o melhoramento das condições de navegabilidade do Purus e a criação da Transacreana) tendentes a promover a inclusão física e social da região ao restante do país.

A concatenação dessas três camadas de reflexão torna À Margem da História uma obra complexa, de difícil classificação. O interesse que desperta é não somente literário, mas também histórico, sociológico e político. A diversidade de discursos e níveis de análise empregados por Euclides permite que se considere esse livro o retrato fiel de um momento histórico. Em verdade, seu esforço foi o de empreender uma "interpretação" da Amazônia em sentido lato. A designação de "intérprete da Amazônia" indica com

maior clareza a pretensão de Euclides de efetuar uma síntese abrangente da região, contemplando os diversos aspectos – inclusive o social – daquele território ainda pouco conhecido pelo poder central.

É por esta razão que Péricles Moraes inicia sua obra Intérpretes da Amazônia com a assertiva de que Euclides foi o primeiro grande pensador dos problemas da região:

> "De fato, naquela época, a não ser o prosador d´Os Sertões, nenhum outro escritor se aventurou à temeridade de tais entrepresas. Pode-se mesmo avançar que os seus estudos sobre a Amazônia, assim nas páginas do À Margem da História, como no prefácio magistral do Inferno Verde, são o eixo central de tudo quanto se tem pensado e escrito sobre a região portentosa".[226]

Do ponto de vista da diplomacia brasileira, por sua vez, os "textos fundadores" de Euclides sobre a Amazônia oferecem uma visão clara da amplitude que deve ter a política externa brasileira relativa à região. A preservação do território não estaria cingida à manutenção das fronteiras, avançando sobre duas outras dimensões: a da integração física e inclusão social. Os ensaios de Euclides veiculam, assim, uma evidente perspectiva estratégica. Além de permitir uma compreensão histórica dos problemas que atingem a Amazônia, suas reflexões trazem, de forma objetiva, os problemas fundamentais da região, que persistem até hoje: a porosidade das fronteiras, o isolamento das populações e as dificuldades de integração física. O "abandono" da Amazônia encontrou em Euclides, do ponto de vista da diplomacia e da política externa, uma de suas melhores formulações.

[226] Moraes, Péricles. Os intérpretes da Amazônia. Manaus, Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2001, p.15-16.

V - Euclides da Cunha e a Política Internacional

V - EUCLIDES DA CUNHA E A POLÍTICA INTERNACIONAL

O presente capítulo almeja apresentar alguns aspectos da visão de Euclides da Cunha sobre a política internacional do início do século XX. Trata-se de um esforço ensaístico visando à extração, das ponderações presentes em seus textos, de algumas linhas gerais representativas do pensamento do escritor sobre a realidade mundial. Como veremos, a visão que tem das relações de poder entre as nações foi também fortemente influenciada pelas correntes científicas e filosóficas que configuram a ideologia de seu campo intelectual, e que tivemos a oportunidade de examinar no primeiro capítulo.

Euclides manifestou em diversas oportunidades suas opiniões sobre assuntos internacionais, seja em artigos publicados na imprensa, seja em obras como o Peru versus Bolívia. Era um observador privilegiado e nutria vivo interesse pelas questões internacionais, mas não ambicionava tornar-se um pensador ou um formulador de política externa. Mais correto é considerá-lo um intelectual cuja vocação em revelar o lado pouco conhecido do país - é um dos intérpretes do Brasil, preocupado em afirmar a nacionalidade brasileira e refletir sobre a construção da República - levou-o a manifestar juízos sobre as relações internacionais do país.

A propensão a escrever sobre política externa emergiu em especial nos momentos que antecedem sua admissão no Itamaraty, em 1904. Sua viagem oficial à Amazônia, ao longo de 1905, ensejou a oportunidade de escrever seus textos principais sobre as questões de fronteira que envolviam o Brasil e, também, sobre o contexto político sul-americano. Da mesma

[1] Esse estudo veio a ser publicado de pgs. 61 a 83 no livro Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma Estratégia para o Brasil, vol. 1, Brasília, Ministério da Defesa, 2004.

forma, as disputas de fronteira entre Peru e Bolívia, que poderiam afetar o Brasil, levaram Euclides a escrever, a pedido de Rio Branco, o livro Peru versus Bolívia, publicado em 1906, em que declina argumentos favoráveis à posição boliviana.

Três artigos publicados em 1904 no jornal O Estado de São Paulo consubstanciam sua visão pré-amazônica acerca do litígio de fronteira com o Peru: "Conflito Inevitável", "Contra os Caucheiros" e "Entre o Madeira e o Javari". Estes textos, já analisados na parte inicial do presente trabalho, estão reunidos no volume Contrastes e Confrontos, que Euclides editou em 1907. Esta mesma obra contém três outros artigos importantes no que concerne à política internacional: "Solidariedade Sul-Americana", "O Ideal Americano" e "Temores Vãos", que apreciaremos mais adiante.

Sua obra de referência sobre a Amazônia, À Margem da História, também se mostra indispensável à compreensão de sua visão dos problemas externos do Brasil. Escrita após a viagem que Euclides fez ao Amazonas e ao Acre, delineia os problemas sociais que atingiam as populações da região. Conforme expusemos no tópico anterior, o autor preocupou-se em assinalar que a incorporação efetiva da Amazônia ao Brasil passava pela ação do poder central, seja no sentido de promover políticas de integração física, seja promovendo a inclusão social daqueles "expatriados em sua própria pátria".

5.1 – O CONTEXTO SUL-AMERICANO

Euclides ingressou e trabalhou nos quadros do Itamaraty entre 1904 e 1909, durante parte da gestão do Barão do Rio Branco. Nesse período o governo brasileiro, premido pelas circunstâncias, viu-se na contingência de resolver problemas de fronteira com diversos de seus vizinhos. Esses litígios, que muitas vezes repercutiam junto à opinião pública (as controvérsias com o Peru são ilustrativas a esse respeito, ao acarretarem mobilizações militares de ambas as partes), colocaram a relação com os países sul-americanos na ordem do dia. Mesmo as relações com a principal potência hemisférica, os Estados Unidos, desenvolviam-se de maneira a fortalecer a posição brasileira em face dos demais países do continente.

A produção de Euclides relativa a temas de política externa leva em consideração esse contexto específico. Daí a predominância, em seus textos,

de reflexões sobre o cenário político sul-americano e a influência norte-americana na região. O volume Contrastes e Confrontos, como vimos, traz o artigo "Solidariedade Sul-Americana", em que Euclides apresenta a idéia de "concorrência vital" entre povos. Ainda nesse artigo, preconiza a superioridade brasileira sobre os vizinhos, geralmente vistos como repúblicas desordenadas e dadas ao belicismo. Refere-se, assim, a noções evolucionistas como a de "seleção natural invertida" e "darwinismo pelo avesso", aplicando-as à situação vigente nas repúblicas sul-americanas de língua espanhola. Curiosamente, verá o Brasil como sendo dotado de uma certa superioridade com relação aos países fronteiriços, o que não ocorre quando reflete sobre a ação de potências como Estados Unidos e Alemanha no continente: nesse caso, seríamos todos nações frágeis e temerosas da "vanguarda da civilização".

Euclides não ocultava, portanto, seu pessimismo com o ideal de solidariedade sul-americana, classificando essa idéia de "perigosa" e colocando aspas na palavra governo quando se referia ao poder central das nações da América do Sul[227], de modo a registrar a instabilidade política e o caudilhismo que caracterizariam a região.

Trata-se de uma posição singular, que não chega a destoar, porém, da orientação geral da política externa republicana no início do século XX. Conquanto se almejasse uma maior integração com os países do continente, as desconfianças que estes nutriam relativamente ao Brasil eram levadas em consideração, dando à política externa de Rio Branco um curso pragmático e realista. Para Euclides, o "espírito superior" do Brasil esteve patente nos episódios que envolveram a aquisição do Acre e os posteriores problemas de fronteira com o Peru. Como já assinalado, o Tratado de Petrópolis seria um reflexo da "irradiação superior de nosso espírito", expressando uma "atitude desinteressada e originalíssima, de povo cavaleiro-andante".[228]

Essa visão deriva do fato de que Rio Branco renunciou ao uso da força e pôs termo ao litígio por intermédio de um acordo, recompensando a Bolívia financeiramente e com territórios, muito embora a região em

[227] Cunha, Euclides da. Contrastes e Confrontos, cit., p. 190.

[228] Ibidem, p. 192.

disputa já estivesse sob o controle de brasileiros. Haveria, assim, uma incompreensão geral dos países de língua espanhola com relação ao Brasil. A diligência da República instalada em 1889 em travar as melhores relações possíveis com as nações sul-americanas esbarraria numa espécie de prevenção permanente contra as aspirações brasileiras. Desse modo, "essa solidariedade sul-americana é um belíssimo ideal absolutamente irrealizável, com o efeito único de nos prender às desordens tradicionais de dois ou três povos irremediavelmente perdidos, pelo se incompatibilizarem às exigências severas do verdadeiro progresso".[229]

Em "Solidariedade Sul-Americana" Euclides compara o isolacionismo da política externa do Império com as tentativas de aproximação levadas a cabo após a proclamação da República. Numa exceção curiosa à sua crença republicana, vê positivamente a diretriz de afastamento do Brasil observada durante o período monárquico, quando a desordem das repúblicas vizinhas pouco interferiria na política nacional. A implantação do regime republicano teria feito, paradoxalmente, com que as desconfianças contra o Brasil se acentuassem nos países vizinhos. Ademais, o fato de o Brasil também ter se tornado uma república eliminou o elemento que o diferenciava dos demais governos do continente: não se poderia mais falar, a partir de então, na distinção entre a estabilidade monárquica brasileira e a anarquia tipificadora das repúblicas que emergiram do império colonial espanhol. Ao contrário:

> "Sem aquele ponto de referência, a opinião geral desvaira; (...) confunde-nos nas desordens tradicionais de caudilhagem; mistura os nossos quatorze anos de regímen novo a mais de um século de pronunciamentos; e como, durante esta crise de crescimento, nos saltearam e salteiam desastres – que só podem ser atribuídos à República por quem atribuía ao firmamento as tempestades que no-lo escondem – já não nos distingue nos mesmos conceitos. E que conceitos...".[230]

Do ponto de vista da política exterior, para Euclides, a República teria trazido inconvenientes para o Brasil, inserindo-o, aos olhos da opinião pública externa, no contexto de desordens e conflitos que peculiarizavam os demais

[229] Ibidem, p.193.

[230] Ibidem, p.190.

países sul-americanos. Tornava-se necessário, assim, que o Brasil envidasse esforços no sentido de desvencilhar-se da imagem atribuída a seus vizinhos. Euclides observa que uma "guerrilha de descrédito" estaria sendo mobilizada contra o Brasil, colocando-o na mesma posição de países como o Paraguai ("convalescente"), a Bolívia ("dilacerada pelos motins e pelas guerras"), a Colômbia (em conjunto com a "aborrecida república que há meses lhe saiu dos flancos") e o Uruguai ("a esta hora abalado pelas cavalarias gaúchas").[231]

Essa visão negativa dos países sul-americanos embasava a oposição de Euclides à idéia de solidariedade continental. Extrai-se de suas considerações a defesa de um certo isolacionismo em face dos demais países sul-americanos, na linha da política praticada durante o Império. Tratava-se de um meio de recompor a imagem do país junto aos observadores estrangeiros, que passaram a ver com desconfiança a república brasileira, em função das desordens inerentes a esse regime nos demais países do continente. O conflito com o Peru, segundo Euclides, constituiria uma oportunidade para que o Brasil recuperasse uma parte de seu prestígio. O confronto armado poderia apresentar-se como uma "guerra reconstrutora". Ante a ineficácia do diálogo com o vizinho, resultante principalmente dos preconceitos que os países sul-americanos alimentavam contra o Brasil, cumpria que seguíssemos "para o futuro; e, conscientes da nossa robustez, para a desafronta e para a defesa da Amazônia, onde a visão profética de Humboldt nos revelou o mais amplo cenário de toda a civilização da terra".[232]

A crítica ao ideal de solidariedade sul-americana fazia-se acompanhar pela defesa de uma maior aproximação com os Estados Unidos. Euclides mostrava-se, nesse ponto, em sintonia com as concepções pan-americanistas de Rio Branco. A aliança estratégica com os Estados Unidos poderia trazer benefícios ao Brasil, sobretudo num contexto em que aquele país se via desafiado pelas tentativas de penetração da Alemanha na América do Sul.

5.2 – A DISPUTA INTERIMPERIALISTA

Euclides da Cunha foi um observador da política internacional no limiar do século XX. Esse período é marcado pela disputa interimperialista

[231] Ibidem, p. 191.

[232] Ibidem, p. 193.

entre os Estados Unidos e outras potências – notadamente a Alemanha – pela hegemonia sobre o continente americano. Com o Barão do Rio Branco à frente da chancelaria, e a consolidação da aliança estratégica com os Estados Unidos, os debates sobre política internacional passam a fazer parte da ordem do dia. Testemunhava-se, à época, o debilitamento da pax britannica e o robustecimento da economia norte-americana nas relações internacionais de troca.

Os capitais estrangeiros, em virtude da saturação dos mercados domésticos na Europa e nos Estados Unidos, buscavam, a partir da década de 1870, expandir-se para outras regiões do globo. A América do Sul passou, nesse contexto, a ser objeto da cobiça das economias em acelerado crescimento, tornando-se uma área de influência disputada, sobretudo após a reorientação da política externa dos Estados Unidos no sentido de um maior intervencionismo político e econômico nos países latino-americanos. O corolário Roosevelt à doutrina Monroe, segundo o qual o hemisfério ocidental deveria ser protegido da ação colonialista européia, podendo os Estados Unidos assumirem o papel de polícia continental, simboliza a guinada política daquele país em direção a uma maior interferência nos assuntos da região.

A Alemanha, por seu turno, sofreu um surto de industrialização após a unificação política, passando a almejar a abertura de novos mercados a seus produtos: "O comércio com os países novos era visto como necessário à indústria. Impunha-se entrar de rijo na competição colonial. Para isso era preciso aumentar a Marinha mercante e a de guerra. Em 1896, o Kaiser anunciou que o futuro da Alemanha estava nos mares".[233]

A rivalidade entre Estados Unidos e Alemanha marca, portanto, o período em questão. Os artigos de Euclides sobre política internacional têm como pano de fundo esse cenário de competição interimperialista, sendo freqüentes as alusões às políticas desses dois países para a América do Sul. Euclides, todavia, não acreditava que a competição pudesse ameaçar a soberania brasileira: "Numa quase mania coletiva da perseguição, andamos, por vezes, às arrancadas com alguns espectros: o perigo alemão e o perigo

[233] Bueno, Clodoaldo. Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918). São Paulo, Paz e Terra, 2003, p. 35.

yankee".[234] Entretanto, o medo das potências seria apenas o medo da "civilização": "Não é o bárbaro que nos ameaça, é a civilização que nos apavora. Esta última consideração é expressiva. Mostra que os receios são vãos".[235] Apesar de ver nos Estados Unidos e na Alemanha símbolos de progresso, Euclides formulou algumas críticas à política desses países, persistindo, porém, na tese de que a ameaça imperialista carecia de concretude para o Brasil. Trata-se, novamente, de uma ambigüidade: ao mesmo tempo em que vislumbra as duas potências emergentes como símbolos de evolução e progresso econômico, mostra-se receoso de suas pretensões imperialistas.

Num dos artigos do volume Contrastes e Confrontos, intitulado "O Kaiser", Euclides enuncia críticas ao imperador alemão, Guilherme II, e à política expansionista do país. Para ele, a Alemanha, "que acordou tarde para a expansão colonizadora", estaria se agitando "num estonteamento".[236] O súbito projeto expansionista alemão, num cenário em que os melhores quinhões do planeta já haviam sido repartidos entre as grandes potências, afigurar-se-ia como "uma política de gorjetas":

> "Em todos os seus atos – nos arrogantes ultimata contra a Venezuela, nos assaltos ferocíssimos de Waldersée, em Pequim, ou nas tortuosidades e perfídias diplomáticas que rodeiam a longa história da estrada para Bagdá, ou, ainda, no ganancioso alongar de olhos para os Estados do Sul, a sua ânsia alucinada do ganho, pela pilhagem dos últimos restos da fortuna dos países fracos, pode assumir todas as formas, até mesmo o aspecto heróico: mas destaca-se com aquele traço inferior e irredutível".[237]

Condena, por estas razões, a política do kaiser Guilherme II, assinalando que sua continuidade "vai isolando a Alemanha do convívio das nações".[238] As críticas prosseguem em outro texto, também inserido em Contrastes e Confrontos, mas publicado originalmente no jornal O Estado de São Paulo, em 6 de agosto de 1904. Denominado "A Arcádia da

---

[234] Cunha, Euclides da. Contrastes e Confrontos, cit., p.196.

[235] Ibidem, p.197.

[236] Ibidem, p.133.

[237] Ibidem, p.133-134.

[238] Ibidem, p.134.

Alemanha", o artigo é mais cristalino no julgamento depreciativo do imperialismo teutônico. O ponto de partida da análise é um artigo publicado na revista Contemporary Review, cujo autor assevera, nas palavras de Euclides, "que somos um povo sem juízo, e a vitalidade germânica, em breve, nos absorverá".[239]

Para Euclides esse vaticínio, ainda que não de todo despropositado, não se realizaria naquele momento histórico específico. Em sua opinião, a Alemanha não reunia, à época, condições de subjugar o Brasil e torná-lo sua "Arcádia". A disputa interimperialista que travava com os Estados Unidos, a Inglaterra e a França impedia-lhe vôos mais altos, já que a obtenção de novas colônias implicaria, de pronto, o choque com alguma dessas potências. Euclides fiava-se, ademais, no papel de gendarme ou de polícia continental exercido pelos Estados Unidos na América Latina, conforme pregava o corolário Roosevelt à doutrina Monroe: "Além disto, o princípio de Monroe, interpretemo-lo à vontade, com ser um reflexo político dos interesses estritamente comerciais dos yankees, tem o valor de nos facilitar ao menos uma longa trégua".[240]

A circunstância da Alemanha encontrar dificuldades para a concretização de sua política expansionista e a presença protetora dos Estados Unidos no hemisfério não impediam, porém, que Euclides vislumbrasse a ameaça representada pelos ideais germânicos. No início do século XX a pretensão alemã de obter mercados para seus produtos e conquistar colônias fornecedoras de matérias-primas engendrou o surgimento de concepções pangermanistas, que preconizavam a incorporação de regiões habitadas por populações de origem alemã – caso do sul do Brasil. Clodoaldo Bueno observa que os "Estados do Brasil meridional, especialmente Santa Catarina, já possuíam, então, forte contingente imigratório de origem alemã. Não obstante não tenha partido do governo imperial alemão qualquer iniciativa ou incentivo, os elementos pangermanistas, em 1900, mantiveram a ilusão de transformar aquelas "colônias sem bandeiras" em base de um império na América do Sul".[241]

---

[239] Ibidem, p.137.

[240] Ibidem, p.140.

[241] Bueno, Clodoaldo, op.cit., p.35.

Nessa esteira, Euclides, conquanto não acreditasse na hipotética incorporação do Brasil ao império alemão, não se furtava a alertar para os perigos que a política pangermanista poderia trazer para o país. Cita, assim, diversos autores alemães, por ele classificados de "foliculários assanhados", que defendiam explicitamente a posse do sul brasileiro. A omissão do governo brasileiro poderia provocar, advertia, nossa inserção na órbita de poder da Alemanha.[242] Daí a necessidade de que fossem formuladas e concretizadas políticas de ocupação do território brasileiro e de exploração de suas riquezas. Afinal, se de um lado a Alemanha, em função de seu acelerado progresso e das reduzidas dimensões de seu território, via-se compelida a buscar recursos em outros continentes, de outro o Brasil, a despeito de suas potencialidades, apenas contemplava "as nossas virgens bacias carboníferas, as nossas montanhas de ferro, as nossas cordilheiras de quartzito, os nossos litorais dourados pelas areias monazitas, e o estupendo dilúvio canalizado de nossos rios, e os cerros lastreados de ouro das grupiaras (...)".[243]

Os dois artigos indicados – "O Kaiser" e "A Arcádia da Alemanha" – revelam, por conseguinte, os receios que Euclides cultivava relativamente ao expansionismo alemão. Tais receios não são, contudo, significativos, porquanto Euclides não via na Alemanha, como visto, a capacidade imediata de violar a soberania brasileira. O mesmo ocorreria no que respeita ao intervencionismo norte-americano. Afinal, a política externa dos Estados Unidos voltava-se mais para a obtenção de hegemonia política e econômica do que à aquisição de colônias na América do Sul. O interesse dos norte-americanos era, logo, o de preservar a região como área de influência, em detrimento das potências européias, conforme salienta Cibdoaldo Bueno: "Os métodos do imperialismo norte-americano não são, portanto, os típicos da época. Pelo fato de os Estados Unidos terem sido colônias da Europa, a opinião pública e o legislativo pressionaram o Poder Executivo no sentido de se evitar a imposição a outros povos de uma sujeição contra a qual haviam se insurgido para se constituírem em nação independente. Preferiam-se as zonas de influência".[244]

A política intervencionista dos Estados Unidos é comentada por Euclides no artigo "O Ideal Americano", também inserido no livro Contrastes

[242] Cunha, Euclides da. Contrastes e Confrontos, cit., p. 139.

[243] Ibidem, p. 137.

[244] Bueno, Cibdoaldo, op. cit., p. 41.

e Confrontos. O título do texto é o mesmo do livro que Euclides se dedica a resenhar, escrito pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt. Para o autor de À Margem da História, Roosevelt não se mostra um bom escritor ("Roosevelt é um estilista medíocre"), e suas teses não trazem nada de inovador ("o seu último livro, o Ideal americano, é uma sistematização de truísmos"[245]). Todavia, a obra do presidente norte-americano traria conclusões relevantes para os países sul-americanos, que são retratados de forma negativa no livro, apresentando-se como nações "de segunda".[246]

Para Euclides, a pregação de Roosevelt em prol do americanismo, como forma de se evitar as desordens características da repúblicas sul-americanas, deveria ser vista com realismo. Para ele, a política intervencionista de Roosevelt demonstraria que o presidente norte-americano era o "melhor discípulo de Hobbes e Gumplovicz".[247] Num contexto de confrontação entre potências por áreas de influência, estaríamos diante do "darwinismo rudemente aplicado à vida das nações".[248] Revela, nesse passo, sua descrença na eficácia do Direito Internacional: "(...) o falar-se no Direito é extravagância idêntica à de quem procura discutir ou indagar sobre a moralidade de um terremoto".[249]

A interpretação que faz do pan-americanismo é, portanto, de fundo realista. O "ideal" em questão ocultaria, em verdade, o expansionismo das nacionalidades mais fortes contra as mais fracas. A América do Sul seria um dos palcos dessa confrontação, cumprindo, assim, que os formuladores de nossa política externa atentassem para as colocações do presidente norte-americano, inclusive o quadro pessimista que traça da "anarquia sul-americana".[250] Somente o robustecimento do país e de suas instituições poderia oferecer proteção adequada contra os perigos trazidos pela concorrência interimperialista.

---

[245] Cunha, Euclides da. Contrastes e Confrontos, cit., p. 193.

[246] Ibidem, p. 194.

[247] Ibidem, p. 196.

[248] Ibidem.

[249] Ibidem.

[250] Ibidem, p. 194.

Desse modo, o Brasil deveria se acautelar diante das forças imperialistas, mas não por meio da invocação de princípios jurídicos ou da condenação abstrata do expansionismo das grandes potências. Em seu ponto de vista, o "darwinismo" entre nações deveria ser trabalhado a partir de uma leitura pragmática do cenário internacional: se não aperfeiçoássemos nossas instituições, fortalecendo nossa soberania, estaríamos sujeitos às vicissitudes das forças imperialistas: "Roosevelt compara de modo pinturesco essa concorrência formidável a um vasto e estupendo football on the green: o jogo deve ser claro, franco, enérgico e decisivo; nada de desvios, nada de tortuosidades, nada de receios, porque o triunfo é obrigatoriamente do lutador que hist the line hard!".[251]

Em outro artigo, intitulado "Temores Vãos", deixa claro que o Brasil não deve temer a ação dos Estados Unidos no continente:

> "De fato, atentando-se para a maior destas ameaças, a da absorção yankee, põe-se de manifesto que o imperialismo nos últimos tempos dominante na política norte-americana não significa o fato material de uma conquista de territórios, ou a expansão geográfica à custa do esmagamento das nacionalidades fracas – senão, numa esfera superior, o triunfo das atividades, o curso irresistível de um movimento industrial incomparável, e a expansão naturalíssima de um país onde um individualismo esclarecido, suplantando a iniciativa oficial, sempre emperrada ou tardia, permitiu o desdobramento desafogado de todas as energias garantidas por um senso prático incomparável, por um largo sentimento da justiça e até por uma idealização maravilhosa dos mais elevados destinos da existência".[252]

Essa admiração pelo sucesso norte-americano coloca Euclides em consonância com os projetos de aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos, levado a cabo por Rio Branco: "É extraordinária a similitude da sua posição [de Euclides] com a política do Pan-Americanismo e do ABC, imprimidas pelo Barão do Rio Branco à atuação do Itamaraty".[253]

---

[251] Ibidem, p.196.

[252] Ibidem, p.197.

[253] Sevcenko, Nicolau, op.cit., p.142.

Para Euclides, o verdadeiro perigo não era o imperialismo, mas o "perigo brasileiro": a desorganização política, a fragilidade econômica, um "federalismo incompreendido", o "domínio impertinente da velha tolice metafísica"[254], dentre outros males. Rematando suas reflexões sobre o imperialismo norte-americano e alemão, Euclides não vê, ao menos no curto prazo, perigos palpáveis para a soberania brasileira. As potências estrangeiras não seriam inimigas do Brasil, antes representariam a vanguarda da civilização e do progresso (embora nutrissem, também, pretensões imperialistas). Temê-las importaria em temer a própria civilização: "Veremos, então, melhor, todo o infundado de receios ou de imaginosas conquistas, que são até uma calúnia e uma condenável afronta a nacionalidades que hoje nos assombram, porque progridem, e que nos ameaçam pelo motivo único de avançarem triunfante e civilizadoramente para o futuro".[255]

Os argumentos de Euclides sobre a ascensão dos Estados Unidos e da Alemanha como potências são marcadamente ambíguos – ora se faz uma avaliação positiva, ora negativa. Essa ambigüidade pode ser explicada, uma vez mais, por sua adesão aos cânones do evolucionismo, que fundamenta, por exemplo, a tese de que as duas potências constituiriam a "vanguarda" da civilização, ao passo que as nações sul-americanas representariam a ocorrência de uma espécie de "darwinismo invertido". Por outro lado, ao lidar com o problema sob um enfoque mais realista e pragmático, Euclides pôde apontar os perigos do expansionismo teutônico e norte-americano, divisando as ameaças que traria para os países da região. Não obstante, podemos concluir que mesmo o reconhecimento desses perigos cede ante a ideologia do evolucionismo, que acaba por prevalecer: qualquer apreensão com as políticas imperialistas poderia ser visto, em última instância, como um medo da "civilização".

5.3 – "Peru versus Bolívia"

A publicação do livro Peru versus Bolívia, em 1906, é outro fruto do trabalho de Euclides no Itamaraty. A edição da obra - originalmente publicada, em artigos, no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro - se deu a pedido do Barão do Rio Branco, que vislumbrava a possibilidade de que

[254] Cunha, Euclides da. Contrastes e Confrontos, cit., p. 199.

[255] Ibidem.

interesses brasileiros fossem afetados pelo desfecho da pendência territorial entre os dois países vizinhos.[256]

Ao retornar da missão à Amazônia, em janeiro de 1906, Euclides viu-se sem funções definidas no Ministério das Relações Exteriores, após finalizar o relatório oficial da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus. O relatório veio a ser publicado em junho de 1906, pela Tipografia Nacional. A despeito da indefinição quanto à sua situação no Itamaraty, continua colaborando com Rio Branco. Em correspondência a Francisco Escobar, assinala: "Extinta a minha comissão, o ministro não me dispensou, encarregando-me da organização de uns mapas. Assim vivo enleado entre os velhos traços dos velhos cartógrafos, os sujeitos mais desleais e desonestos que andam pela Geografia (...)".[257]

Em carta a Firmo Dutra, já em julho de 1906, reitera a insatisfação com as atividades que vem desempenhando no Ministério, restritas basicamente ao ofício de cartógrafo. Salienta que ainda se encontra "às voltas com uns velhos mapas indecifráveis". Na mesma correspondência, refere-se à possibilidade de ser nomeado para um cargo na equipe que supervisionaria a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré: "Não sei se aí chegou a notícia de que eu ia ser nomeado chefe da fiscalização da Madeira-Mamoré. Realmente as coisas se encaminham para isto – e se obstáculo sério que encontro – a oposição de meu pai – for desviado, aí estarei em breve, calçando de novo as minhas botas de sete léguas".[258]

Euclides voltaria a fazer referência às suas "botas de sete léguas" em diversos outros momentos, procurando enfatizar sua propensão ao nomadismo. Em correspondência de 24 de julho de 1906, comunica a seu pai – principal opositor de uma nova viagem ao Acre – que recebeu, e aceitou, o convite do Ministro da Viação para ser o fiscal do Governo junto à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: "Não pude resistir a esta atração. Será mais um sacrifício; mais uma arrancada valente para o futuro; e sei que o sr. não reprovará o meu ato, que será o meu último ato de temeridade.

---

[256] Tocantins, Leandro. Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido. Rio de Janeiro, Record, 1968, p. 186-187.

[257] Carta a Francisco Escobar, em 13 de junho de 1906. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 305.

[258] Carta a Firmo Dutra, em 7 de julho de 1906. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 307.

Além disto irei completar as minhas observações, ainda falhas, sobre a Amazônia".[259]

A resoluta contrariedade do pai, contudo, demoveu Euclides da idéia de prosseguir com a intenção de viajar novamente à Amazônia. A possibilidade de vir a participar da missão que demarcaria as fronteiras com a Venezuela - pretensão que não se concretizou - também motivou sua desistência[260], oficializada em setembro. Neste mesmo mês inicia a redação de Um Paraíso Perdido, conforme salienta em carta a Firmo Dutra.[261] Continua, assim, suas atividades regulares no Ministério, com o adido do Barão do Rio Branco.

É ao longo desse ano de 1906, marcado por incertezas profissionais, que Euclides escreve Peru versus Bolívia. O litígio de fronteiras entre esses dois países fora submetido à arbitragem do presidente argentino. O Peru, irresignado com o Tratado de Petrópolis, postulava todo o território do Acre e o restabelecimento das fronteiras originalmente previstas no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. O laudo arbitral a ser emitido em Buenos Aires poderia, nesse passo, atingir fortemente as fronteiras brasileiras, uma vez que o Peru pregava que sua fronteira com o Brasil deveria ser dada pela linha média entre os rios Madeira e Javari, o que aumentaria sua extensão territorial. A preocupação de Euclides era a de apresentar argumentos favoráveis à posição boliviana, resguardando, dessa maneira, os efeitos decorrentes do Tratado de Petrópolis, que concretizara a aquisição, pelo Brasil, do território do Acre.

Euclides principia a obra observando que o território em disputa "envolve a maior superfície territorial que ainda se discutiu entre dois Estados".[262] A área total, segundo cálculos efetuados pelo próprio escritor, atingia os 720.000 quilômetros, o que corresponderia a vinte e cinco Bélgicas, como faz questão de salientar.[263] A controvérsia entre Peru e Bolívia não

---

[259] Carta a Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha, em 24 de julho de 1906. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 310.

[260] Ventura, Roberto. Retrato interrompido de Euclides da Cunha, cit., p. 245.

[261] Carta a Firmo Dutra, em 30 de setembro de 1906. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 314.

[262] Cunha, Euclides da. Peru versus Bolívia. In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 811.

[263] Ibidem, p. 812.

poderia ser vista como sendo apenas uma desinteligência acerca da linha limítrofe entre os dois países. As dimensões da área em disputa indicavam que o processo de arbitragem em curso em Buenos Aires poderia vulnerar interesses de outros países do continente.

A intenção do governo do Peru em restaurar as linhas demarcatórias previstas no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, importava, em verdade, numa tentativa de restaurar o Vice-Reinado do Peru. O sucesso da pretensão significaria o revigoramento de documentos reais que remontavam ao período colonial. Euclides impugna a validade desses documentos, amparando-se justamente no paradoxo de o Peru invocar textos legais que repudiara ao proclamar sua independência da Espanha. Não caberia, por esta razão, a tentativa de lastrear sua pretensão em cédulas reais, ordenanças de intendentes ou na "caótica" Recopilación de Leyes de Indias:

> "(...) é evidente que estas caducas, e não raro contraditórias, resoluções do mais retrógrado imperialismo da história, retardatárias de séculos, no fixarem as raias meramente judiciárias, ou administrativas, das parcelas dos Vice-reinados do Peru e Buenos Aires, contravirão, em muitos pontos, aos limites políticos dos dois Estados constituídos mais tarde com o mais ruidoso repúdio das antigas instituições que os vitimavam".[264]

O escritor recorre, de início, a argumentos jurídicos. Observa que o Tratado de Santo Ildefonso, e as cédulas reais que a ele se vinculavam, careciam de legitimidade à luz dos princípios de Direito Internacional, por duas razões fundamentais. A primeira, já mencionada, decorre do fato de que tanto o Peru como a Bolívia tornaram-se repúblicas independentes, fazendo tábula rasa do ordenamento jurídico que lhes fora imposto pela potência colonial. A segunda razão tornaria mais patente a impropriedade do pleito peruano: os dois países vizinhos, no exercício de sua soberania, firmaram tratados de fronteira com o Brasil ao longo do século XIX, não cabendo, nesse sentido, a invocação do Tratado de Santo Ildefonso contra o que fora pactuado pelos próprios governos das nações litigantes. Tendo o Peru firmado seus limites com o Brasil em 1851, e a Bolívia em 1867, o debate sobre documentos legais expedidos ao longo do período colonial

[264] Ibidem, p. 813.

representaria, de acordo com Euclides, um "grande salto mortal de cem anos, flagrantemente violador de toda a continuidade histórica".[265]

A circunstância de o Peru insistir na demarcação de fronteiras à luz do Tratado de Santo Ildefonso leva Euclides a observar que o governo do país vizinho decidira abandonar, sem mais, "os compromissos de sua existência autônoma", inclusive "abdicando a própria altitude política". Daí referir-se ao Peru, de forma irônica, como o "República sonhadora do Pacífico".[266]

Euclides demonstra a profundidade de seu conhecimento sobre a questão ao articular, ainda, outra tese jurídica original: a de que o Tratado de Santo Ildefonso constituiria apenas um acordo preliminar, que deveria ser complementado por um verdadeiro Tratado de Limites, inclusive com a constituição de comissões representativas dos reinos da Espanha e Portugal. Como apenas os portugueses teriam designado uma comissão para percorrer a área a ser demarcada, os objetivos do Tratado de Santo Ildefonso não puderam se concretizar.[267] A conclusão foi extraída de um exame acurado dos textos legais pertinentes, especialmente dos pouco conhecidos "Artigos Separados" que completavam o tratado. Da análise desses artigos Euclides pôde fundamentar sua tese de que o Tratado de Santo Ildefonso consubstanciava tão-somente uma convenção preparatória para a formação ulterior de outros três tratados: de aliança, de comércio e de limites.

Resgatando a memória histórica relativa à formação dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso, firmados ainda pelas coroas de Espanha e Portugal, Euclides observa que os próprios negociadores dos acordos reconheciam que a linha divisória neles prevista era desconhecida à época, não tendo sido sequer percorrida por representantes dos dois reinos. Tratava-se, assim, de "terrenos ignotos"[268], de uma "teratologia político-geográfica"[269], insuscetível de gerar direitos para o governo peruano.

---

[265] Ibidem.

[266] Ibidem, p. 814.

[267] Ibidem, p. 819-820.

[268] Ibidem, p. 818.

A fora os argumentos propriamente jurídicos, Euclides não deixa de se reportar às "características da raça" que diferenciavam a colonização portuguesa da espanhola. Assim, os limites previstos originalmente no Tratado de Tordesilhas e de Madri sucumbiram à ação desbravadora dos brasileiros, e de seu tipo mais representativo: o bandeirante. Procedendo ao contraste, sublinha que enquanto a "sombria legislação castelhana enclausurava os colonos no círculo intransponível dos distritos, sob a disciplina dos corregedores, vedando-lhes novos descobrimentos, ou entradas", os portugueses "avançavam mil léguas pelo Amazonas acima, e nas bandas do sul os nossos extraordinários mestiços sertanejos iam do Iguaçu às extremas do Mato Grosso, perlongando o vale tortuoso e longo do rio Paraguai".[270]

A ocupação de vastos territórios pelos portugueses consolidava, assim, "o triunfo de uma raça sobre outra".[271] De um lado, a regressão dos domínios espanhóis, incapazes de ocupar efetivamente os territórios sob sua jurisdição, e, de outro, a vigorosa ação expansionista dos portugueses, dando novos contornos à geopolítica da América do Sul.[272]

Euclides reitera, ainda, que o governo peruano já havia celebrado com o Brasil outro tratado de limites, em 1851, o qual, além de não fazer referência à convenção de 1777, atestaria a absoluta invalidade das linhas traçadas em Santo Ildefonso. Esse documento reconhecia explicitamente que a divisa entre Brasil e Peru seria estabelecida apenas pelo curso do Javari, sem qualquer alusão ao rio Madeira.[273]

Após contestar as pretensões peruanas de revalidar o Tratado de Santo Ildefonso, Euclides passa a discorrer especificamente sobre o litígio entre Peru e Bolívia, submetido à arbitragem do presidente argentino. Como já assinalado, a resolução do conflito de fronteiras poderia afetar o Brasil, porquanto o Peru pleiteava, dentre outros territórios, a área que compreendia o território do Acre. Temia-se, por conseguinte, que o Tratado

[269] Ibidem, p. 820.

[270] Ibidem, p. 815.

[271] Ibidem, p. 816.

[272] Ibidem.

[273] Ibidem, p. 821-822.

de Petrópolis viesse a ser impugnado no caso de um laudo arbitral favorável ao Peru. Os argumentos manejados por Euclides na defesa da posição boliviana amparam-se na minuciosa análise de documentos históricos e jurídicos relativos à questão. De início, pondera que as colônias espanholas foram divididas pela corte em audiências e provincias mayores. No que concerne ao Vice-Reinado do Peru, surgiram duas audiências: a de Lima, hoje Peru, e a de Charcas, abarcando o território hoje pertencente à Bolívia.

O estudo da delimitação entre as audiências de Lima e de Charcas mostrava-se fundamental para a solução da controvérsia. Para Euclides, a audiência de Charcas detinha, por determinação da própria coroa espanhola, o controle da área que posteriormente viria a ser o Acre, além dos territórios adjacentes, à época conhecidos como provincias no descubiertas. A se comprovar o domínio da audiência de Charcas sobre as provincias no descubiertas - que abarcavam, cumpre ressaltar, o Acre -, não restaria dúvida sobre o direito da Bolívia à área pleiteada pelo Peru.

Segundo Euclides, o surgimento da audiência de Charcas, posteriormente Bolívia, se devia fundamentalmente a fatores geográficos, já que a cordilheira dos Andes estabelecia um claro limite natural em face da audiência de Lima. A distância que a separava do litoral contribuiu inclusive para que a Bolívia desenvolvesse características próprias, diferindo em diversos aspectos do Peru: "Falam por si mesmos os acontecimentos, no revelarem que a Bolívia foi, entre todas as repúblicas espanholas, a primeira que se delineou em um passado longínquo, rodeando-se, desde o princípio, com os mais notáveis elementos de uma organização poderosa".[274] Euclides assinala que a criação da audiência de Charcas subordinou-se às "exigências do meio": "Os seus motivos resultaram de fatores físicos, tangíveis: a distância, e os sérios embaraços de comunicações entre a sede litorânea do governo, em Lima, e as paragens remotas, no levante. Entre estas e aquela, aprumam-se os paredões das cordilheiras, ásperos, abruptos, não raro impraticáveis (...)". Conclui, assim, assinalando que "a Bolívia é uma criação dos Andes"[275]

A alusão aos fatores geográficos não exclui, porém, a circunstância de que a audiência de Charcas foi criada também com o propósito de fazer

[274] Ibidem, p. 830-831.

[275] Ibidem, p. 831.

frente à expansão portuguesa. A possibilidade de uma invasão portuguesa fez com que o território boliviano se apresentasse como uma frente de detenção à ação de Portugal: "As forças, que no litoral peruano se dispersavam e dispartiam em tumultos e revoltas intestinas, ali se compunham num movimento geral e instintivo de defesa".[276]

A análise da cédula real que deu origem à audiência de Charcas, em 1573, demonstra, segundo Euclides, que os seus limites compreendem as chamadas províncias no descobertas, situadas nos limites dos reinos de Portugal e Espanha. No território dessas províncias situam-se, inclusive, as bacias do Juruá e do Purus, foco da controvérsia envolvendo os governos brasileiro e peruano. A inferência que se faz é a de que a Bolívia – antiga audiência de Charcas – detinha títulos jurídicos sobre a região demandada pelo Peru, mostrando-se válida, inclusive, a negociação com o Brasil em torno do território do Acre. Os direitos da audiência de Charcas foram convalidados inclusive pelo Tratado de Madrid, celebrado em 1750, que manteve a subdivisão em audiências.

O exame dos documentos da coroa espanhola e dos tratados de limites entre Portugal e Espanha atestaria, por conseguinte, que os limites entre as duas coroas, na região em litígio, era dado pela província de Charcas, hoje Bolívia. A audiência de Lima não poderia postular, em conseqüência, nenhum direito territorial sobre o território do Acre e adjacências. Sua tentativa de recuperar os limites previstos no Tratado de Santo Ildefonso carecia de fundamentos jurídicos ao não levar em consideração a divisão do Vice-Reinado do Peru em audiências e o fato da audiência de Charcas deter a responsabilidade administrativa sobre a área que à época estava em litígio.

Euclides destacou, ademais, que a audiência de Charcas passara a gozar progressivamente de maior autonomia, em razão da distância que a separava de Lima e de Buenos Aires, sedes dos Vice-Reinados do Peru e do Prata, respectivamente. A metrópole, ao outorgar ao governo de Charcas maiores poderes de decisão, "desfechava as derradeiras pancadas na influência combalida do vice-reinado peruano".[277] Descabia, portanto, o

[276] Ibidem, p. 833.

[277] Ibidem, p. 849.

objetivo do governo do Peru de recuperar o domínio sobre as áreas em disputa, sob o argumento de que os territórios estariam sujeitos, durante o período colonial, à jurisdição da audiência de Lima.

Peru versus Bolívia traz, ainda, considerações sobre o princípio do uti possidetis juris, ou "direito de posse". Muito embora a audiência de Charcas não tivesse logrado estabelecer domínio efetivo sobre as chamadas províncias no descobertas, onde se incluíam as bacias do Purus e do Juruá, é certo que o direito de ocupá-las era do governo local, e não da audiência de Lima. Os documentos da coroa espanhola demonstrariam que a área disputada era parte da audiência de Charcas, sendo seu, portanto, o direito de posse: "As linhas anteriores eram indispensáveis. Demonstram, à saciedade, a posse boliviana, virtual mas inalienável, sobre as paragens ignotas que lhe demoravam ao norte; e, ao mesmo passo, o afastamento da influência peruana, sobejas vezes expresso nos mais solenes documentos oriundos da metrópole".[278]

Por fim, Euclides invoca os termos do tratado de limites firmado entre Brasil e Peru em 1851, que supera o Tratado de Santo Ildefonso e recusa a linha média Madeira-Javari como sendo a linha fronteiriça entre os dois países. Ao contrário, segundo os termos do tratado, apenas o Javari seria o limite natural entre Brasil e Peru.[279]

Euclides finaliza Peru versus Bolívia afirmando que a obra é uma defesa do Direito, e não uma simples defesa dos direitos da Bolívia.[280] A publicação do livro trouxe expectativas para Euclides, que esperava uma melhor recepção junto ao público brasileiro. A obra foi rapidamente traduzida para o espanhol pelo representante da Bolívia junto ao Tribunal de Arbitragem em Buenos Aires, Eleodoro Villazón, ganhando o título de "La cuestión de limites entre Bolivia y el Peru". A tradução teve larga distribuição em Buenos Aires, mas no Brasil atingiu círculos restritos, a despeito dos elogios de intelectuais do porte de José Veríssimo e Oliveira Lima.[281] Em correspondência a Alberto Rangel, Euclides refere-se à suposta

[278] Ibidem, p. 864.

[279] Ibidem, p. 890-891.

[280] Ibidem, p. 892.

[281] Tocantins, Leandro, op. cit., p. 226.

indiferença com que seu livro foi recebido no Brasil: "Espero dentro de poucos dias - traduzido para o espanhol, em Buenos Aires, por Eleodoro Villazon, ministro boliviano, - o meu "Peru versus Bolívia". Com o vês, o estrangeiro entendeu que deve aproveitar aquele trabalho, - recebido com indiferença pelos patrícios...".[282]

Todavia, a publicação da obra em espanhol - bem como a sensibilidade de seu tema, que envolvia interesses brasileiros e argentinos - colaborou para envolver Euclides em polêmica com o Chanceler argentino Estanislau Zeballos, que viria a insinuar que o escritor brasileiro teria lhe fornecido informações relevantes sobre o conflito entre Peru e Bolívia.

5.4 – A CONTROVÉRSIA COM ZEBALLOS

As relações entre o Barão do Rio Branco e o Chanceler argentino Estanislau Zeballos viviam um momento crítico em 1908. Zeballos, político nacionalista e defensor de uma política externa agressiva, sustentava a campanha em prol de uma corrida armamentista de seu país com o Brasil. Segundo Clodoaldo Bueno, Zeballos era um admirador da Macht Politik bismarkiana, e, "a exemplo do acontecia na Europa, apoiava alianças e negociações secretas".[283] Ademais, foi fundador do periódico La Prensa, expoente do antibrasileirismo na imprensa portenha: "Zeballos e o La Prensa faziam parte de uma corrente "nacionalista liberal", cujo ideário, segundo Ferrari, abrangia a defesa do território, a compra de armamentos e o revisionismo histórico, entre outros pontos".[284]

A nomeação de Zeballos para a chancelaria argentina, em 1906, marcou uma nova fase nas relações entre Brasil e Argentina, tendo sido acentuada a animosidade entre os dois países em função da política agressiva levada adiante pelo governo do país vizinho. A perda de apoio interno, porém, acarretou a saída de Zeballos do ministério em 1908, em decorrência das controvérsias em torno de sua política para o Brasil. Deixando o governo, traz a público uma carta ao presidente argentino, Figueroa Alcorta,

---

[282] Carta a Alberto Rangel, em 20 de setembro de 1908. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 377.

[283] Bueno, Clodoaldo, op. cit., p. 254.

[284] Ibidem.

em que se refere a um documento secreto, "prova instrumental" dos perigos que sofreria a República Argentina. Esse documento secreto seria um texto de Rio Branco contra a Argentina[285]. Pressionado a tornar público o conteúdo do documento em questão, Zeballos publica artigo em setembro de 1908 em que transcreve um telegrama que teria sido enviado por Rio Branco para as representações diplomáticas do Brasil em Buenos Aires, Assunção, Montevidéu, La Paz, Santiago, Lima e Washington. O telegrama determinaria às legações brasileiras que empreendessem uma campanha contra a Argentina, divulgando que sua política externa visava à conquista dos países mais fracos da América do Sul.[286]

Rio Branco nega, de imediato, a veracidade das afirmações de Zeballos. Este, então, desafia o Chanceler brasileiro a publicar o telegrama número 9, indicando, inclusive, as senhas do documento. Rio Branco solicita aos governos da Argentina e do Chile que forneçam cópias autênticas e oficiais do telegrama cifrado nº 9. Averiguada a existência e o conteúdo do telegrama, Rio Branco faz publicar no Diário Oficial de 15 de novembro de 1908 que o documento existe, e que Zeballos utilizou-se de uma falsa tradução do texto. Traz à tona, então, o conteúdo verdadeiro, do qual não consta nenhuma referência à suposta campanha difamatória contra a Argentina.[287]

Euclides viu-se, de súbito, envolvido no episódio do telegrama nº 9, ante as alusões de Zeballos à alegada obtenção, por meio de correspondência trocada com o escritor brasileiro, de informações secretas da chancelaria brasileira. A imprensa da época dava conta de que Zeballos afirmara ter conhecimento da obra Peru versus Bolívia, escrita por Euclides em defesa da posição boliviana. A Argentina tendia a ver a publicação de Peru versus Bolívia como um exemplo da interferência de Rio Branco nos assuntos de países vizinhos, alegando que a disputa estava submetida apenas à arbitragem do governo de Buenos Aires e que o Brasil não era parte da controvérsia. Zeballos teria escrito a Euclides buscando mais informações sobre o litígio, tendo supostamente obtido uma inconfidência do escritor brasileiro: "Esse livro [Peru versus Bolívia] foi-me dado por um ministro brasileiro; escrevia ao

[285] Lins, Álvaro, op. cit., p. 383.

[286] Ibidem, p. 384.

[287] Ibidem, pp. 385-389.

autor propositadamente para me documentar, e tenho em meu poder a resposta à minha carta".[288] A suposta carta de Euclides daria a Zeballos, segundo o próprio ex-Chanceler argentino, preciosas informações sobre a política externa brasileira, o que poderia configurar crime de traição. Euclides chegou a comparar-se, naquele momento, com o capitão Dreyfus, injustamente acusado de traição na França, cujo caso tornou-se célebre no início do século XX.

Em novembro de 1908, Euclides envia correspondência a Zeballos: "Surpreendi-me e vendo ontem as nossas relações exclusivamente intelectuais envolvidas na campanha solitária que V. Exa. está travando com imaginários antagonistas, em flagrante contraste com a harmonia nacional brasileira e argentina".[289] Passa, então, a aludir à correspondência citada por Zeballos: "Referindo-se V. Exa. à correspondência particular que hoje confessa haver propositadamente provocado para documentar-se, apresso-me em declarar que não receio tais documentos. Desejando vê-los explícitos, autorizo o Jornal do Commercio a publicar as cartas que me mandou".[290] Assim, pede a Zeballos que também faça publicar a correspondência que recebeu.

As duas cartas que Euclides recebeu de Zeballos, publicadas no Jornal do Commercio, trazem apenas elogios e agradecimentos de praxe pelo recebimento dos volumes de Os Sertões e Castro Alves e seu tempo. As correspondências não fazem alusão ao livro Peru versus Bolívia.[291] Por sua vez, a resposta de Zeballos ao pedido de publicação das cartas que recebeu de Euclides cingiu-se a um sucinto telegrama: "Lamento molestia. Contesto por correo. Zeballos". Euclides não recebeu, todavia, nenhuma resposta por via postal.[292]

Em carta a seu cunhado Otaviano da Costa Vieira, Euclides faz nova referência ao episódio: "Deves ter lido no Jornal, o terrível embrulho argentino, enredado pela alma danada do Zeballos, o grande cachorrão

---

[288] Rabelo, Sílvio, op. cit., p. 414.

[289] Carta a Estanislau Zeballos, em novembro de 1908. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 387.

[290] Ibidem.

[291] Rabelo, Sílvio, op. cit., p. 415.

[292] Ibidem, p. 415-416.

que tentou enlear-me nas suas traficâncias, ou transformar-me em Capitão Dreyfus do Ministério do Exterior!... Dei-lhe, como vistes, a pancada bem no alto da cuia, e o bruto (por um telegrama que me mandou, lamentoso) gemeu deveras!".[293] A controvérsia foi dirimida com a publicação da versão oficial do telegrama número 9 e com o silêncio de Zeballos acerca do pedido de publicação da correspondência que recebera de Euclides.

O Jornal do Comércio saiu em defesa do escritor, registrando que a impressão de Peru versus Bolívia foi custeada pelo próprio jornal, e não por Rio Branco ou pelo Itamaraty:

> "No artigo de anteontem, o Sr. Zeballos, entre outras coisas pitorescas, pela obsessão que revela de sua parte, sustenta que o Sr. Rio Branco mandou imprimir um livro a favor das pretensões brasileiras (...). O livro que o Sr. Zeballos se refere, como tendo sido mandado imprimir por Rio Branco, é evidentemente o Peru versus Bolívia, do nosso colaborador Euclides da Cunha. Este trabalho pagamo-lo com o nosso dinheiro, conforme recibo em nosso poder (...) O Sr. Zeballos não é capaz de provar que o Peru versus Bolívia lhe tivesse sido entregue por um ministro brasileiro. A obra do Sr. Euclides da Cunha que o Sr. Assis lhe entregou foi outra".[294]

Como visto, Zeballos asseverara que Peru versus Bolívia lhe teria sido entregue por um "ministro brasileiro". Tratava-se de Assis Brasil, ministro da legação brasileira em Buenos Aires. Contudo, o diplomata efetuara a entrega de Os Sertões. O livro Peru versus Bolívia foi enviado a Zeballos pelo próprio Euclides, não tendo o escritor se utilizado, para tanto, dos canais diplomáticos do Itamaraty.

A controvérsia com Zeballos ocorreu nos últimos momentos do trabalho de Euclides na chancelaria brasileira. Em menos de um ano ele abandonaria a instituição, após sua nomeação para a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II.

---

[293] Carta a Otaviano da Costa Vieira, em 5 de novembro de 1908. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 388.

[294] Tocantins, Leandro, op. cit., p. 231.

5.5 – O TRABALHO DE ADIDO E OS DILEMAS DE UM MEMBRO DA INTELLIGENTSIA DE CLASSE MÉDIA

Após o término de sua missão na Amazônia, Euclides prossegue suas atividades no Itamaraty como adido do Barão do Rio Branco. Já se assinalou, anteriormente, que o ano de 1906 é marcado por incertezas. O trabalho de cartógrafo não o satisfaz, e o fato de não ocupar um posto estável faz com que tenha uma visão cada vez mais crítica da instituição.

Segundo Sílvio Rabelo, "a sua posição de adido era a pior situação para um homem do temperamento de Euclides – de uma instabilidade e de uma insegurança que ele procurava justificar com os rígidos princípios de sua ética".[295] De início, dedicou-se à elaboração de mapas com vistas à negociação de limites com os países vizinhos, utilizando os documentos e tratados da biblioteca do Itamaraty. Euclides ainda acreditava na possibilidade de vir a obter uma colocação melhor no ministério: "Deste modo, esperava Euclides que mais cedo ou mais tarde a sua colaboração junto a Rio Branco lhe valesse como credencial para um cargo de melhor representação, talvez mesmo uma comissão no estrangeiro".[296]

As angústias de Euclides reiteram a fragilidade da relação existente entre a intelligentsia de classe média e o poder. O fato de o Estado se apresentar como principal fonte de estabilidade financeira para as camadas médias conferia ao intelectual uma ambivalência já discutida no segmento inicial do presente trabalho: embora crítico do regime, Euclides vê-se na dependência das benesses ou de favores de personalidades do governo. Evidencia-se, de modo exacerbado no Brasil da Primeira República, uma característica comum a todo campo intelectual: nele os escritores, como registra Bourdieu, constituem a fração dominada da classe dominante. As afinidades com Rio Branco, decorrentes da circunstância de partilharem idéias e projetos, não elide o fato de que os intelectuais de classe média eram, na medida do possível, cooptados pelo poder político como fonte de legitimação do regime.

---

[295] Rabelo, Sílvio, op. cit., p. 408.

[296] Ibidem.

A referência à debilidade da intelligentsia de classe média e sua relação ambígua com o poder pode explicar as dificuldades enfrentadas por Euclides na manutenção de sua posição no aparelho de Estado.

Após desistir do cargo de fiscal das obras da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em razão sobretudo da oposição de seu pai, vê-se momentaneamente sem opções no ministério. No final de 1906, escreve ao amigo Francisco de Escobar. Assinala que "continuo ainda adido à Secretaria do Exterior, na minha austera atitude, de cartógrafo". Em seguida, desabafa: "Isto dá-me um traço antigo magnífico – com a vantagem de isolar-me, refugindo ao contágio perigosíssimo de um meio irremediavelmente perdido. Vê como descambo a todo o momento para um desalentado pessimismo?...".[297]

Mesmo após a publicação de Peru versus Bolívia a situação de Euclides não se modificou. A despeito de sua boa relação com Rio Branco, e de sua admiração pelo Chanceler, diversas vezes manifestada, continuaria a desenvolver apenas atividades de cartógrafo. Sílvio Rabelo destaca que o escritor chegou a ambicionar um posto na legação brasileira no Paraguai, pretensão que acabou se frustrando.[298] Almejou, também sem sucesso, participar da comissão brasileira que fixaria os limites com a Venezuela.[299]

Ademais da decepção com sua colocação, Euclides também se indispunha com o ambiente do Itamaraty: "Por fim, dera igualmente para detestar o próprio ambiente do Itamaraty com seus snobs da carreira, o seu rigorismo protocolar e a sua elegância de transatlântico. Junto dessa gente superiormente instalada, ele se sentia humilhado. Faltava-lhe, por outro lado, a suficiente plasticidade para tolerar a convivência dos ministros e secretários de legação, quase todos uns sofisticados".[300]

Sílvio Rabelo observa, ainda, que a natureza da colaboração de Euclides com o Itamaraty era "humilhante": "Humilhante era a natureza

---

[297] Carta a Francisco de Escobar, em 26 de dezembro de 1906. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 321.

[298] Rabelo, Sílvio, op. cit., p. 417.

[299] Venâncio Filho, Francisco, Rio Branco e Euclides da Cunha, cit., p. 68.

[300] Rabelo, Sílvio, op. cit., p. 418.

dessa colaboração: um cartógrafo pouco diferia de um desenhista. E o pior é que ninguém estranhava a desproporção entre o que poderia render com o engenheiro ou com o intelectual e o que realizava com o simples desenhista de um Ministério que não primava pela eficiência ou pela capacidade dos seus funcionários".[301]

Mais uma vez emerge a dificuldade da relação entre a intelligentsia de classe média e os círculos do poder. Essa relação ora se distinguia pelo distanciamento crítico, ora pela proximidade. No caso específico de Euclides, a admiração manifesta pelo Chanceler não era mitigada pelo desconforto de sua posição no ministério. Assim, a eventual comunhão de idéias que mantinham, derivada do compartilhamento das mesmas preocupações com os destinos do Brasil, parecia não se quebrar com os problemas burocráticos enfrentados por Euclides. Rabelo apresenta uma hipótese para esclarecer a relação de Euclides com o Barão do Rio Branco. Não obstante a relação de respeito mútuo, o escritor nunca chegou a expor para o Chanceler sua insatisfação com a posição de cartógrafo. Para Rabelo, esse fato demonstra a existência de um "sentimento de anulação" que o dominava junto a Rio Branco. Esse "sentimento de anulação" evidencia-se em carta destinada ao cunhado Otaviano da Costa Vieira. Euclides assevera que ainda não havia abandonado o ministério por duas razões: "Ainda não saí disto, por duas razões únicas: 1° - porque o Barão continua a tratar-me com a mesma simpatia, e falta-me ânimo para (pela quarta vez!) observar-lhe a inconveniência desta posição; 2° - porque se eu tomar essa resolução decisiva e deixar a secretaria, não faltará quem reprove mais esse atestado de inconstância ou falta de persistência". Pede, então, um conselho: "Dize-me com franqueza: deverei continuar numa posição, não prevista ainda em lei embora o ministro até hoje me retivesse despertando-me a esperança do cargo que se criaria? Ou deverei, inflexivelmente, vencendo todas as solicitações, deixá-la?".[302]

Em carta a Oliveira Lima, um dos grandes expoentes da diplomacia brasileira durante a Primeira República, Euclides registra: "Continuo na Secretaria do Exterior – na mesma situação de expectativa; e por vezes

[301] Ibidem, p. 421.

[302] Carta a Otaviano da Costa Vieira, em 15 de novembro de 1908. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 393-394.

torturado de desconfianças, próprias desta índole de caboclo". Em seguida, relembra o caso com Zeballos, episódio que demonstraria "os perigos da minha posição de Comissário in-partibus, condenado à prisão numa Secretaria". Reitera, ademais, sua insatisfação com a posição ocupada no ministério:

> "Lá se vão dois anos de expectativa, e maravilha-me a paciência com que os tenho suportado, embora ela se explique pela própria oposição manifestada pelo Barão do Rio Branco às minhas tentativas de seguir novo rumo. Não me arrependo disto. Mas, desgraçadamente, a reforma planeada, na Secretaria, que deveria criar-me um lugar, ainda não se fez, e provavelmente não se fará. (...) Julgo, porém – e digo-lhe isto reservadamente – que não poderei continuar a ser vencido pelas comodidades desta situação até além do fim deste ano".[303]

Euclides, porém, continuaria a trabalhar no Itamaraty, abandonando sua posição apenas depois de assumir a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, em julho de 1909.

Os anos de trabalho no Itamaraty trouxeram, portanto, diversas frustrações a Euclides. Além de não ter logrado ingressar na carreira diplomática, não obteve um cargo estável na burocracia do ministério, atuando durante todo o período como adido de Rio Branco. Para Roberto Ventura, as ambições de Euclides teriam enfrentado a oposição do próprio Chanceler: "Trabalhou no Itamaraty de 1904 a 1909, como chefe de expedição e depois como cartógrafo, mas já perdera o sonho de entrar para a carreira diplomática, e até a esperança de obter cargo estável, já que o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, não chegou a apoiar nenhuma dessas pretensões".[304]

Gilberto Freyre sugere uma explicação menos convencional para a obstrução de Rio Branco aos objetivos de Euclides. Segundo Freyre, Rio Branco procurava cercar-se de homens bem apresentados, o que erigiria um obstáculo à ascensão de Euclides, que pouco cuidava da aparência: "Essa sua preocupação estendia-se à figura e à apresentação dos homens,

---

[303] Carta a Oliveira Lima, em 13 de novembro de 1908. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 392.

[304] Ventura, Roberto. Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha, cit., p. 254.

parecendo explicar o fato de nunca ter aproveitado Euclydes da Cunha – em certa época tão desejoso de ir à Europa que pensou ingenuamente em ser professor em Paris – (...) senão em missões sul-americanas".[305]

Seu trabalho como adido cingiu-se à colaboração técnica na determinação de limites com as repúblicas vizinhas. Sua participação mais importante se deu na elaboração do tratado de condomínio da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão, na fronteira com o Uruguai. De outra parte, o tratado de limites com o Peru, baseado nos trabalhos da comissão de limites presidida no lado brasileiro por Euclides, foi firmado em 8 de setembro de 1909, logo após a morte do escritor. A exposição de motivos dos dois tratados contêm diversas alusões aos relatórios e aos mapas produzidos pelo escritor.[306]

Dessa maneira, os cinco anos de trabalho no Itamaraty não significaram a obtenção da tão almejada estabilidade. Mantiveram, ao contrário, a preocupação de Euclides com seu rumo profissional, já que, após a viagem à Amazônia, deparou-se com a rotina de cartógrafo, numa posição de estrita confiança do Barão do Rio Branco, sequer prevista em lei. Seu caso é paradigmático a respeito dos percalços da intelligentsia de classe média em sua relação com o Estado durante a Primeira República.

[305] Freyre, Gilberto. Ordem e Progresso. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1990, p. CL.

[306] Venâncio Filho, Francisco, Rio Branco e Euclides da Cunha, cit., p. 60-61.

Conclusões

CONCLUSÕES

A passagem de Euclides da Cunha pelo Itamaraty trouxe conseqüências importantes para sua obra. Foi em razão de seu trabalho na chancelaria que pôde produzir dois livros importantes: À Margem da História e Peru versus Bolívia, este último, como visto, escrito diretamente em decorrência de sua atuação como adido do Barão do Rio Branco. Cabe assinalar, ademais, que alguns artigos presentes no volume Contrastes e Confrontos travam relação direta com sua viagem à Amazônia ou com os atritos entre Brasil e Peru em torno de questões de fronteira.

Como se registrou no capítulo inicial do presente trabalho, a posição de Euclides no campo intelectual e na relação com o campo do poder caracterizava-se pela ambivalência. A intelligentsia de classe média era simultaneamente crítica das novas instituições e dependente dos círculos do poder – já que sua estabilidade financeira estava ligada, no mais das vezes, à ocupação de um cargo no Estado. O pensamento de Euclides contém essa ambigüidade: um dos mais acesos críticos da Primeira República tornou-se parte do círculo de pensadores ligado a uma das figuras mais notórias do regime, o Barão do Rio Branco. A presença de intelectuais no Itamaraty tinha dupla função: ao mesmo tempo que elevava a qualidade dos trabalhos oficiais, legitimava o novo regime junto ao campo intelectual próprio dos escritores de classe média. Como observa Bourdieu, a intelligentsia de classe média, a despeito de sua ideologia reformista, constituía, inclusive no caso de Euclides, uma fração dominada da classe dominante.

Além de possibilitar uma melhor contextualização de parte de sua produção literária, o estudo do trabalho de Euclides no Itamaraty clarifica aspectos importantes de sua biografia após a publicação de Os Sertões, em 1902. Esses anos – de 1904 a 1909 – são pouco enfatizados em seus estudos biográficos, se comparados com o peso maior dado aos anos de formação (notadamente a passagem pela Escola Militar) e o período em que esteve envolvido na redação de Os Sertões. Nesses cinco anos, porém, o escritor desenvolveu uma série de projetos pessoais – o caso da viagem à Amazônia – e escreveu três importantes livros: Contrastes e Confrontos, Peru versus Bolívia

e À Margem da História. Prosseguiu, ademais, na colaboração com a imprensa, o que resultou em artigos relevantes para o conjunto de sua obra.

A especificidade dessa produção intelectual posterior a Os Sertões permite, assim, que se singularize esses cinco anos da vida de Euclides. O momento de seu ingresso no Itamaraty, em 1904, marca o início de uma nova etapa. Abandonando a rotina de engenheiro, pôde viajar à Amazônia e direcionar sua produção para temas que, embora já freqüentassem sua produção literária, não eram dominantes: a Amazônia, problemas de fronteira e questões de política internacional. É nesse momento que se estreita, além disso, sua rede de relações com o campo intelectual polarizado por Rio Branco.

Do ponto de vista biográfico, dois aspectos merecem reabe no exame do período 1904-1909: a relação de Euclides com o Barão do Rio Branco e a viagem à Amazônia. No tocante às relações com o Barão, resta clara, da leitura da correspondência pessoal de Euclides, sua admiração pelo Chanceler brasileiro. Euclides se refere a Rio Branco como um dos grandes personagens de sua época, o único, por exemplo, capaz de preservar, pelos canais diplomáticos, a integridade territorial do Brasil. O conceito de "campo intelectual" nos permitiu esclarecer melhor essa relação, já que um dos elementos estruturantes dessa noção, segundo Bourdieu, é o exame da posição de intelectuais e artistas na classe dirigente, o que se mostra fundamental no caso de Euclides, pois sua relação com uma das figuras mais importantes da estrutura de poder – Rio Branco – vai lhe abrir novas perspectivas profissionais. A viagem à Amazônia, por seu turno, ensejará a produção de artigos que posteriormente darão origem ao segmento inicial do livro À Margem da História e ligarão Euclides diretamente aos problemas de limites em que o Brasil estava envolvido. A viagem ao Amazonas e ao Acre e os textos que escreveu com base em sua experiência na região são os pontos altos de sua passagem pelo Itamaraty, porquanto o trabalho de cartógrafo que desenvolveu a partir de 1906 trazia-lhe, como confessou reiteradamente em sua correspondência a amigos, mais dissabores que entusiasmo.

Dos ensaios amazônicos de Euclides se depreende a preocupação com a preservação da integridade do território brasileiro. Tanto sob o ponto de vista sociológico, como sob o ângulo das considerações geopolíticas, o tema que subjaz aos textos sobre a Amazônia é a manutenção do domínio brasileiro sobre a região. A recuperação dos "expatriados" que lá trabalham – o seringueiro simboliza as difíceis condições de vida da população local

– e a ocupação efetiva do território, por meio da integração física e da criação de vias de comunicação com o resto do Brasil, são propostas que dão contornos políticos aos ensaios de Euclides.

Cabe notar que a leitura feita pelo escritor dos problemas da Amazônia reveste-se de evidente atualidade. As questões por ele expostas – basicamente o abandono da região, que conduz tanto à porosidade das fronteiras como ao agravamento da situação social – constituem, ainda hoje, os temas básicos de reflexão sobre a região. Seus ensaios são vistos, por esta razão, como textos fundadores da reflexão sociológica acerca da Amazônia. Euclides pensou, do ponto de vista da diplomacia, os fatores estratégicos que se relacionavam à ação do poder público na região, acrescentando, à discussão sobre o território, a variável social. Para a diplomacia brasileira seus textos ainda oferecem novas perspectivas de leitura. Além de sua importância historiográfica, por retratar a situação da Amazônia no início do século XX, durante o ciclo borracha, permite uma leitura renovada dos problemas de fronteiras, de integração física e de inclusão social, enfatizando a relevância dessas três dimensões para a formulação da política externa brasileira.

No que concerne à sua visão da política internacional, resta evidenciada a influência do cientificismo que peculiarizou o seu pensamento. A referência às repúblicas sul-americanas vizinhas está carregada, por exemplo, de equívocos resultantes de uma visão de mundo assentada no evolucionismo. A instabilidade política desses países poderia ser explicada, segundo Euclides, a partir da mistura de raças que marca sua formação social. O evolucionismo também se prestaria a elucidar a confrontação interimperialista travada por Estados Unidos e Alemanha na América do Sul. Assim, os países mais desenvolvidos disputariam entre si o controle das riquezas de nações mais fracas e desorganizadas, como as sul-americanas.

O instrumental do evolucionismo vai ser empregado também no discurso etnográfico sobre o seringueiro. Embora Euclides, à semelhança do que aconteceu com o sertanejo em Os Sertões, manifeste inicialmente uma visão negativa do imigrante nordestino (considerado em certo trecho de À Margem da História como o "rebotalho das gentes"), não deixa, por outro lado, de explicitar sua admiração pela tenacidade e vigor físico do trabalhador da Amazônia, que resiste às intempéries em busca de melhores condições de vida. A admiração que nutre pelo personagem convive, em verdade, com os erros de interpretação derivados da interpretação evolucionista de Euclides.

Nesse sentido, a aplicação de doutrinas científicas à análise dos mais diversos temas - do seringueiro à política internacional - retira muito da consistência de alguns dos argumentos de Euclides, ao simplificar a análise de certos fenômenos, como a imigração para a Amazônia e o acirramento do imperialismo. Do ponto de vista literário, contudo, os estudos contidos em À Margem da História e os artigos de Contrastes e Confrontos têm grande valor por duas razões basilares: representam um documento importante de eventos históricos que marcaram o início da República e consubstanciam um exemplo da originalidade do trabalho de Euclides, voltado sobretudo para questões relativas à constituição da nacionalidade.

Dos ensaios amazônicos e dos textos sobre política internacional analisados no presente trabalho resta evidenciada, portanto, a relevância dos trabalhos do autor de Os Sertões para a interpretação da Amazônia e para uma compreensão geral dos problemas enfrentados pela Primeira República. O processo de consolidação das fronteiras nacionais e a relação do Brasil com os países sul-americanos e com potências como os Estados Unidos e a Alemanha são temas que se fazem presentes nos ensaios e artigos de Euclides, inserindo-se no quadro de sua "literatura militante". Testemunha de seu tempo, a obra de Euclides é um instrumento de valia para o entendimento dos problemas que se apresentavam para o governo republicano no limiar do século XX.

BIBLIOGRAFIA

Obra completa de Euclides da Cunha

CUNHA, Euclides. Obra Completa, 2 vols. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1995.

Textos de Euclides da Cunha

a) Livros

À Margem da História. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

Contrastes e Confrontos. In: Obra Completa, v. 1, pp. 123-245.

Os Sertões. 4ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.

Peru versus Bolívia. In: Obra Completa, v. 1, pp. 811-893.

b) Artigos

"A Pátria e a Dinastia". In: Obra Completa, v. 1, pp. 595-597.

"Atos e Palavras". In: Obra Completa, v. 1, cit., pp. 603-615.

"O Brasil Mental". In: Obra Completa, v. 1, cit., pp. 441-456.

"O Inferno Verde", prefácio ao livro de Alberto Rangel. In: Obra Completa, v. 1, cit., pp. 492-499.

"Os Trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus". Entrevista ao Jornal do Commercio em 29 de Outubro de 1905. In: Obra Completa, v. 1, pp. 553-558.

"Programa de O Proletário e Mensagem aos Trabalhadores". In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 578-579.

"Revolucionários". In: Obra Completa, v. 1, cit., pp. 597-601.

c) Relatório oficial da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus

"O Rio Purus". In: Obra Completa, v. 1, cit., pp. 753-810.

Bibliografia geral

ANDRADE, Olímpio de Souza. História e interpretação de Os Sertões. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2002.

_____. "Para a Peneira da História". In: Obra Completa, v. 1, cit., pp. 587-593.

BOSI, Alfredo. "As Letras na Primeira República". In: Fausto, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930). v. II, t. III. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1985.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974.

BRAGA, Robério. Euclides da Cunha no Amazonas. Manaus, Editora Valer/ Fundação Lourenço Braga, 2002.

BUENO, Clodoaldo. Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918). São Paulo, Paz e Terra, 2003.

CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. 8ª ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – Uma História dos Costumes. v. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

FREYRE, Gilberto. Perfil de Euclides e outros perfis. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944.

_____. Ordem e Progresso. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1990.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 24ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1991.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (orgs.). Correspondência de Euclides da Cunha. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GALVÃO, Walnice Nogueira. "Anseios de amplidão". In: Cadernos de Literatura Brasileira, nos. 13/14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. "A vingança da Hiléia: os sertões amazônicos de Euclides". In: Revista Tempo Brasileiro, n. 144, jan/mar 2001, pp. 29-61.

HATOUM, Milton. "Expatriados em sua própria pátria". In: Cadernos de Literatura Brasileira, nos. 13/14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002.

JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília, Senado Federal, 1999.

LIMA, Luiz Costa. Euclides da Cunha – contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Contraponto/Petrobrás, 2000.

LINS, Álvaro. Rio Branco. São Paulo, Ed. Alfa-Omega/Fundação Alexandre de Gusmão, 1996.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986.

MORAES, Péricles. Os intérpretes da Amazônia. Manaus, Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2001.

MOURA, Clóvis. Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1964.

RABELO, Sílvio. Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, Livraria Editora Casa do Estudante Brasileiro, 1948.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. A Amazônia e a integridade do Brasil. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. "O Sertão da Dialética Negativa". In: Folha de São Paulo, Caderno "Mais", 1° de dezembro de 2002, p. 12-13.

SANTANA, José Carlos Barreto de. Ciência e arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais. São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. "Revisão de Euclides da Cunha". In: Obra Completa, v. 2, cit., pp. 11-59.

TOCANTINS, Leandro. Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1968.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. "O Barão do Rio Branco e Euclides da Cunha". In: Cardim, Carlos Henrique e Almino, João (orgs.). Rio Branco – a América do Sul e a Modernização do Brasil. Rio de Janeiro, EMC, 2002.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. "Retrato Humano de Euclides da Cunha". In: Cunha, Euclides. Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

_____. Rio Branco e Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, 1946.

VENTURA, Roberto. "Memória Seletiva - À Frente da História". In: Cadernos de Literatura Brasileira, números 13 e 14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002.

_____. "Os Sertões entre dois centenários". In: Madeira, Angélica e Veloso, Mariza (orgs.). Descobertas do Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001, pp. 109-123.

_____. Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha. Organização de Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2003.

VIANA FILHO, Luís. A Vida do Barão do Rio Branco. Brasília, Senado Federal/Fundação Alexandre de Gusmão, 1996.

ZILLY, Berthold. "A barbárie: antítese ou elemento da civilização? Do Facundo de Sarmiento a Os Sertões de Euclides da Cunha". In: Revista Tempo Brasileiro, n. 144, jan.-mar. 2001, pp. 103-146.

Livro	Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia
Autor	Kassius Diniz da Silva Pontes
Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	11 x 18 cm
Tipologia	Garamond nos corpos 24, 20, 18, 15, 14, 12, 11 (texto), 10 e 8
Tiragem	1.000 exemplares
Impressão e acabamento	Gráfica Prol